



14º ENCONTRO REGIONAL SUL ABRAPSO

POLÍTICAS, TECNOLOGIAS E PRODUÇÃO DE VIDA

TORRES – RS – 31 DE OUTUBRO, 01 E 02 DE NOVEMBRO DE 2012

ANAIS

REALIZAÇÃO:



ABRAPSO
Associação Brasileira de Psicologia Social



ULBRA TORRES
UNIVERSIDADE LUTERANA DO BRASIL

NÚCLEO GRÃO DE AREIA

Coordenadora: Dra. Graziela Cucchiarelli Werba

Secretária: Fátima Oliveira de Oliveira

Tesoureira: Dione Matos de Souza Cardoso

ABRAPSO

Presidenta: Neuza Maria de Fátima Guareschi

Primeira Secretária: Andréa Vieira Zanella

Segundo Secretário: Henrique Caetano Nardi

Primeira Tesoureira: Zuleika Kohler Gonzales

Segundo Tesoureiro: Laura Kemp De Mattos

Suplentes: Cleci Maraschin e Irme Salete Bonamigo

UNIVERSIDADE LUTERANA DO BRASIL CAMPUS TORRES

Diretor: Luis Antônio Longo

Coordenadora de Ensino: Débora Borges Thomas

Coordenadora de Pós-graduação, Pesquisa e Extensão: Graziela Werba

Capelania: Pastor Géron Güths

Comissão Responsável

Andressa Cristovam da Silva da Silva

Carina Silva

Dione Matos de Souza Cardoso

Fabírcia Espíndola Pereira

Michele Chinelato de Carvalho

Sabrina Gonçalves Rubert

Simone Regina Reis Nunes

Comissão Científica

Andrea Zanella

Carolina dos Reis

Graziela Werba

Henrique Nardi

Irme S. Bonamigo

Lutiane Lara

Neuza Guareschi

Pedrinho Arcides Guareschi

Zuleika Gonzales

Apresentação

A ULBRA Torres e o Núcleo Grão de Areia têm a satisfação de apresentar os anais do 14º Encontro Regional Sul da ABRAPSO, evento que ocorreu de **31 de outubro a 02 de novembro de 2012** no Campus da Ulbra-Torres, em Torres/RS.

A temática deste encontro – *Polipolíticas* - revela a preocupação e o compromisso com a formação crítica e engajada proposta por uma Psicologia Social desafiadora e consciente. *Polipolíticas* significa a transversalidade da Política em todos os assuntos do nosso cotidiano pessoal e profissional. Significa a presença determinante do tema e, mais que tudo, as consequências por ele produzidas na formação profissional em Psicologia.

As sistemáticas notícias sobre a corrupção, o descaso, a negligência e todas as mazelas lançadas por uma perversão da Política enquanto ciência e prática provocaram o desmoronamento do nosso sonho ético e por isto a urgência da reflexão sobre o tema.

O que tem a Psicologia a ver com isso? Devemos nos fazer a pergunta inversa: o que não tem a Psicologia a ver com isso? Desde as primeiras ideias revolucionárias dos autores frankfurtianos, festejamos o rompimento com a Psicologia dos apolíticos e afinamos nossos instrumentos para cada vez mais e mais profundamente avançarmos em direção ao horizonte da consciência crítica e ética de um mundo que é conflitivo, complexo e diverso.

OBJETIVOS DO ENCONTRO

- Congregar pessoas que se empenham no desenvolvimento da Psicologia Social no Brasil;
- Garantir e desenvolver as relações entre pessoas dedicadas ao estudo, ensino, investigação e práxis da Psicologia Social no Brasil;
- Propiciar a difusão e o intercâmbio de informações sobre o desenvolvimento do conhecimento e prática da Psicologia Social;

- Promover a integração da Psicologia Social com outras áreas do conhecimento que atuem em uma perspectiva social crítica;
- Incentivar e apoiar institucionalmente o desenvolvimento de ações no campo social.

Programação

Dia 31/10

Manhã: Livre

Local: Centro de Eventos

(13h – 16h): Credenciamento

(16h – 17:30h): Intervalo

(17:30h - 18h): Psicobanda

(18h15 – 19h15): Mesa de Abertura

(19h30 – 21h): Conferência - Psicologia e Direitos Humanos: Pedro Paulo G. de Bicalho - Comissão Nacional de Direitos Humanos - Conselho Federal de Psicologia

Dia 01/11

Manhã: Livre

Local: Prédio 1

(13h – 15h): Comunicações Coordenadas

Eixo Assistência Social

Eixo Direitos Humanos

Eixo Educação

Eixo Políticas e Tecnologias

(15h – 16h): Psicobanda e Pôster

(16h – 18h): Simpósios

Políticas e Tecnologias de Saúde e Produção de Vida com:

Analice Palombini

Doutora em Saúde Coletiva pela UERJ, docente do curso de Psicologia e do PPG em Psicologia Social e Institucional da UFRGS, coordenadora-adjunta da Residência Integrada Multiprofissional em Saúde Mental Coletiva da UFRGS.

Neuzi Barbarini

Mestre em Psicologia Social e Institucional pela UFRGS, doutoranda em Psicologia Social pela PUC/SP e professora da PUC/PR.

Políticas e Tecnologias de Meio Ambiente e Produção de Vida com:**Adriana Silveira Kessler**

Psicóloga pela Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul (1980) e Mestre em Psicologia Social e da Personalidade pela Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul (1998). Professora da Universidade Luterana do Brasil, no curso de Psicologia.

Marcos Machado

Graduado em Ciências Biológicas pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul (1987) e mestre em Geociências pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul (1992). Coordenador do curso de Biologia Ulbra Canoas.

Paulo Abdala

Doutorando de Administração do PPGA/UFRGS na área de organizações. Grupo de Pesquisa Organização e Práxis Libertadora. Coordenador do Curso de Administração da Ulbra de Torres.

(18h15 – 19-15h): Testemunhos - Saúde e Meio Ambiente

(19h30 – 21h): Comunicações Coordenadas

Eixo Educação

Dia 02/11

Local: Prédio 1

(10h – 12h): Reunião ABRAPSO - Auditório do Prédio 1

(13h – 15h): Comunicações Coordenadas

Eixo Diversidade Sexual

Eixo Gênero

Eixo Meio Ambiente

Eixo Representações Sociais

Eixo Saúde

(14h - 16h) Pré - Congresso CRPRS **Sala 306** - Atividade Aberta a Todos e Todas participantes do evento

(15h – 16h): Lançamento de Livro

(16h – 18h): Simpósios

Políticas e Tecnologias de Assistência Social e Produção de Vida com:

Irme Salete Bonamigo

Doutora em Psicologia Social (UERJ), professora e pesquisadora do Mestrado em Políticas Sociais e Dinâmicas Regionais da Universidade Comunitária da Região de Chapecó (Unochapecó)

Lilian Rodrigues da Cruz

Doutora em Psicologia (PUCRS), professora e pesquisadora do Departamento de Psicologia da Universidade de Santa Cruz do Sul (UNISC)

Maria Isabel Formoso Cardoso e Silva Batista

Doutora em Psicologia Social (PUCSP), professora e pesquisadora da Universidade Estadual do Oeste do Paraná (Unioeste)

**Políticas e Tecnologias de Diversidade Sexual e Produção de Vida:
Criminalizar a homofobia é a melhor estratégia? com:**

Beatriz Adura Martins

Psicóloga pela PUCSP, Mestre em Psicologia pela Universidade Federal Fluminense, Assessora técnica do Centro de referência Técnica em psicologia e Políticas Públicas e doutoranda pela Universidade Federal Fluminense. Colaboradora do CRPRJ

Bernardo Amorim

Advogado ativista do Grupo SOMOS: Comunicação, Saúde e Sexualidade.

Rodrigo Lages

Professor na Faculdade Cenecista de Osório e colaborador da CDH/CRPRS

(18h15 – 19h15): Testemunhos: Assistência Social e Diversidade Sexual

(19h30 – 21h): Comunicações Coordenadas

Eixo Gênero

Eixo Políticas e Tecnologias

Eixo Saúde

(21:00h - 21:30h): Psicobanda

Sumário

Comissão Responsável	3
Comissão Científica	3
Apresentação	4
Programação	1
Resumos	6
Apresentação Oral.....	6
Eixo Assistência Social	6
Eixo Direitos Humanos	21
Eixo Diversidade Sexual.....	29
Eixo Educação.....	36
Eixo Gênero	60
Eixo Meio-Ambiente.....	73
Eixo Políticas e Tecnologias.....	80
Eixo Representações Sociais.....	99
Eixo Saúde	108
Resumos	141
Pôster	141
Eixo Assistência Social	141
Eixo Direitos Humanos	144
Eixo Educação.....	146
Eixo Gênero	148
Eixo Políticas e Tecnologias.....	149
Eixo Representações Sociais.....	153
Eixo Saúde	157

Resumos

Apresentação Oral

Eixo Assistência Social

A Gestão Como Um Lugar Para A Psicologia No SUAS

Alessandra Xavier Miron
Neuza Maria de Fátima Guareschi

A implementação do Sistema Único de Assistência Social - SUAS no Brasil, a partir de 2005, significou para os psicólogos a ampliação da Assistência Social enquanto campo de trabalho. Em decorrência disso, nos últimos anos, as práticas psicológicas tem sido objeto de pesquisas e discussões acadêmicas, bem como, de reflexões e problematizações dos profissionais psis. Esta movimentação, longe de esgotar o tema, evidencia a importância de colocarmos as nossas experiências sistematicamente em análise, buscando dar visibilidade às suas implicações e efeitos. Nesse contexto, o presente trabalho objetiva colocar em cena a gestão dos serviços como um lugar possível para a psicologia na política de assistência, apresentando para análise uma experiência de coordenação de CREAS, na região metropolitana de Porto Alegre. Partindo de uma breve descrição do cenário onde esta prática se constituiu, tomaremos a mesma enquanto atividade técnica, política e ética, que se constitui na intercessão de, pelo menos, três grupos de demandas: da equipe de referência do serviço, da instituição e do próprio profissional que assume a coordenação; estas articuladas nas relações de saber, poder que produzem modos de ser sujeito. Nesse exercício, a intenção é visibilizar o desassujeitamento dessas relações para uma possível construção de outras relações implicadas com processos de autonomia responsável, apoio e cogestão. Este trabalho se insere nas discussões das práticas psicológicas na assistência social e os processos de produção de subjetivação como efeito das políticas públicas que estão postos no cenário de uma experiência de gestão, habitado por profundas contradições, paradoxos e divergências.

A Psicologia e a política pública de assistência social na graduação: o relato de uma disciplina

Roberta Brocardo de Barcellos – roberta_brocardo@hotmail.com

Ligia Andréa Rivas Ramirez

Roberta Fin Motta

Este trabalho relata a experiência de uma disciplina optativa denominada Psicologia e a Política Pública de Assistência Social, vinculada ao Curso de Psicologia do Centro Universitário Franciscano - UNIFRA, Santa Maria/RS. Esta disciplina surgiu em decorrência das necessidades e demandas tanto do mercado de trabalho quanto por parte dos acadêmicos. A disciplina tem como perspectiva teórica a psicologia social e a Psicologia Social Crítica como abordagem preferencial. A mesma objetiva compreender como ocorreu o processo de construção do Sistema Único de Assistência Social e sua organização, assim como, problematizar o papel da psicologia, no que tange os processos de constituição da trajetória do trabalho do psicólogo, os aspectos teórico-metodológicos, ético-políticos e técnico-operativos. Junto a isso, há necessidade de discutir a relação da Psicologia com outras áreas do conhecimento, uma vez que essa prática não corresponde à perspectiva de trabalho que historicamente caracteriza a profissão. Além disso, a disciplina contribui para o processo de ensino-aprendizagem; possibilita a articulação teoria-prática; proporciona aos acadêmicos reflexões sobre as possibilidades de atuação do psicólogo inserido no SUAS e a interlocução com outras áreas do conhecimento. Não obstante, serão abarcadas três temáticas centrais: na proposta da disciplina, se busca primeiramente criar bases a partir do contexto histórico sobre o qual a Psicologia na Assistência Social se ergue e reconhecer questões que revelam aspectos da pobreza no Brasil e os desafios e perspectivas que emergem da Psicologia latino americana. Logo é reconhecida a política pública e assistencial como política de seguridade social, também na perspectiva do Sistema Único de Assistência Social e seus desdobramentos. Finalmente adentra à Psicologia aplicada à Assistência Social: atuação e inserção de psicólogos em ações e programas vinculados à assistência social e trabalhos interdisciplinar na política de assistência social e suas interfaces. Sendo uma disciplina em desenvolvimento, os resultados ainda são parciais, no entanto, a procura pela disciplina foi significativa, visto que, cerca de 42 alunos se inscreveram na mesma, preenchendo as 40 vagas e a ampliação de mais duas. Esse interesse nos permite pensar que a mesma é inovadora, necessária e se perfila como uma contribuição basilar para que passemos a nos reconhecer como futuros profissionais da Assistência Social, assim como, em uma perspectiva de trabalho multiprofissional e interdisciplinar.

A psicologia no mundo da vida: representações sociais dos psicólogos sobre os usuários do CRAS

Pedrinho A. Guareschi

Vinicius Tonollier Pereira - viniciustonollier@hotmail.com

Este trabalho é resultado de uma pesquisa que propõe investigar as representações sociais dos psicólogos que atuam nos Centros de Referência de Assistência Social (CRAS) sobre os usuários desse mesmo serviço. A justificativa para tal estudo é compreender mais profundamente a concepção que os psicólogos possuem sobre os usuários. Acreditamos que isso é fundamental e balizador para suas práticas profissionais. Muitas formações acadêmicas privilegiam ainda o conhecimento técnico e científico pautado em práticas avaliativas e adaptacionistas. Além disso, a criação do próprio Sistema Único de Assistência Social (SUAS) é relativamente recente, sendo incipiente sua abordagem nos currículos de graduação. Isso faz com que o profissional que se insira na política da assistência social necessite de sensibilidade para questões muitas vezes pouco contempladas na academia, e a forma como concebe o usuário acaba sendo decisivo no desenvolvimento de seu trabalho. Teoricamente, esta pesquisa investiga, primeiramente, os direitos sociais no Brasil e o advento do SUAS, tratando especialmente das mudanças promovidas pela Constituição de 1988 inspiradas na noção de Estado de Bem Estar Social que culminaram em uma política de assistência social. Além disso, aborda-se os aspectos gerais e legais sobre o SUAS e o CRAS, local onde se materializa a Proteção Social Básica (PSB). Em seguida, faz-se uma explanação sobre as representações sociais, buscando superar equívocos que se dão devido à compreensão superficial desse conceito. Como estratégia metodológica para se chegar às representações sociais, são realizadas entrevistas com os psicólogos. Em uma tentativa de avanço para a pesquisa, utilizam-se materiais complementares, obtidos a partir dos contextos de trabalho, como descrições de práticas profissionais, por exemplo, como cenário para as discussões. Com isso, espera-se não só um entendimento do que os profissionais dizem, mas também do que fazem, incluindo não só o que está presente, mas também o que está ausente. Os resultados, ainda

em construção, apontam, inicialmente, uma própria dificuldade dos psicólogos entrevistados de falar especificamente sobre os usuários. Para tanto, é comum que recorram à forma como os usuários acessam o CRAS, aos limites dos serviços e dos profissionais, às práticas e ações no cotidiano de trabalho e à dificuldade ou facilidade de eles próprios lidarem com os usuários, para, por essas vias, tentar elaborar uma compreensão sobre quem são esses sujeitos. Já em outros momentos, quando suas falas abordaram mais as potencialidades, as famílias, as características culturais e de vida dos usuários, o discurso de aproxima mais de uma compreensão de quem são essas pessoas na perspectiva dos entrevistados, desvelando diversos aspectos de uma concepção complexa em torno de quem são esses sujeitos.

Acompanhamento Juvenil (AJ): uma clínica-institucional no diálogo com as medidas socioeducativas

Gislei Domingas Romazini Lazzarotto
Tania Mara Galli Fonseca

Os encontros com os jovens que cumprem medidas socioeducativas enunciam, no contemporâneo, algo por se fazer. O medo que se cola ao corpo juvenil indica que nossa história, marcada pelo acolhimento e pelo abandono, é carregada nesses corpos. Na tênue linha, entre controle e cuidado, desenhamos estratégias clínicas para acompanhar os percursos juvenis tomando suas vidas como expressão de nossa história. Em uma interlocução entre o projeto de extensão ESTAÇÃO PSI e o grupo de pesquisa Corpo, Arte e Clínica nos lançamos nesses mergulhos a que convidam essas vidas. O Acompanhamento Juvenil (AJ) emerge como proposta no âmbito da prática da psicologia em extensão acadêmica no contexto de políticas públicas. Configura-se como uma prática, inspirada no Acompanhamento Terapêutico (AT), que busca estar com jovens para pensar a infração e o abandono nos processos de institucionalização vividos em medidas socioeducativas. O Acompanhamento Terapêutico (AT) surge num contexto da reforma psiquiátrica como uma modalidade clínica que abre novas possibilidades no trabalho com a clínica das psicoses na cidade. É dessa articulação da clínica com a cidade que vem nossa inspiração de tomar o Acompanhamento Terapêutico como referencial para

orientar as práticas de acompanhamento com jovens. No trabalho que fazemos com jovens, percebemos que a relação da juventude com a cidade já se encontra transbordante. No acompanhamento a necessidade de estar de modo diferente em lugares nos quais se vê e é visto como “aquele” da infração. Nossa análise passa a atender para o contexto de produção desta encomenda social de correção, discutindo a produção social da violência e como as práticas da psicologia e de cumprimento da medida se colocam nesses processos. Sob esta perspectiva, persistimos na condição de indagar nossas práticas e de estarmos atentos às invenções e atualizações metodológicas desse percurso de acompanhar.

Palavras-chave: Acompanhamento Juvenil, Políticas Públicas, Cidade

Algumas Questões Acerca Do Acompanhamento Às Famílias Em Situação de Trabalho Infanto-juvenil

Luciana Francisca de Oliveira - lucianapsico@yahoo.com.br

A partir das diretrizes traçadas pelo Sistema Único da Assistência Social (SUAS), pelo Programa de Erradicação do Trabalho Infantil (PETI) e pelo Plano Nacional de Prevenção e Erradicação do Trabalho Infantil e Proteção ao Adolescente Trabalhador, enquanto políticas do governo federal, este trabalho visa refletir sobre a metodologia aplicada à execução de tais diretrizes, no que tange especificamente ao apoio sócio familiar dirigido às famílias. Os procedimentos operacionais a serem desempenhados pela política da assistência social ao detectarem a existência de trabalho infanto-juvenil englobam a transferência de renda através do Programa Bolsa Família, a inserção da(s) criança(s) em serviços socioeducativos no contraturno escolar e o apoio/acompanhamento familiar. Para esta reflexão utilizou-se como objeto de análise o grupo de apoio sócio familiar dirigido às famílias que estão sendo acompanhadas pelo Programa de Erradicação do Trabalho Infantil, o qual é desenvolvido no Centro de Referência Especializado da Assistência Social no município de Canoas, região metropolitana de Porto Alegre. A metodologia utilizada no trabalho com estas famílias por este serviço abrange visitas domiciliares e grupos mensais de apoio sócio familiar. O estudo parte do registro de algumas falas proferidas pelos participantes no grupo e ao longo dos acompanhamentos

realizados, as quais nos indicam a reprodução cultural de mitos sobre o trabalho infantil. Aponta algumas dificuldades encontradas na execução da política produzindo questionamentos úteis à criação e aprimoramento de mecanismos de enfrentamento da problemática do trabalho infanto-juvenil.

Escutas Possíveis: Contação De Histórias Como Dispositivo De Escuta E De Fortalecimento De Laços Comunitários

Sofia de Souza Lima Safi - jucoutinho@gmail.com

O presente trabalho se constitui a partir do projeto de pesquisa Oficinas de literatura infantil: modos de escutar a dor, coordenado pela Dra. Sandra Torossian (UFRGS), que tem por objetivo principal a promoção de oficinas de literatura e contação de

histórias como dispositivo clínico para o trabalho com crianças em situação de vulnerabilidade social. A partir de referenciais teóricos da psicanálise, da análise institucional, da saúde coletiva e da literatura, procuramos pensar como o trabalho com essas crianças afetam os encontros e desencontros dos profissionais da área da Assistência Social, auxiliando, assim, a produção de novas estratégias de intervenção para a escuta da dor produzida pelas condições de miserabilidade e pelo processo de exclusão social. A partir de experiência realizada no cerne de uma das comunidades mais vulneráveis da cidade de Porto Alegre (RS), a Vila Chocolateiro, iremos debater como se dão os processos de resiliência a partir de oficinas onde o caráter coletivo se faz presente no compartilhamento e na descristalização de sentidos entre as crianças e os trabalhadores acerca de suas vivências, sofrimentos e potencialidades. Também abordaremos os encontros possíveis entre os profissionais de diferentes áreas das políticas públicas e entre estes e a comunidade em torno da existência do espaço comunitário das oficinas de literatura infantil. As oficinas se mostram como um local que permite que as crianças expressem seu sofrimento com uma distância segura, através de histórias encenadas e recriadas por elas, ao mesmo tempo em que potencializa encontros pela via do lúdico e da promoção de saúde.

Espaço de convivência com deficientes visuais idosos: Momentos de ressignificação

Gabriela Maria Silveira Rosa - jbmartin@sercomtel.com.br

João Rafael Pimentel Colavin

Atualmente, temos observado uma ampliação bastante significativa de espaços de convivência para pessoas de várias idades. As ideias que subsidiam a criação desses espaços geralmente se articulam com o lazer, a prática de exercícios físicos, etc..., envolvendo crianças, adultos e idosos. Em pesquisa recente, realizada na cidade de Brasília, com idosos que frequentam centros de convivência, foi identificado um alto índice de depressão entre frequentadores desse equipamento social (Oliveira; Gomes & Oliveira, 2006). Os autores da pesquisa indicam uma ampliação dessa rede de acolhimento, tendo como perspectiva a diminuição dos sintomas de depressão, presentes nesta faixa etária. Em estudo realizado na Paraíba, acerca das representações de idosos sobre a velhice, verificou-se que esta fase do desenvolvimento humano é marcada pela 'discriminação' e pela busca da 'saúde', tendo em vista que o surgimento de patologias nessa faixa etária encontra-se mais presente do que em qualquer outra etapa da vida. A pesquisa também revela que os idosos associam a velhice à 'morte'. De certa forma, essas representações coadunam-se com o paradigma dominante em nossa cultura, que representa a velhice de forma negativa, sendo, em geral, alvo de preconceitos e discriminação. (Araújo, Coutinho & Carvalho, 2005, p. 126). Os participantes da pesquisa também assinalam a importância dos grupos de convivência para suas vidas uma vez que esses espaços de relações interpessoais possibilitam construir novos amigos, propiciam momentos de 'alegria', que é algo relevante e 'importante' nessa fase da vida (Araújo, Coutinho & Carvalho, 2005, p. 126). Os dados obtidos revelaram a importância constitucional que os grupos de convivência têm para essa população, caracterizando-se como espaços por excelência, onde as práticas sociais desenvolvidas contribuem para que os idosos exerçam seu papel de cidadãos, sendo um local onde eles utilizam suas potencialidades, onde há sempre alguém que os escute, propiciando a efetivação de laços de amizade e momentos de lazer, contribuindo, também, para o restabelecimento da auto-imagem positiva,

uma vez que, em geral, o contexto familiar não favorece a utilização das potencialidades dos idosos. (Araújo, Coutinho & Carvalho, 2005, p. 129). As pesquisas acima nos levam a considerar que os espaços coletivos são bastante importantes para a população idosa, uma vez que os idosos envolvidos nesses espaços têm a oportunidade, de se perceberem de modos diferentes, trocarem experiências, se identificarem de modo mais positivo. É com essa perspectiva que elaboramos esse trabalho, cujo objetivo é o de fomentar um espaço de convivência para pessoas idosas que apresentam deficiência visual. Entendemos que o estabelecimento deste grupo permitirá que os membros reflitam sobre suas experiências, e que as trocas possibilitem novas compreensões sobre suas vidas.

Das Oficinas

A proposta de oficina expressiva se caracterizou como um grupo de convivência, que foi vivenciado como um espaço para a ressignificação das experiências, engendrando estruturas e mecanismos de transformação das dificuldades impostas pela restrição da visão e pela experiência da velhice. Se por um lado, essas restrições podem possibilitar o desenvolvimento de novas habilidades em função das interações que o meio social oferece, das condições socioculturais individuais e coletivas e dos aspectos singulares e particulares de cada pessoa idosa cega, por outro, a troca de experiências vivenciada no contexto do grupo, pode potencializar os participantes na busca de novas formas de conviver e de viver esta etapa da vida. Estabelecemos como objetivo geral do projeto, fomentar um espaço de convívio tendo como eixo o desenvolvimento de atividades expressivas. Como objetivos específicos: a) Proporcionar situações onde os envolvidos no projeto ressignifiquem suas experiências de vida a partir da convivência grupal e da produção de “objetos artísticos”. b) Resgate a partir dos objetos expressivos dos sentidos que os membros do grupo atribuíram às etapas de sua vida. Este trabalho foi desenvolvido junto a um grupo de idosos, que apresentam deficiências visuais variadas, no Instituto Londrinense de Instrução e Trabalho para Cegos, localizado na cidade de Londrina. Participaram do grupo cerca de 10 pessoas, cujas idades variam de 45 a 75 anos. Todos têm deficiência visual (alguns ainda são videntes, mas estão perdendo a visão) – alguns desde a adolescência, outros perderam a visão mais recentemente, há cerca de um ano. Desenvolvemos com o grupo atividades de vinculadas a expressão, oferecendo vários objetos para a composição de objetos tendo contato com diferentes texturas, objetos e materiais. As temáticas que orientam as

atividades dizem respeito aos momentos da vida – infância, adolescência e adultez – o que auxiliou os membros do grupo na tarefa de compreensão e elaboração de alguns conteúdos emocionais por ele vivenciados.

Alguns resultados

Ao longo do processo pudemos observar algumas mudanças significativas na forma como o grupo se posicionava diante das situações. Inicialmente os membros se mostraram bastante interessados e animados em participarem das atividades pois imaginavam que poderiam dançar, cantar, etc.. Esta perspectiva foi se alterando na medida em que as temáticas foram se desenvolvendo. A partir da fala de suas experiências presentes, passadas e expectativas futuras criaram situações bastante densas de sentidos e de emoções, momentos de trocas de experiências com mais profundidade, oportunidade de se conhecerem de um modo diferente. Tais situações também possibilitaram uma certa reorganização nos papéis assumidos pelos membros do grupo. Antes de iniciarmos nossas atividades, as pessoas já se conheciam e atribuíam uns aos outros determinados papéis tais como o de “líder”, o de “conselheiro”, etc. Ao longo das atividades esses papéis circularam, reestabelecendo as redes de apoio e de acolhimento. Observamos também que a questão da velhice não se fez presente em nossas discussões. Tivemos a impressão de que pelo fato das pessoas apresentarem deficiência visual, esta problemática é predominante. Entendemos que tal oportunidade – de se falar sobre as dificuldades oriundas da perda da visão, assim como aquelas que marcaram o passado – ao serem retomadas e compartilhadas através do relato e do objeto, permitem aos membros do grupo estabelecerem novas perspectivas para com o próprio grupo – criando uma situação de acolhimento para os desdobramentos vinculados à perda da visão (assim como à outras perdas) – bem como para consigo mesmos, na medida em que podem ressignificar experiências, reelaborando suas perdas.

Maus Tratos Na Infância: Um Estudo de Caso Com Mães Negligenciadas

Beatris Pereira Gonçalves - beatriisp@gmail.com

Graziela Ribeiro

Juliana Prass

A violência é um fenômeno complexo que perpassa as gerações e que se manifesta de diversas formas, é resultado de fatores biopsicossociais e indifere a classe social, credo e raça. A pesquisa reflete sobre a dinâmica das relações familiares, no que concerne ao histórico de famílias com suspeita de negligência e a suposta reprodução da mesma nas gerações seguintes. Ao estudar o tema negligência se encontra duas formas: a física que é causada, com maior frequência, por fatores econômicos, incapacidade dos familiares e ignorância; e a emocional, que é resultante da instabilidade psicológica e da doença mental dos sujeitos negligenciados. Ao explorar a temática percebe-se que a atenção se volta mais para situações concretas como: alimentação, habitação, higiene e comportamentos observáveis, passando despercebido, em muitos casos, as questões de subjetividade da vida dos sujeitos aqui implicados. O objetivo desta pesquisa qualitativa foi conhecer o histórico de negligência em famílias com vulnerabilidade social identificadas pelo CREAS – Centro de Referência Especializado de Assistência Social no município de Santa Cruz do Sul e verificar se as mesmas são reproduzidas de uma geração para outra. Este projeto de pesquisa visou investigar em especial a dinâmica e o modelo de famílias, conhecendo mães que vivem em vulnerabilidade social e que sofreram na sua infância tais negligências, a fim de verificar se existe uma reprodução da mesma. Os sujeitos da pesquisa são integrantes de seis famílias residentes no município de Santa Cruz do Sul, que tem caso de negligência registrado no CREAS. Após encaminhamento do Projeto de Pesquisa para o Comitê de Ética e aprovação do mesmo, realizou-se contato com o CREAS, a fim de obter informações referentes às famílias da amostra, visando conhecer o histórico da família, para investigar as práticas de cuidado e educação dos filhos. As seis mães foram entrevistadas pelas pesquisadoras no CREAS em dias e horários previamente agendados. Os resultados da pesquisa foram devolvidos ao serviço buscando problematizar a temática em questão e criando novas alternativas de intervenção junto a esta comunidade. A violência praticada na infância sempre existiu e, esta vem revestida pela questão do educar, não sendo vista, muitas vezes, pelos pais como maus tratos, mas sim como forma de educá-los, de torná-los bons cidadãos. Palavras-chave: Maus Tratos, Vulnerabilidade Social, CREAS - Centro de Referência Especializado de Assistência Social.

Os desafios na prática de estágio: trabalhando com abuso sexual

Aline Cardoso Siqueira - anapauladosantos@gmail.com

Amanda Rodrigues Almeida

O presente trabalho tem por objetivo apresentar um relato de experiência de estágio, realizado em um Centro de Referência Especializado de Assistência Social (CREAS), localizado em uma cidade no interior do RS. Trabalhou-se numa perspectiva da Psicologia Comunitária e da Saúde, onde há a vinculação a uma Instituição de Ensino Superior (IES) pública. Dentre as atividades, destacou-se o grupo de adolescentes, abrangendo diversas demandas, como violência sexual, negligência, abandono, violência física e/ou psicológica e atendimento individual com adolescentes. Diante do trabalho realizado, optou-se por explanar sobre os desafios da prática ao se trabalhar com abuso sexual. Perante a dificuldade e complexidade em torno da mesma, visto que para além de ser área de trabalho de ordem desafiadora, constituiu-se deficitária no curso de graduação. Trabalhar esta temática implica estar consciente do impacto emocional gerado pela mesma, onde a violência acaba por afetar, de alguma forma, os que se envolvem com ela. Sentimentos de impotência e insegurança foram despertados pelo contato direto com a situação de sofrimento de cada paciente. Durante os encontros, instrumentos como dinâmicas de grupo tornaram-se disparadoras de temas para discussões e reflexões sobre o mesmo. Foi percebido que, o grupo não respondia de forma a comparar-se com pacientes não vitimizados, sendo perceptível o sofrimento que os acompanhava até o CREAS. Com o avanço dos encontros, a resistência cedeu lugar ao desejo de mudança, de ressignificação da história de cada um, impulsionando-nos para a ação. Houve a necessidade de constante diálogo com assistência social, orientadores sócio-educativos, bem como com os cuidadores dos sujeitos envolvidos. Direcionar o grupo a ações que remetessem ao olhar da subjetividade de cada um, seja, como indivíduo ou grupo denotou-se ser uma tarefa constante repleta de obstáculo. Conduzir temáticas a fim de explorar as potencialidades, tornaram-se estratégias para proporcionar uma melhora na saúde mental dos integrantes. Assim, trabalhar com abuso sexual e questões desta ordem, convoca-

nos a uma diária busca por alternativas que visem proporcionar uma rede de apoio que resgate a subjetividade e singularidade de cada integrante.

Projeto Arte/urbe II: Oficinas Estéticas com jovens da/na cidade

Andrea Vieira Zanella
André Luiz Cohn da Silveira
Luíza Herzmann Cardoso

Esta apresentação oral tem como objetivo relatar as experiências, vivências de estar desenvolvendo um projeto de extensão dentro do CRAS, com a participação dos profissionais os quais atuam no CRAS, um Psicólogo e duas Assistentes Sociais. Este projeto é vinculado ao Departamento de Psicologia da UFSC e formado pela professora e coordenadora Andréa Vieira Zanella, cinco alunos bolsistas e um mestrando de Psicologia. Assim como em edições passadas, nesta edição do projeto trabalhamos por intermédio de oficinas estéticas de diversas linguagens artístico-visuais - graffiti, stêncil e lambe-lambe - as relações que os jovens estabelecem com a urbe. As fundamentações teóricas principais as quais o projeto está ancorado é Mikhail Bakhtin e Vygotsky. Esta edição está em andamento e está sendo realizada no CRAS Leste I localizado no bairro de Itacorubi em Florianópolis, SC. A importância da parceria com o CRAS é significativa, pois a partir do momento em que este projeto deixou de ser realizado dentro do espaço universitário, o qual permitia apenas que crianças que morassem próximas a universidade e/ou que tivessem condições de estar deslocando-se até a universidade pudessem estar participando, e passou a ser inserir dentro das escolas e dentro do espaço do CRAS, permitiu a inserção de crianças que se encontram em situação de vulnerabilidade e risco social possam estar tendo acesso e oportunidade de inserir-se no projeto os jovens que apresentarem interesse. O principal serviço ofertado pelo Cras é o Serviço de Proteção e Atendimento Integral à Família que apresenta objetivos como a prevenção da ruptura dos vínculos familiares e comunitários, a promoção de ganhos sociais e materiais das famílias e o acesso a benefícios, os quais são implementados através do trabalho de assistência social. Aproveitando esta parceria constituída no início do ano de 2012, o CRAS procura fazer uma busca ativa das famílias dos participantes para apresentar o CRAS e os trabalhos e atividades socioeconômicas desenvolvidas dentro do CRAS e cadastrar as famílias

dos jovens. O projeto visa trabalhar a relação dos jovens com a urbe e, por isto, durante a oficina não podíamos deixar de situar o CRAS dentro da urbe e da relação destes jovens com o CRAS e suas respectivas comunidades e outras instituições dentro da urbe e as relações formais e informais que entrelaçam o CRAS. Por fim, pretende-se analisar os prós em relação ao trabalho desenvolvido com os jovens e a mudança do olhar destes jovens.

Psicologia e Assistência Social: a construção que se faz no cotidiano

Pâmela Machado - pamelafmachado@gmail.com

Helena Scarparo

O presente estudo tem por objetivo colocar e discutir o papel da Psicologia na composição das equipes multidisciplinares conforme determina o SUAS (Sistema Único de Assistência Social). Para tanto, embasou-se na experiência da autora do trabalho em um Centro de Referência de Assistência Social (CRAS), podendo dialogar com ancoragens teóricas. Deste modo, elencou-se o chamado Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos de zero a seis anos, que é uma das práticas previstas para realizar-se neste local, a qual objetiva o trabalho grupal com mulheres que possuem filhos (as) nesta faixa etária. Após um ano de execução, levantou-se alguns dados do percurso do próprio grupo e da inserção da psicologia neste processo. Desde a implementação desta forma de trabalho e a partir do relato das próprias mulheres, foi possível observar aspectos importantes nesta caminhada, entre eles: a possibilidade de construção do conceito de "ser mulher", que muitas vezes ainda está arraigado à ideia de ser mãe e dona de casa; o grupo como um espaço de escuta e existência, pois elas conseguem ser olhadas em suas capacidades e qualidades; a troca com outros profissionais e serviços apareceu como uma possibilidade de vislumbrar diferentes trajetórias, de ver situações por ângulos distintos; o espaço da reunião apareceu como um disparador para as mesmas pensarem na forma como lidam com a própria vida e como um lugar onde não precisam ter vergonha de suas dificuldades, de seus medos; as atividades lúdicas como possibilidade de sorriso, de liberdade, de flexibilidade, enfim, o trabalho vem demonstrando que a troca e o espaço de escuta podem ser propulsores

na construção de autonomia e cuidado. Porém, é importante destacar que praticamente todas ingressam no grupo pela possibilidade de estar ganhando uma cesta básica e, apenas com o tempo, a maioria coloca que este aspecto não se coloca como prioridade para sua participação, mas que ainda é um apoio fundamental na renda familiar. Neste sentido, preconiza-se a urgência de uma discussão no tange ao trabalho de uma política que prima pelo acompanhamento, mas que está sendo implementada ainda sob a égide do assistencialismo.

Eixo Direitos Humanos

A questão dos direitos humanos no período da Segunda Guerra Mundial no Brasil

Bruna Krimberg Von Muhlen
Marlene Neves Strey - streymn@puhrs.br

Procuramos investigar as questões de direitos humanos no processo imigratório de sobreviventes da Segunda Guerra Mundial, da Europa para o Brasil, focando questões onde os direitos humanos não foram preservados. Durante a Era Vargas

existiam políticas imigratórias discriminatórias. Tendo isto em vista, por meio de documentos com depoimentos de sobreviventes da Segunda Guerra Mundial arquivados no Instituto Cultural Judaico Marc Chagall em Porto Alegre, buscou-se investigar algumas das violações aos direitos humanos que os sobreviventes que imigraram para o Brasil e ainda estão vivos vivenciaram. A partir de depoimentos dos sobreviventes, foram encontradas que quando as violações começaram na Europa, no Brasil, judeus já eram discriminados também.

Em busca das epistemologias do sul: saberes sobre a vida coletiva entre grupos subalternos

Marilia Verissimo Veronese- mariliavero@yahoo.com.br
Adriane Vieira Ferrarini
Elisandra Sessim Peixoto

A apresentação baseia-se no arcabouço teórico metodológico da sociologia crítica de Boaventura de Sousa Santos (2006; 2009), especialmente a sociologia das ausências e emergências e o procedimento de tradução, o pensamento abissal e pós-abissal e a perspectiva das epistemologias do Sul. A preocupação principal é epistemológica, isto é, o objeto é o saber produzido em contextos de vida coletiva entre sujeitos muito pobres que têm na associação uma alternativa para melhorar suas condições de vida. Saberes que os grupos “subalternos” produzem e que permitem que se associem em coletivos tribais, comunitários ou de geração de renda são centrais ao campo da economia solidária, mesmo que não valorizados na mesma medida em que o são saberes acadêmicos. Partimos da hipótese que as desigualdades cognitivo-expressivas que permeiam sua produção, circulação e difusão os tornam invisíveis e/ou desacreditados. E como é pela via de um conhecimento válido que as experiências sociais se tornam intencionais e inteligíveis, muitas experiências sociais levadas a cabo entre esses grupos acabam desperdiçadas ou desacreditadas. Estão sendo investigados, através da metodologia sociopoética, criada por Jacques Gauthier, dois grupos quilombolas (em Porto Alegre-RS e Santa Catarina), uma comunidade de pescadores, grupos de coleta de lixo urbano reciclável e uma comunidade indígena Kaingang em São Leopoldo-RS. Saberes tradicionais hibridizam-se com saberes oriundos do “mundos dos brancos,

servindo para que os grupos lutem por direitos fundamentais e produzam-se enquanto sujeitos sociais.

Intervenção familiar com famílias adotivas

Patricia Marafon- silb@upf.br
Vanessa Becker
Dirce Teresinha Tatsch
Keterly Backes
Elisiane Valandro
Marília Wagner

Trata-se de um projeto de extensão com a proposta de atendimento terapêutico para famílias adotivas, principalmente durante o estágio de convivência, nos casos de adoção tardia e adoção de irmãos ou inter-racial. O objetivo principal é preparar os pais adotivos para o processo de adoção, visando com isto garantir o acolhimento e a proteção social de crianças e/ou adolescentes que, devido a situações de risco social, foram retirados de seu núcleo familiar e assim, evitar o fracasso na adoção e a cena temida dos profissionais: a devolução. Assim, nossa população alvo, são as famílias adotivas que são encaminhadas pelo Juizado da Infância e Juventude, que apresentam dificuldades no estágio de convivências das crianças ou na adoção propriamente dita. Desenvolve-se no Centro de Psicologia Aplicada (CPA) – UPF, a terapia familiar realiza-se com terapeutas, co-terapeutas, equipe reflexiva, em uma sala com espelho unidirecional, com a participação das professoras e alunos extensionistas. No estágio de convivência inicialmente, os requerentes a adoção recebem a guarda da criança ou adolescente, que é reversível. Acompanhamos a evolução do estágio de convivência e as vantagens do processo adotivo, no sentido de satisfazer principalmente quem está sendo adotado, através da terapia familiar de abordagem sistêmica relacional. Procuramos identificar junto a família os mitos e segredos sobre a adoção, para que a comunicação e a circulação de informações e sentimentos ocorra adequadamente. Trabalhamos os mitos e os preconceitos da adoção que é fundamental para a elaboração de sentimentos de desvalorização, colaborando para uma verdadeira criança adotiva de verdadeiros pais adotivos e visando aceitar ser uma criança adotiva – uma criança biológica de pais biológicos desconhecidos. A revelação sobre as origens auxilia os filhos adotivos a

completarem os vazios de sua biografia e história familiar. As principais dificuldades das famílias durante o estágio de convivência foram: como e quando contar a criança sobre a adoção e sua história antes da adoção, como exercer o papel materno e paterno, o preconceito e discriminação da sociedade, descobrir que a convivência se constrói no dia-a-dia. Para uma adoção bem-sucedida, a terapia de família é um recurso fundamental para prevenir e tratar a revelação da adoção e da história pré-adoativa, além de outras questões que demandam esclarecimento, redefinição e elaboração.

Rádios comunitárias e livres: uma possibilidade de diálogo

Pedrinho Guareschi

Daniela Duarte Dias - danieladdias@yahoo.com.br

Este trabalho é parte do projeto de doutorado da autora. Nosso principal objetivo é problematizar o papel das rádios comunitárias e livres no que diz respeito ao Direito à Comunicação no Brasil. Este estudo, inacabado, parte de uma experiência militante da autora em uma rádio livre e de nossos questionamentos sobre a produção e circulação de informação a partir de uma perspectiva popular. Buscamos refletir a partir da luta contra o monopólio da comunicação. Podemos nos perguntar: o que há de potente, de transformador, pensar as rádios comunitárias e livres neste momento em que os dados do último Censo do IBGE (2010) já apontaram que há mais televisores nas casas dos/das brasileiros/brasileiras do que aparelhos de rádio? Apesar de haver uma diminuição no percentual de rádios nos domicílios brasileiros, pensamos as rádios comunitárias e livres como uma possibilidade, mais imediata, de garantir o acesso ao direito de comunicação, pois, nos parece que há uma maior “abertura” para uma pessoa, um grupo, um movimento social nestes espaços. Lembramos que há outras possibilidades imediatas de acessar este direito, como a internet, que não serão o foco deste estudo. E porque há mais abertura? Primeiramente, há menos “donos” e há mais diversidade de opinião, mesmo com a necessidade de avanços. Segundo, elas abrem a possibilidade de organização popular, as pessoas precisam fazer um movimento de encontro, de discussão, de organização para conseguir levar adiante uma rádio comunitária e também as rádios livres, com diferenças na forma de organizar. Terceiro, há menos interesses em

jogo, ou, melhor dizendo, mais interesses em jogo. Se por um lado, há, muitas vezes, a reprodução da lógica das rádios comerciais nestes espaços, por outro, dificilmente encontramos uma rádio comunitária ou livre, empenhadas em controlar o acesso aos meios de comunicação, o que já é muito. É a partir da possibilidade de diálogo que entendemos ser possível, minimamente, o acesso ao direito em comunicar.

Ser Trabalhador e Sujeito de Direitos: O Que As Travestis Têm a Ver Com Isso?

Karen Cristina Cavagnoli- karenzotti@yahoo.com.br
Neuza Maria de Fátima Guareschi

Este trabalho tem como objetivo discutir sobre a questão do trabalho na vida das travestis, entendendo que o reconhecimento em “ser trabalhador” está atravessado por diferentes discursos que legitimam determinados trabalhos e desqualificam outros, provocando ressonâncias na forma como as travestis se reconhecem enquanto sujeitos de direitos na sociedade. A produção das análises deste trabalho partiu de entrevistas em uma pesquisa com a proposta de cartografar os modos de vida de travestis em relação as suas atividades laborais. Estas análises apontam para a questão do trabalho como fator relevante na trama discutida sobre as implicações de circular em uma sociedade heteronormativa. As travestis significam o trabalho como uma das principais vias de se reconhecerem enquanto parte valorizada/desvalorizada na sociedade. Por serem travestis, são arrastadas para um campo determinado onde o espaço de trabalho é limitado, inclusive quando se trata do território do trabalho de prostituição. A prostituição torna-se lugar-comum, sendo que existe uma forte associação entre ser travesti e ser prostituta. O trabalho nas ruas, desqualificado socialmente, produz uma torção a ponto de as travestis também reconhecerem-se como desqualificadas, inclusive como não confiáveis.

Trazendo Exu para a roda: ou a produção de novas epistemologias em direção a uma Psicologia anti-racista

Este trabalho tem como proposta, refletir sobre a categoria raça como essencial a compreensão das relações sociais e dos processos identitários nas sociedades pós-coloniais. Pensar as relações raciais na perspectiva da Psicologia Social no Brasil implica em perceber as marcas deixadas pela colonização e, sobretudo pela escravidão. No entanto, não basta visibilizarmos os negros e as negras ou mesmo incluímos à categoria raça em nossas pesquisas e práticas, mais de que isso é essencial que haja uma revisão epistemológica em todos os campos da Psicologia. Diante do racismo e da opressão, os negros e negras tiveram que produzir estratégias de sobrevivência que engendraram resistências e práticas sociais que muitas vezes subverteram a cultura hegemônica vigente. Este processo de resistência psicossocial deve, portanto tornar-se o mote para pensarmos as relações raciais no Brasil, não a partir da vitimização, mas a da potência gerada pela resistência da população negra. Potência de Exu como argumenta Muniz Sodré (1998). Para tanto é preciso subverter a própria Psicologia, questionar seus paradigmas, tradicionalmente eurocêntricos o que implica em abrir mão do privilégio como aponta Spivak, da confortável neutralidade científica. É preciso reinventar, novas teorias e novas práticas, uma nova episteme, buscando, como propõe Santos (2010), uma prática de tradução cultural. O trabalho de tradução deve ser guiado a partir da sensação de carência e incompletude, o que gera a motivação para a busca de cruzamentos e convergências com diversas culturas. Este cruzamento pode se dar entre diferentes saberes e práticas, promovendo um intensa interlocução entre saberes hegemônicos e não-hegemônicos ou ainda entre saberes não-hegemônicos na direção de saberes contra-hegemônicos. A multiplicidade de saberes possibilita a superação do paradigma universalista, tradicionalmente eurocêntrico e colonialista, pensar, portanto a produção de conhecimento a partir da tradução cultural implica, sobretudo, num trabalho político de descolonização do saber. Cabe, portanto, trazer a cultura negra para esta interlocução, é preciso beber na capoeira, no samba, no jongo, no candomblé...é preciso colocar a Psicologia em movimento, pensar uma epistemologia de Exu. E Trazer Exu para o centro da discussão implica em deslocar o pensamento do centro para o movimento, o que somente será possível a partir de um processo de descolonização do saber, como apontam os autores Curiel (2007), Quijano (2005) e Jordan (1985).

Valores de uma sociedade moderna: a fragilidade dos laços humanos na sociedade de consumo

Diego Bastos Braga
Mariana de Almeida Pfitscher - marianapfi@hotmail.com

Este artigo constitui-se em possíveis apontamentos acerca da sociedade moderna, compreendendo como as relações moldam-se através desta e a fragilidade com que os laços humanos vêm se constituindo ao longo dos anos. Deste modo, o estudo embasou-se nas concepções de Zygmunt Bauman acerca da sociedade contemporânea e nos direitos fundamentais que circundam por meio destas relações, principalmente pelo viés de uma sociedade de consumidores, a qual compreende os impactos da fragilidade das relações, logo, aspectos de vulnerabilidade do ser humano. Ressalta-se o quanto se tornou fácil o descarte, pois o ser humano se encontra em um constante ciclo de obter o novo com objetivos de fortalecer seu poder simbólico, caracterizando assim uma hierarquia enquanto sociedade, entre o ter e o ser, e suas representações, pois quem tem mais é quem tem lugar na sociedade, o que acaba instigando cada vez mais a incessante busca de satisfação, que por sua vez jamais é completamente alcançada. Deste ponto, destaca-se a obra Freudiana, acerca do Princípio do Prazer, processo primário do ser humano, que busca constantemente a satisfação, até ser barrado pelo Princípio da Realidade, processo secundário da constituição psíquica. Deste pressuposto, o estudo visa apontar como se constituem os valores mediante as relações líquidas apontadas por Zygmunt Bauman, assim, as discussões acerca destes fenômenos compreendem também aspectos do público infantil, enquanto crianças-consumidoras frente a uma massificação de informação e o quanto estas relações de consumo venham a ser influenciadoras no desenvolvimento da criança, a qual se vê constantemente instigada pelo novo e pelo prazeroso. Metodologicamente, o trabalho empregou o método dedutivo, utilizando-se de uma revisão bibliográfica abrangente, onde se interligou concepções de diversos autores sobre o referido tema. O estudo possibilitou compreender questões pertinentes ao processo de globalização e reflexos deste nas relações sociais, considerando assim apontamentos perante esta sociedade na atualidade e o quanto as relações

tornaram-se fluidas e centradas em valores individualistas. Possibilitou a compreensão de uma necessidade de educação para o consumo, visando uma maior sensibilização, principalmente ao público infanto-juvenil, alvos de grandes mídias e marketings na atualidade.

Eixo Diversidade Sexual

Diversidade sexual e formação em Psicologia: por uma prática de direitos

Aline Estivalet de Christo- alinee_christo@hotmail.com
Roberta Fin Motta

Em 2012 comemoramos os 50 anos da psicologia no Brasil, é um marco importante na trajetória da profissão, assim como, possibilita maior visibilidade para a área. Assim, podemos pensar que esse momento enseja reflexões sobre a psicologia, enquanto prática, ciência e profissão. Por isso, torna-se pertinente criar espaços e possibilidades de problematização sobre diferentes assuntos que permeiam a psicologia. O mesmo refere-se a um Projeto de um Trabalho Final de Graduação (TFG), o qual se trata de uma pesquisa qualitativa exploratória e descritiva. Nesse ínterim, o trabalho pretende proporcionar um espaço para pensarmos sobre a diversidade sexual na formação em psicologia. Durante os 50 anos da profissão, esse tema se modificou algumas vezes, influenciando diretamente a prática do psicólogo. Nesse sentido, é interessante criar possibilidades para a problematização de temas como a diversidade sexual no curso de psicologia, pois, a partir das discussões e da inserção do tema na formação, é possível ter efeitos que podem gerar benefícios ao curso. Esse trabalho tem como objetivo geral refletir e fomentar o debate sobre a diversidade sexual na formação em psicologia. Apresentando, em seu referencial teórico, dois breves capítulos, que contém conceitos e dados importantes para a discussão que se objetiva. Os capítulos são denominados: “Breve histórico sobre a diversidade sexual” e “Educação e formação em psicologia no contexto da diversidade sexual”. A pesquisa está sendo realizada com estudantes do curso de psicologia de uma Instituição de Ensino Superior (IES) Privada, do interior do estado do Rio Grande do Sul, Brasil. É válido salientar que a pesquisa está sendo realizada, conforme os procedimentos éticos necessários, o projeto foi avaliado e aprovado pelo Comitê de Ética em Pesquisa. Para a coleta de dados da pesquisa serão utilizados Diários de campo realizado pela pesquisadora e pelos participantes, durante três encontros com a realização do grupo focal. Para a análise dos dados obtidos pela pesquisa, será utilizada a análise de discurso. A pesquisa está em andamento, por isso os resultados são parciais, no entanto, podemos inferir que essa discussão é muito válida para a psicologia, pois sabe-se que a diversidade sexual é uma questão cada vez mais relevante, porém ainda não é um tema muito abordado dentro da academia.

Ensinar Igualdade à Distância

Henrique Caetano Nardi
Eliana Teresinha Quartiero- elianaqu@gmail.com

O MEC, desde 2008, oferece através da Universidade Aberta do Brasil UAB um curso a distância para a formação de professores/as nas temáticas de gênero, sexualidade, raça e etnia. O curso Gênero e Diversidade na Escola, GDE, pode ser oferecido por instituições de ensino superior em todo o Brasil por meio de seleção pública. Os/as professores/as que atuam na educação básica têm prioridade de formação, seguidos de gestores/as e trabalhadores/as em educação básica das redes públicas municipais e estaduais. Neste trabalho traremos uma análise preliminar de entrevistas realizadas com professores/as que foram cursistas no curso GDE, no ano de 2009, em Braço do Norte, cidade do sul de Santa Catarina, com população de 24.802 habitantes. Nestas entrevistas se busca olhar como uma ação oficial, pensada em um molde de aplicação, se traduz para seus sujeitos alvos e o processo que se instala desde que esta ação se implementa. Nosso foco é perceber como esta temática está, hoje, colocada nas escolas destes profissionais, como eles se percebem frente a estes debates, e como estão sendo traduzidos para suas práticas pedagógicas. Buscando mapear as lógicas em funcionamento no viver escolar nestas comunidades, que são tomadas como “isoladas, do interior. Nosso trabalho analítico utiliza Michel Foucault com a noção de discurso como uma prática social, em que práticas não discursivas são também parte do discurso. Percebemos que houve troca de impressões e de ideias, sobre o curso, entre professores de diversas escolas, como coloca uma professora: “”Aqui todo mundo se conhece.”” O objetivo de suscitar o debate e inscrever as questões acerca da sexualidade dentro do campo dos direitos humanos traçando as intersecções com outros marcadores como raça etnia apresentam alguns desafios. Surgiram alguns conflitos na relação de tutores e cursistas, se mostrando a importância de repensar metodologias, se afastando de um processo informativo, com apresentação de conteúdos, onde a ignorância se “combate com informações. Percebem-se dificuldades de traduzir discursos igualitários em ações pedagógicas, pois se apresenta o risco de um funcionamento acrítico dentro do dispositivo da sexualidade e a implantação desta

formação continuada destinada a educadores somente se estabelecer como mais um mecanismo de uma incitação ao discurso do sexo.

Reflexões sobre a abordagem da diversidade sexual pelos livros didáticos

Gabriela Quartiero
Fabrício Cenzi de Ré - cenzider@gmail.com

"Neste estudo, buscamos fazer uma análise da forma como os livros didáticos abordam a diversidade sexual e as concepções de família. Foi analisado o conteúdo de materiais educativos, escolhendo como material de pesquisa livros didáticos distribuídos pelo Ministério da Educação nas escolas públicas brasileiras para o Ensino Médio. Para realizar a reflexão, escolhemos os livros de História e Biologia, volume 1, 2 e 3 de ambos. O corpus de análise baseou-se numa escolha intencional e para compor o corpus empírico buscou-se por sequências discursivas nos textos dos livros que remetessem às questões da pesquisa. Prestamos atenção tanto na presença de elementos que incluíssem questões sobre a diversidade sexual como nas ausências. A análise realizada aponta para a carência de informação satisfatória capaz de acompanhar a mudança no perfil das famílias, destacando o fato de que os livros didáticos, em muito, acabam contribuindo para a reprodução de padrões socialmente construídos, como o modelo patriarcal de família e sociedade, reforçando a heteronormatividade, cuja ordem social é centrada na descendência patrilinear e no controle dos homens sobre as mulheres (NARVAZ e KOLLER, 2006). Dessa forma, a abordagem adotada pelos materiais didáticos exclui outras formas de constituição de famílias, como as homoparentais e as chefiadas por mulheres, como no caso do livro de Biologia volume 1 que mostra apenas modelos de família-padrão, ou seja, pai, mãe e filhos. Referente à diversidade sexual, os homossexuais foram citados no livro de História volume 3 mas apenas para simbolizar a entrada de novos sujeitos no ativismo pelos seus direitos, sem dar uma maior ênfase. Assim, nos parece que o material consultado adota uma postura informativa reducionista, vinculando a homossexualidade apenas a ativistas. É real que muitos homossexuais possam ser ativistas, mas apresentar a diversidade sexual exclusivamente desse modo em um livro de História é o mesmo que relegar à

invisibilidade ações e articulações relativas a diferentes configurações afetivo-sexuais. Concluindo, defendemos a necessidade de um programa que contemple outras manifestações afetivo-sexuais, tanto para a instrução dos estudantes, como para os professores. Isso porque estes se sentem despreparados e/ou inseguros para tratar da questão da sexualidade para além dos aspectos biológicos, refletindo o fato de que eles também reproduzem os valores e princípios morais aos quais foram submetidos (REPROLATINA, 2011).

Sexualidade(s) nas Unidades Básicas de Saúde de Florianópolis. Concepções de psicólogos/as

Maria Juracy Filgueiras Tonely
Gabriela Andrea Díaz - gavypsi@yahoo.com.br

O presente trabalho apresenta pesquisa realizada em Unidades Básicas de Saúde da cidade de Florianópolis, na qual foram entrevistados/as dez psicólogos/as. As entrevistas foram gravadas transcritas e analisadas a partir da perspectiva de análise de discurso de inspiração foucaultiana. Verificamos que nenhum/a dos/as psicólogos/as entrevistados teve algum tipo de formação específica que incluísse a temática da diversidade sexual, não tendo sido preparados para o trabalho com outras sexualidades que não a heterossexual. A resolução 001/99 do CFP, por exemplo, de forma específica, é pouco conhecida, embora os/as entrevistados/as tenham demonstrado conhecer o seu conteúdo, de forma geral. Em várias ocasiões os/as entrevistados/as referiram que as temáticas relacionadas às sexualidades não aparecem na rotina do trabalho das Unidades Básicas de Saúde (UBSs). A fala “isto não é tema” foi uma das mais recorrentes nas primeiras aproximações, porém, quando indagados com mais profundidade, todos/as os/as entrevistado/as relataram algum caso no qual alguém ou alguma família procurou auxílio na UBSs em razão de queixa relacionada ao tema. Constatamos, também, que o sistema de matriciamento adotado pelo município, em razão de não haver o preparo ou formação específicos de nenhum dos profissionais que compõem as equipes multidisciplinares, tende a invisibilizar a diversidade que, desta forma, não é vista como produtora de vulnerabilidades. O Programa de Saúde da Família, por sua vez,

por estar focalizado e ter sido idealizado para famílias heterossexuais, exclui ou impede a aproximação de famílias diferentes ou de pessoas não pertencentes a famílias ao trabalho desenvolvido. Quanto à prática psicológica nas UBSs, de outra parte, sendo a forma primordial de trabalho o atendimento em grupos, é insuficiente para o acolhimento da diversidade e oculta algumas dificuldades específicas da população que não se enquadra dentro da norma heterossexual. Pode-se dizer, assim, que, embora no Brasil a temática da diversidade sexual esteja sendo tratada em diversas instâncias do governo, em consonância com tratados internacionais dos quais o país é signatário e em resposta às demandas advindas de distintos setores que incluem, não somente, o segmento LGBT, nem sempre esta temática é incorporada no agir dos/as profissionais entrevistados/as em razão do não reconhecimento da diversidade sexual e das problemáticas advindas dos preconceitos ou da marca heteronormativa.

Uma perspectiva sócio-jurídica das uniões homoafetivas: desafios sociais na construção do vínculo conjugal

Nadir Antonio Pichler
Silvana Terezinha Baumgarten
Willian Guimarães - willgaspar@gmail.com

A família, como instituição central na formação psicossocial do indivíduo, está em constante atualização ao longo dos séculos, sempre em adaptação com a realidade na qual está inserida (CARTER; McGOLDRICK, 1995). Hoje existem inúmeras possibilidades de estruturação familiar e uma delas é a composta por pessoas do mesmo gênero, as chamadas, pela estudiosa da área, Maria Berenice Dias, de uniões homoafetivas (2011. p. 44). É essencial compreender os processos psicossociais e jurídicos responsáveis na manutenção desses casais, como forma de denunciar os obstáculos sociais que impedem a construção desses vínculos afetivos. França, estudiosa das relações familiares, aponta cinco desafios que todos os casais homoafetivos precisam superar na construção do vínculo conjugal: "a questão da homofobia na sociedade em geral; o impacto das questões de gênero no relacionamento; as ambigüidades no vínculo; as dificuldades na família de origem; a necessidade de se desenvolver uma rede social de apoio ou um grupo de

pertinência" (2004, p. 151). Negligenciada pela justiça por muito tempo, hoje as uniões homoafetivas são consideradas entidade familiar e, por essa razão, têm os mesmos direitos e deveres inerentes a qualquer união estável (DIAS, 2011). Por isso, as entidades jurídicas têm a função legal de dar alicerce judicial para que estes casais existam, visando os preceitos da dignidade humana que estão alicerçados nos Direitos Humanos. Mais do que enfrentar as dificuldades que surgem no decorrer de um relacionamento, os casais homoafetivos precisam superar desafios de outra ordem, que é o preconceito que emerge de uma sociedade que tem dificuldade de aceitar o diferente, que invariavelmente atinge questões sócio-jurídicas pertinentes a essas uniões. Compreender as demandas desses casais significa também encontrar maneiras possíveis e viáveis de fortalecer seus vínculos e viver de forma plena sua afetividade.

Eixo Educação

A (de)formação sexual vendida pela mídia televisiva brasileira

Daviane R. Ribeiro - ribeiro_daviane@hotmail.com
Amanda Cristina Fonseca Palla

O seguinte trabalho, de caráter teórico, tem como proposta a realização de uma análise acerca da sexualidade vendida na televisão brasileira atualmente. Para tanto, será utilizada como base teórica a perspectiva da Teoria Crítica da Escola de Frankfurt, com alguns de seus conceitos principais que permitem a reflexão deste tema. Reconhecemos o referencial teórico aqui adotado como uma perspectiva da psicologia social que compreende a crítica à sociedade capitalista e às relações sociais mediadas pela ideologia, sendo potente para análise do fenômeno proposto e para a emancipação social. Na análise do fenômeno, buscou-se compreender os conceitos de cultura, ideologia, televisão e sexualidade para Adorno, Horkheimer e Marcuse. Em um momento posterior analisou-se os processos ideológicos que permeiam a sexualidade exposta na televisão e o poder de formação da mesma. Compreende-se que a televisão influencia na constituição da sexualidade e promove uma educação sexual que cerceia as possibilidades humanas. Adorno e Horkheimer (1973) buscam em Freud o conceito de cultura mostrando dois aspectos principais: a capacidade que o homem adquiriu de obter bens que o satisfaça e domine a natureza e a construção de instituições necessárias para reger a vida em sociedade. Desta forma, a cultura é parte da constituição do indivíduo seja pela manifestação de suas pulsões produzindo arte, tecnologia e bens disponíveis, seja na tentativa de controlá-las, através das leis construídas e que possibilitam que o indivíduo se relacione com o outro e se torne humano. Já conceito de ideologia é compreendido por Adorno e Horkheimer (1973) como um conjunto de ideias e atitudes que revelam a dominação de uma classe sobre a outra. O que muitas vezes é considerado como real consiste em ideologia, distante da realidade material, mas é inserido com proximidade para que a dominação continue pertencendo àqueles que, a partir das relações materiais, dominam. O conceito de Indústria Cultural reflete os instrumentos que conferem o caráter massificado aos indivíduos que consomem os “produtos”, materiais ou ideais, divulgados pela classe dominante. Pelas mídias são propagadas a totalitária e alienante ideologia capitalista doter para ser. A tensão existente entre privado e público acaba por ser diluída à medida que a indústria cultural passa a impor formas e tipos de comportamentos que devem ser consumidos e

reproduzidos. A grande massa de consumidores elimina, em sua aparência, as contradições próprias das desigualdades sociais proporcionadas e constituintes do sistema capitalista. Nesse sentido, a televisão se torna um meio de comunicação que reafirma a Indústria cultural e o processo de alienação dos indivíduos, contribuindo para a fragmentação da subjetividade e ocultamento da realidade objetiva. A análise de Adorno acerca deste instrumento da Indústria Cultural sugere sua origem material, resultante de uma tendência do capitalismo tardio em construir fenômenos capazes de propagar a dominação da classe -dominante e conseqüentemente da ideologia, investindo assim na tecnologia. Nesse sentido, a TV pode ser considerada como “a síntese do rádio e do cinema (FRANCO, 2008, p.112) por permitir que o indivíduo seja capturado dentro de sua própria casa, com seu conforto e comodidade por mais de um sentido perceptivo. Seguindo as tendências televisivas analisadas por Adorno (Adorno apud Franco, 2008) a característica de diminuição da distância entre produto e consumidor (espectador) é fundamental, pois o consumidor passa a desejar as imagens não-neutras e incabíveis a sua realidade apresentadas pela TV, e a indústria cultural aparece como forma de agradar e satisfazer o indivíduo, retirando-o de seu cotidiano maçante e escondendo sua forma de dominação.No presente estudo compreendemos que a sexualidade foi apropriada pela indústria cultural, converteu-se em uma mercadoria, tornou-se um produto, expressa processos ideológicos, tem um formato específico, planejado e é produzido e reproduzido nas relações sociais, sendo, exaustivamente, vendida pelas mídias, em destaque a televisiva.A ideologia sexual vendida na TV brasileira permite que as realizações impossíveis de serem vividas na realidade, passem a ser vividas por meio do consumo das mercadorias televisivas. A aparente liberdade sexual posta em diversos programas televisivos é na verdade a expressão máxima da falta de liberdade sexual e do quanto é miserável a quota de satisfação que a sociedade capitalista oferece aos sujeitos. Nesses moldes, os sujeitos tomam a liberalização de determinados comportamentos sexuais, destituídos de eroticidade, convertendo-se apenas em um encontro genital, como sendo a própria liberdade sexual (Marcuse, 1973).Os modelos ideológicos reproduzidos pela TV são prova de sua não-neutralidade política e social. A organização familiar monogâmica, machismo e heteronormatividade são ora ocultados por falas preconceituosas expressadas em piadas e brincadeiras, ora postas como elementos normais e próprios de um sujeito saudável. A satisfação sexual como aquilo que promove o

alívio de tensões e deixa o sujeito ainda mais apto para exercer suas funções no trabalho (labuta), deve ser vista como miserável e mutiladora das experiências humanas. A reconciliação com a realidade dada proporcionada pela televisão e a inexistente apresentação das contradições e tensões sociais devem ser questionada ao ponto máximo, a fim de desvelar a realidade que é ocultada sob tal aparência apresentada como a verdade em sua inteireza.

A importância da afetividade na educação e desenvolvimento infantil

Vânia Fortes de Oliveira
Caroline Roso Lima - psicocaroline@hotmail.com

Este trabalho tem como objetivo refletir sobre a importância da afetividade entre cuidador-criança na educação infantil e a importância deste nos aspectos positivos do desenvolvimento infantil. O afeto é o principal agente desencadeador das potencialidades e construtor do aparelho psíquico na criança, junto do meio externo e social onde a afetividade intervém qualitativamente nas interações intrapessoais, sejam estas consolidadas por vínculos momentâneos ou vitais. É através da afetividade e do papel do cuidador e suas funções que o afeto e desenvolvimento infantil aparecem como importantes na formação social, intelectual, psicológica e emocional da criança. Rego (1995) traz a centralidade nos processos psicológicos por mediação de símbolos, no qual Vygotsky desperta a importância destes na promoção do desenvolvimento. Essas mediações no âmbito educacional – creches aceleram o desempenho funcional da criança, o aprender têm como movimento que parte do professor e toma a criança como receptor de suas mensagens. A criança tem como aspecto positivo no desenvolvimento as experiências pessoais e afetivas transmitidas, assim, Vygotsky mostra a formação da criança através de fatores biológicos e sociais, onde o tempo e necessidades de cada uma devem ser respeitados e desenvolvidos pelo cuidador, que desempenha o papel de mediador nessas relações. Os primeiros anos de vida contêm estágios que dificultam – ou possibilitam o desenvolvimento, quando separada da mãe. Esses processos maturacionais dão-se a partir de uma função estabelecida pelo cuidador e pela creche, que aparecem como lar substituto a esses primeiros cuidados. As creches –

educação infantil e o papel do cuidador junto com a interação são vistas como reproduções dos cuidados maternos, por isso a complexidade inferida a estes mostram o quanto a afetividade é importante para o desenvolvimento da criança inserida nesse contexto no sentido de contribuir para um desenvolver mais saudável. Aprender é aprender com alguém, assim como se desenvolver. E, essa relação cuidar e educar tem como pressuposto investimentos que estimulam o processo da constituição psíquica e, fornece através dos laços afetivos recursos para a construção de um ambiente seguro e acolhedor, além do papel do cuidador como mediador no desenvolvimento das capacidades intelectuais e cognitivo-emocionais da criança.

A lógica do ensino na escola moderna a partir da verdade

Vinícius Finger - vfinger@bol.com.br

A crença em uma “origem” dos eventos e conseqüentemente na busca desse princípio como comprovação da verdade, é tanto para Nietzsche, como será para Foucault, atitude insustentável. Posição que vai dar embasamento para as construções históricas genealógicas dos dois filósofos. A verdade para Foucault seria essa “espécie de erro que tem a seu favor o fato de não poder ser refutada” (2005, p. 263). Esta “origem” que por ser o começo de tudo, revelaria o real sentido dos ocorridos. Para Nietzsche, o início desse fetiche pela “origem” na racionalidade, se dá na constituição da filosofia sofista (1973, p. 25-27); que ocasionará em um comportamento filosófico que antagonizava a razão diante dos sentidos, o filosofar estóico (2003, p. 15). Teria sido então, a constituição de uma idéia de razão externa as aparências e enganos, que teria permitido a invenção metafísica de um “mundo-verdade” pela filosofia ocidental. O domínio da verdade é tanto um exercício de controle de conhecimento como de poder sobre outros. Assim, é só a partir dessa idéia de domínio da verdade, ou seja, da possibilidade de ditar quais são os conhecimentos relevantes ou não (o currículo escolar), que se constitui a própria lógica de ensino da escola moderna que permitirá a organização de pedagogias embasadas em uma específica moralidade (NIETZSCHE, 1998). O professor o aluno são essas invenções, onde um se constitui como o possuidor da verdade e se

predispõe a servir de ponte entre o indivíduo em busca da verdade (o aluno) e o conhecimento. Esses dois personagens, professor e aluno, ou melhor, homem e criança, são apenas possíveis graças à constituição durante a modernidade, de uma idéia de humanidade universalizante. É a partir dessa idéia de humano que se desenvolve tanto a idéia do conhecimento exterior ao próprio homem, que será definido e mesurado pela lógica Kantiana (KANT, 1992); quanto à organização de uma estrutura pedagógica disciplinar, que embasada em uma específica moralidade e currículo, permitirá o desenvolvimento da escola moderna (KANT, 1996, p. 11). O ser professor é o exercício de poder de uma disciplina embasada na própria idéia de conhecimento, de humano e de criança. É a ele como autoridade do saber pelo menos no que consta ao seu aluno, que será possibilitado o poder de definir quem conseguiu ou não possuir o conhecimento, ou seja, se adaptar as certezas desse << mundo-verdade >>. O desgaste contemporâneo das verdades modernas ocorre apenas devido à incapacidade pós-moderna na noção da “origem” como comprovadora das mesmas e conseqüentemente na impossibilidade da realização das meta-narrativas. Desse modo, a chamada perda da autoridade do professor atualmente, assim como a relativa perda da autoridade da escola como único espaço de conhecimento, não pode ser interpretada como uma “crise” da escola. As dificuldades enfrentadas pela escola atual revelam algo mais profundo, relativo ao desgaste da própria idéia do que é e de como se constitui o conhecimento, o humano e a criança.

A vida se tece e a escola acontece entre-vidas

Guilene Salerno - guilene@cpovo.net
Nair Iracema Silveira dos Santos

Estudo trata da acontecimentalização da/na Escola Municipal Porto Alegre (EPA), escola aberta para jovens em situação de vulnerabilidade social no município de Porto Alegre. Sob princípio cartográfico, utiliza narrativas dos professores, dos estudantes e da própria pesquisadora como construções subjetivas que explicitam como a vida se tece e a escola acontece entre-vidas. Para realização desse exercício de tecer e tramar conceitos e práticas foram utilizados os seguintes

operadores: dispositivo, acontecimento, entre-vidas, narratividade e cartografia, embasados nas teorias foucaultiana e deleuziana. Para situar a escola aberta no tempo foi utilizado um plano, o histórico em que se analisa o código de menores e o estatuto da criança e do adolescente como dispositivos e outro, o cartográfico, que analisa a intensidade das práticas, das expressões, dos (des)afetos na acontecimentalização da epa, ressaltando elementos que potencializam a expansão, ou não, da vida. Questiona e desvela a epa como um dispositivo de cuidado e acolhimento na racionalidade do estado. Em sua fragilidade institucional, do não-lugar dado pela intersetorialidade entre educação, saúde, assistência, sua identidade é conhecida nesse pouco de tudo. A epa sobrevive nesse não-lugar pela luta e pela resistência no tempo próprio entre a educação menor e a educação maior, afirmando uma potência de ação que exige força e invenção numa longa história de fatos de dominação e de opressão, principalmente, entre crianças e jovens e aqueles feitos “menores” por estarem desassistidos. Busca conhecer pistas construídas pelos jovens estudantes e educadores a respeito da política pública e da invenção de novos espaços, de novas possibilidades ética, estética e política, de novas teias que escapem aos saberes e fazeres instituídos.

Análise dos fatores que determinam o sucesso escolar em duas escolas públicas

Cleudane Aparecida de Andrade - cleudaneandrade@hotmail.com
Tania Regina Raitz - floraitz@yahoo.com.br

Diante de muitas inquietações a respeito do ensino e da educação de qualidade brasileira, como: a pouca participação efetiva da família na escola, a falta de vontade de estudar, o baixo capital cultural, trabalho do professor, entre outras situações, nos permitem pensar que seria “improvável” o sucesso de muitas escolas públicas. Situações como essas que as escolas enfrentam no seu cotidiano tornam-se pertinentes, uma vez que percebemos a qualidade da educação fragilizada, temos muito ainda para realizar em relação à isso. Neste sentido, percebe-se que os profissionais acabam se desmotivando a melhorar suas práticas em sala de aula, pois esses confrontos prejudicam o “ensinar e o aprender” dificultando o bom rendimento escolar. Este conjunto de insatisfações nos faz refletir que como

estudiosos da área precisamos urgente encontrar soluções para os problemas existentes. Cada vez mais se observa que as dificuldades em ensinar e aprender aumentam os problemas disciplinares na escola e o professor não sabe enfrentar essa situação. Esta pesquisa apresenta um estudo realizado em duas escolas públicas, uma do estado do Paraná e outra de Santa Catarina, que atingiram um dos melhores índices no - IDEB - Índice de Desenvolvimento da Educação Básica, avaliação realizada em 2009 nas escolas públicas. O objetivo foi analisar os fatores que foram importantes para que essas escolas atingissem esses índices. A natureza da pesquisa é qualitativa, realizada por meio de entrevistas com 32 sujeitos (alunos (as), professores (as), pais e gestores escolares). Os resultados apresentam questões em relação a essa avaliação escolar que vai além de uma representação numérica que vem causando uma má interpretação das escolas que não atingiram o índice esperado. Há fatores importantes que devem ser considerados. Notamos que além de avaliar os estudantes das escolas públicas em relação ao conhecimento da Língua Portuguesa e Matemática, bem como a administração em geral, existem aspectos fundamentais que essas escolas mostraram para se atingir um bom rendimento: um ambiente agradável para se ensinar e aprender, professores como figura principal na aprendizagem do aluno, pais mais próximos da escola e da vida escolar do aluno, capital cultural do aluno, escolaridades dos pais, vida familiar do aluno, expectativas de um futuro melhor, motivação. Fatores que as Políticas Públicas deveriam dar mais importância ao avaliar essas escolas, pois se mostraram de extrema relevância nessa pesquisa para que ocorresse um melhor processo de ensino e aprendizagem e para elevar o índice do Ideb.

Culturas escolares: caminhos entre estratégias e táticas

Nilda Stecanela
Samanta Cristina Wessel - samantawessel@hotmail.com

O presente trabalho ocorre no âmbito do Observatório de Educação da Universidade de Caxias do Sul, como um desdobramento do projeto “Observar a escola e suas margens: perspectivas plurais em diálogo”, financiado pelo CNPq. A pesquisa tem como objetivo realizar uma investigação teórica, aliando o conhecimento científico às narrativas encontradas pela autora em um trabalho do campo, contendo registros

etnográficos e entrevistas em profundidade com estudantes de uma escola de Caxias do Sul. Com isto, pretende-se estabelecer relações entre os conceitos de processo civilizador de Norbert Elias, estratégias e táticas de comunicação preconizadas por Michel De Certeau e os discursos encontrados nas vivências da pesquisadora no cotidiano da escola. Assim, relacionando o vivido, o percebido e o concebido com os processos reguladores com os quais os sujeitos constroem suas estratégias e táticas de convívio e comunicação. Para o desenvolvimento do trabalho foi utilizada a metodologia da pesquisa bibliográfica, através de uma revisão da literatura à cerca do problema de pesquisa, trançando uma interlocução com os dados de evidência encontrados no trabalho prático realizado em 2011. Como base de dados para a construção do estudo foram utilizadas as narrativas de estudantes abordadas na pesquisa “Por que ir à escola” (Wessel, 2011), além dos referenciais teóricos de Norbert Elias, Michel de Certeau, José Machado Pais, Sandra Pesavento, Nilda Stecanela, entre outros. Uma primeira aproximação sobre os resultados desta pesquisa identifica que as estratégias e táticas utilizadas pelos protagonistas da cena escolar sofrem influência do momento sócio histórico e das características socioculturais da sociedade contemporânea e da comunidade em que estão inseridos. Grande parte dos discursos encontrados no trabalho de campo e das condutas observadas nos registros etnográficos constitui-se de uma reprodução dos processos reguladores que transversalizam o contexto escolar, sendo que muitas vezes as pessoas fazem consumos das leis e normas morais pré-estabelecidas, sem refletir sobre o sentido e o significado de suas práticas, tão pouco sobre seus interesses, anseios e necessidades individuais. Os sujeitos consomem “frases prontas” para explicar suas condutas e motivações, o que gera um processo de naturalização de discursos dominantes que acabam exercendo funções reguladoras no ambiente escolar.

Dispositivos para formação universitária: estágios de vivência no campo e na cidade

Alex Barcelos Monaiar - alexmonaiar@gmail.com
Pedro Sérgio da Silveira
Leonardo da Silva Soares

Os estágios de vivência não estão dentro da grade curricular de cursos de graduação, são estágios que possibilitam uma experiência educativa e formativa diferenciada. Compreendendo educação como processos formativos que se desenvolvem tanto na universidade como em movimentos sociais. Surgem como uma forma de colocar os estudantes da Universidade em contato com uma realidade que só se ouve ou se fala, mas que não se experimenta. Trata-se de Vivências construídas por movimentos sociais, dentre eles o Estudantil. Por esta via, se percebe e trabalha a realidade. De caráter interdisciplinar, estudantes de diversas áreas partilham saberes e olhares na busca de compreender qual a função do Estado, da Universidade e sua diante à realidade e dos problemas sociais com que se depara. As realidades de que tratam essas formas de experimentação na práxis, são a agrária e da saúde, no Estágio Interdisciplinar de Vivência (EIV) e Vivências e Estágios na Realidade do Sistema Único de Saúde (VER-SUS).

Objetivo: Discutir os estágios de vivência EIV e VER-SUS como dispositivos de formação na graduação que não formate os sujeitos do e no processo, bem como para que os estudantes entrem em contato com a realidade que estudam e irão atuar.

Resultados: Através de que 'lente' nos mostram o mundo, suas potências e seus problemas? Demandas de quem que definem os problemas e/ou constroem as potências? O que está mais próximo do ensino e vivência universitária? A comunidade ou a empresa mais próspera? Esses foram alguns dos questionamentos ao fim destas vivências.

Ao mesmo tempo em que se está na Universidade para se formar e conhecer os problemas do mundo percebe-se o quão se está afastado destes propósitos. Viu-se a necessidade de repensar a formação universitária que "recebemos", para assim nos inserirmos ao mundo ao invés de nos adaptarmos. Participar de organizações, sejam elas Centros Acadêmicos, Partidos ou Movimentos Sociais é um dos modos de construir os próximos estágios e trazer mais estudantes para a luta de transformação da Universidade e da Sociedade, pois uma reverbera na outra.

Diversidade sexual na escola: os desafios enfrentados para a inclusão

Daviane Rodrigues Ribeiro
Arthur Rodrigues de Oliveira - arthur.psicologia@gmail.com

Os desafios para uma educação que abarque a diversidade se fazem hoje como prementes ao sistema educacional, principalmente quando se trata de uma realidade em que a escola pública é de acesso universal (Seffner, 2009). Para refletir sobre as dificuldades em se incluir sujeitos que se encontram à margem da realidade vivida na escola, buscou-se, por meio de pesquisa teórica e de debates realizados na disciplina “Currículo, Cultura e Avaliação”, cursada no 6º período do curso de Licenciatura em Psicologia da Universidade Federal de Goiás, articular sexismo, heteronormatividade, heterossexismo e homofobia como elementos constituintes da realidade social que é contexto para elaboração dos currículos escolares. A partir de Sacristán (2000), que compreende o currículo em dialética com a realidade social, buscou-se compreender, dentro dos limites do recorte, os elementos que constituem padrões sociais que se destacam no que se refere ao acesso e inclusão dos sujeitos com orientações sexuais diferentes da heterossexual. A partir disso, pensar formas de incluir a diversidade sexual no currículo. Caso não adote uma postura crítica em relação a normas sociais que cerceiam as possibilidades de compreensão da sexualidade humana, a educação se efetivará como ferramenta de reprodução de valores culturais irracionais que acabam por prejudicar mais do que beneficiar. Nesse sentido, buscou-se compreender a complexa realidade de práticas que visam acessibilidade, mas que, contraditoriamente, acabam por promoverem um currículo excludente. Os esclarecimentos proporcionados por tal estudo podem e devem resultar em maior aprofundamento, já que revelam a constante necessidade de se levantar problemáticas que, por vezes, são camufladas por discursos que pregam o universalismo do ensino público. Observa-se que, na prática curricular, muitas vezes o que ocorre é a tomada de uma realidade particular como universal e a naturalização de normas e processos de dominação (Chauí, 2003). Acredita-se que o exposto é apenas uma porta que visa convidar as pessoas, com simplicidade, a buscarem se envolver nos processos educacionais e no próprio planejamento curricular, uma vez que isso se refere diretamente a que tipo de sociedade e sujeito pretende-se formar, sem, contudo, perder de vista que educação é algo que esta

para além dos muros da escola. É, pois, de responsabilidade social e, acima de tudo, própria da formação humana.

Educação inclusiva e análise curricular: o atendimento educacional especializado em um contexto social multicultural

Arhur Rodrigues de Oliveira
Patrícia de Mello Sardinha - paty_mello@hotmail.com

Sendo a educação inclusiva uma extensão da educação básica, é fundamental para seu estudo o aprofundamento teórico acerca da construção dos currículos escolares, tanto para elaborar políticas educacionais que abranjam esta demanda quanto para a efetivação integral do processo educativo dos sujeitos que dela usufruem. O presente trabalho tem o intuito de discutir a importância das análises e reformas curriculares na compreensão e superação de uma realidade escolar excludente, que reforça padrões e preconceitos e inviabiliza a efetivação de políticas como o atendimento educacional especializado, garantido por lei. Sacristán (2007) compreende o currículo escolar como ferramenta socializadora, que age sobre a realidade ao mesmo tempo em que é construído por ela. Todavia, ainda se observa em nosso país a perpetuação de um currículo conteudista, baseado na escola tradicional, que padroniza a aprendizagem a fim de atender as exigências organizacionais e do mercado de trabalho em geral. Esquece-se do caráter multifacetado das manifestações humanas e diversas formas de se colocar no mundo presentes em nossa sociedade, favorecendo a valorização de um aluno ideal, universal, livre de especificidades e passivo no processo de conhecimento. Observa-se a necessidade de se concretizar as políticas públicas em relação à educação especial no sentido de fornecer as formas adequadas e já garantidas por lei de inserção de alunos com necessidades especiais no ensino comum, o que ainda é em parte negligenciado. Essa inclusão se faz pelo fornecimento de ferramentas que possibilitem ao aluno especial ter acesso ao mesmo ensino que qualquer outro, e não pela inserção do mesmo numa escola diferenciada. Ao colocar esses sujeitos em contato uns com os outros em um mesmo espaço escolar, proporciona-se a todos uma formação socializadora que diminua cada vez mais os processos de exclusão e discriminação a partir do

conhecimento e da convivência com a diferença. A escola, por sua vez, ainda deve realizar seu papel socializador formando sujeitos ativos, que reflitam acerca dessa realidade excludente, possibilitando assim formas de repensá-la para reconstruí-la. É nesse sentido, pois, que as análises e reformulações acerca dos currículos escolares devem se firmar: proporcionando equidade no tratamento ao diferente em consonância a uma educação reflexiva e reconstrutora da realidade, que leve em conta o caráter multifacetado do ser humano.

Experiências dançantes: corporeidade de sujeitos nômades

Claudia Annies Lima - claudiaalpsi@hotmail.com

Esta pesquisa é parte da dissertação de mestrado e teve como objetivo analisar os significados atribuídos à experiência de viver nas ruas pelos acolhidos na Associação Vida Nueva (AVN) localizada no município da Palhoça/SC, e como estes participam na constituição da sua corporeidade. A concepção metodológica configura-se como estudo de caso de abordagem etnográfica numa relação aproximada entre pesquisadora e os atores do contexto investigado, sendo utilizado como instrumentos de coleta de dados, diário de campo, documentos disponibilizado pela instituição, observações e entrevistas. No decorrer da pesquisa procurei legitimar os fios que configuram os modos de ser e estar nas ruas, marcados pelos deslocamentos infinitos. Os desdobramentos que compõem a caminhada tecemolhar sobre breve panorama da população em situação de rua; a estética das ruas e seus adereços, assim como o movimento das piruetas no trecho pelos protagonistas da pesquisa. Para análise foi privilegiado as narrativas de sujeitos que passaram e/ou estão na AVN, em especial dois deles, Val e Jota, denominados protagonistas desta pesquisa. A título de considerações, esse estudo possibilita defender as imprevisibilidades inscritas na corporeidade dos sujeitos que passaram pela experiência de viver nas ruas e apropriam-se dos deslocamentos como legítimos de suas existências. As relações estabelecidas nas e com as ruas são afetadas pelas adversidades que a compõem pelos bons e ruins momentos. E a permanência em habitar as ruas, torna-se, algumas vezes, inevitável pelo desejo-escolha de ali estar.

Finitude da vida: a percepção de educadores

Paulo Cesar dos Santos Braga
Roberta Brizolla Rosa - robertabrizollarosa@gmail.com

O presente artigo tem como objetivo principal compreender qual é a percepção que educadores possuem sobre a inserção do tema da finitude da vida no contexto escolar. A educação para a morte é um tema que precisa ser entendido principalmente como uma ciência de educação para a vida. Para este estudo, foram realizadas entrevistas individuais, semi-estruturadas, com cinco professores de alunos com idade entre seis e doze anos, de uma cidade do Rio Grande do Sul. A análise de dados, realizada através da metodologia qualitativa, utiliza a técnica de análise de conteúdo de Bardin (1991), na proposta de Moraes (1999). Os resultados indicaram que os professores, em suas formações, não são preparados para trabalhar com temáticas relacionadas à morte, sem informação adequada a cerca do assunto. Dos professores entrevistados, apenas um demonstrou possuir entendimento na temática pesquisada, outro achado foi a dificuldade em encontrar profissionais disponíveis para a entrevista após explicar os objetivos do estudo. Ao término das entrevistas todos aparentaram estar com maior interesse na perspectiva, bem como reflexão sobre suas posturas diante de situações profissionais que envolvem a finitude humana.

Fortalecimento de vínculos vs. desenvolvimento psíquico: um desafio à esfera socioeducativa

Mariana de Almeida Pfitscher
Daniele Roath do Canto
Elize de Matos Souto - elizesouto@yahoo.com.br

Tendo em vista que os processos de desenvolvimento se constroem desde o nascimento por meio dos estímulos que a criança recebe do meio e se estende por toda vida, este trabalho apresenta a proposta de intervenção desenvolvida por um Centro de Convivência Social localizado na periferia do Município de Santa

Maria/RS, cujos objetivos circunscrevem o fortalecimento de vínculos atrelado ao desenvolvimento psíquico dos sujeitos participantes. Este espaço oferece atendimento a 150 crianças e adolescentes, com idade entre 7 e 17 anos. O centro de convivência social tem sua metodologia regulamentada na Tipificação de Serviços Sócios assistenciais nº 109, encaixando-se no Serviço de Proteção Social Básica, que objetiva a prevenção de situações de risco, disponibilizando projetos e serviços locais de acolhimento, socialização, fortalecimento de vínculos sociais, de acordo com a situação em que o usuário se encontra. Assim, mediante estas condições, parte-se da demanda caracterizada pela dificuldade de estabelecimento de vínculos e de convivência entre crianças de 06 a 10 anos, verificando-se a necessidade de intervir enquanto grupo interdisciplinar, composto pela educação especial, psicologia e pedagogia, a fim de fortalecer os vínculos e a convivência entre as crianças desta faixa etária. O referido grupo ocorre quinzenalmente durante o período de uma hora, neste há uma movimentação entre os participantes e a integração desta equipe, que prioriza o acolhimento afetivo, a humanização e o respeito entre os participantes. Este espaço de convivência proporciona o bem estar dos participantes, contribuindo para sua socialização e o inter-relacionamento afetivo. Assim, contribui para o desenvolvimento enquanto à aceitação e convivência com o outro “diferente”, situações onde se pode ganhar, ceder ou dividir compõem as atividades deste espaço. Considera-se que quanto mais agradável for este espaço, a criança se desenvolverá integralmente nos aspectos cognitivo, social e psicológico, e a tornará apta a enfrentar a diversidade presente no mundo. É pertinente ao espaço o esclarecimento as crianças que estas são detentoras de direitos sociais, que precisam ser respeitadas e respeitar os outros, para assim constituírem-se como cidadãos saudáveis e que saibam seus direitos e deveres, bem como, favorecer a sua integração social e o desenvolvimento psíquico.

Jovens e a arte na cidade: a experiência do projeto arteurbe

Andrea Vieira Zanella - avzanella@gmail.com
João Gabriel Neves de Sousa - jgneves2@hotmail.com
Bruna Berri - brunaberri@hotmail.com

O projeto de pesquisa-intervenção "ArteUrbe: oficinas estéticas com jovens da/cidade" vem sendo realizado com dois grupos de jovens de idades entre 13 e 18 anos, todos alunos de escolas do ensino fundamental e médio em Florianópolis/SC. Neste trabalho serão apresentados e discutidos fatos relevantes ocorridos nos encontros e que possibilitam tensionar as intervenções em psicologia social junto a jovens e a potencialidade de linguagens estéticas da arte urbana como mediadoras dessas intervenções. As oficinas estéticas tinham por objetivo problematizar as relações dos jovens com a cidade e as possibilidades de suas (re)invenções por meio da arte. Foram realizadas atividades com as linguagens artísticas graffiti, lambe-lambe e stencil que, somadas à produção de fotografias pelos jovens, possibilitaram problematizar as relações destes com a cidade e discutir as implicações éticas e possíveis conseqüências da inscrição estética no espaço urbano. Para o registro das informações produzidas com os jovens foram utilizados diferentes recursos: filmagem, fotografias e entrevistas. As produções dos jovens durante as oficinas também foram registradas imagneticamente para fins de análise, além das observações referentes a nossa própria imersão como mediadores e partícipes das oficinas. O desenvolvimento do projeto e as análises basearam-se no enfoque histórico-cultural em psicologia. Foram utilizadas contribuições de L. Vygotski e M. Bakhtin para a discussão das produções estéticas e das relações que se estabelecem entre os jovens e a cidade, bem como dos sujeitos que se constituem a partir dessas relações. Quanto aos resultados, constatou-se que as oficinas engendraram um movimento dos jovens no que se refere às relações que estabelecem entre si e com os modos de sujeição vigentes. Em suma, os jovens foram provocados, com a mediação das atividades estéticas foco das oficinas, a analisar os acontecimentos e suas implicações. Essa possibilidade de análise do vivido no contexto de uma oficina estética que tinha a linguagem da arte urbana como foco, foi fundamental à complexa trama que entreteceu jovens, arte e psicologia através do projeto de pesquisa-intervenção proposto.

O diário de campo como instrumento de produção de conhecimento na Psicologia Social

Adriane Roso
Pedrinho A. Guareschi
Moisés Romanini - moisesromanini@yahoo.com.br

O presente trabalho tem como objetivo inicial problematizar e apresentar a utilização do Diário de Campo como método de pesquisa e instrumento de produção de conhecimento dentro da Psicologia Social. O diário de campo foi utilizado como uma ferramenta metodológica em uma pesquisa de mestrado, que propunha encontros dialógicos com usuários de um Centro de Atenção Psicossocial Álcool e Drogas. Tendo a Psicologia Social Crítica como pressuposto teórico, buscamos tecer algumas articulações entre ela e a prática da escrita do diário. Do modo como concebemos o diário, ele consiste em um levantamento dos dados observados no campo altercado às anotações do pesquisador e da orientadora, a reportagens veiculadas nos meios de comunicação, a letras de música e à descrição de sentimentos/emoções despertados. Nosso esforço de apresentar as dificuldades e os avanços na pesquisa proporcionados pelo exercício do diário nos faz pensar que nossa escrita é sempre uma escrita implicada, na qual não conseguimos separar os sujeitos que pesquisam, produto(r) de conhecimento reificado, daqueles sujeitos que sentem, se emocionam, experimentam, vivem, produto(r) de saberes comuns. E essas emoções, experiências e vivências se dão nos contextos estudados com os sujeitos, com as pessoas que compõem os serviços. Por isso também, justificamos a nossa tentativa de aproximar esse método (crítico-ético) com o nosso pressuposto teórico: a Psicologia Social Crítica. Ao escrever, vamos tomando consciência da realidade. Ao tomarmos consciência, responsabilizamos-nos por aqueles que nos propomos compreender. As experiências de escrever um diário de campo e de, posteriormente, ler, reler e reescrever sobre ele, nos mostra o quanto nos transformamos nesse período de tempo, subjetiva, crítica e eticamente, assim como a Psicologia Social Crítica também precisa constantemente se reinventar. Conclui-se que, se assumimos a complexidade do diário de campo, como uma escrita implicada do pesquisador, o diário não é mais concebido como um simples método de coleta de dados, mas como um instrumento que reflete uma postura crítica, uma preocupação ética do pesquisador e uma espécie de autoanálise. Nesse sentido, o diário de campo pode vir a ser um instrumento de (auto)transformação.

Pensando os processos de inclusão: um estudo com crianças de circo e parques de diversões

Alexsander Witt Rodrigues
Betina Hillesheim
Letícia Aline Back - leticia-aline@hotmail.com

Este trabalho objetiva apresentar algumas reflexões resultantes da pesquisa Infância, educação e nomadismo, a qual buscou compreender as formas através das quais têm se dado a inclusão dos alunos de circos ou parques de diversões. A pesquisa foi dividida em dois momentos, sendo que no primeiro foi realizada uma análise dos principais documentos voltados para a inclusão escolar e no segundo foram feitas entrevistas com os alunos e professores. Em ambos os momentos ficou clara a baixa visibilidade dos nômades nos movimentos de inclusão, o que foi reforçado na fala de uma das professoras ao relatar a falta de legislações voltadas a tal público: “para os deficientes tem uma lei, de como tem que ser... Mas para esses alunos não tem uma lei. Nesse sentido, podemos apontar que estes alunos estão, ao mesmo tempo, incluídos e excluídos, o que aparece demarcado por uma das professoras: “são alunos de passagem, não de aprendizagem. Com isso percebemos que a escola, enquanto espaço estriado, marcado pelas avaliações, planos de aula, cadernos de chamada, tenta trazer o aluno nômade o mais próximo possível dessas regulações, normatizando seus processos de aprendizagem. Na medida em que são considerados alunos de passagem, sem vínculo, sem raízes, ou seja, alunos marcados pela falta, eles acabam, também, desestabilizando as lógicas impostas, colocando em xeque as maneiras de se relacionar com o processo de aprendizagem, bem como com as formas de estabelecer relacionamentos. Portanto, podemos apontar que poucos movimentos são realizados para a inclusão destes alunos, sendo que, sobre isso, uma professora relata: “”A gente conversa com eles, eu mesma pegava o caderno deles, eu olhava onde estavam com o conteúdo. Agente tenta fazer uma retrospectiva com eles. Sentava e olhava lá no caderno deles, ah tem isso aqui, isso aqui tu já passou, te falta isso, talvez tu não vai entender a explicação que a *profe* vai dar agora né, por que os teus colegas estão numa sequência lógica”.” A partir deste relato, percebemos que a inclusão passa pela lógica da responsabilização do sujeito, colocando nos alunos nômades a obrigação de se adequarem ao espaço escolar, e não ao contrário, como preveem as legislações voltadas para inclusão, onde ressalta-se que a escola deve adequar os currículos conforme as necessidades dos seus alunos. Nessa perspectiva, os

alunos nômades encontram-se numa posição de invisibilidade, pois a escola, apesar de garantir o seu acesso, não apresenta subsídios para suprir suas necessidades.

Políticas de educação superior no Brasil: os impactos da mercantilização da educação

Carla Garcia Bottega
Álvaro Roberto Crespo Merlo
Karine Vanessa Perez - karinevanessaperez@gmail.com

Este trabalho é parte de dissertação de mestrado, concluída no primeiro semestre de 2012 que teve como foco as relações entre a o trabalho e a saúde de professores universitários de instituições privadas do Rio Grande do Sul. Para o desenvolvimento desta pesquisa entrevistou-se 18 professores que possuíam diversas formações e áreas de atuação com o intuito de compreender o cotidiano e a organização do trabalho, bem como esta dinâmica pode influenciar na produção de saúde e/ou adoecimento. Para contextualizar o âmbito do ensino privado no Brasil, e mais especificamente do Rio Grande do Sul, discutiu-se a questão da expansão das Instituições de Ensino Superior privado, especialmente nos últimos anos e ainda observou-se como o ensino tem se tornado objeto de troca por meio do pagamento de mensalidades por parte dos alunos, fomentando a mercantilização do conhecimento. A educação superior no Brasil tem representado um importante fator para o atual contexto econômico e social de forma que a pesquisa e a inovação representam fatores que agregam valor à economia baseada no conhecimento. No país a formação superior tem sido realizada em grande escala nas instituições privadas. Sendo assim, percebemos a necessidade das instituições de ensino superior de competir desmedidamente, valorizar sem limites o capital e fazer render ao máximo cada mercadoria-educação, onde todos os meios envolvidos na indústria do ensino” buscam o seu espaço na disputa econômica do campo educacional. A educação superior no contexto atual, sendo vista como mercadoria e o conhecimento como moeda de troca, provoca uma significativa mudança no sentido do trabalho docente: a educação, tradicionalmente reconhecida por sua função social passa a ocupar uma função econômica, onde esta se sobrepõe a primeira. Dessa forma, transforma-se não só o mundo do trabalho, mas a própria educação

que passa a estar a serviço do mercado, funcionando como troca econômica. Tal fato representa a mudança da educação como função social para função econômica que passa a provocar um deslocamento no sentido do trabalho docente. Isso acaba por acarretar comprometimentos físicos (incluindo as doenças psicossomáticas), e especialmente na saúde mental destes trabalhadores, pois todo o preparo e dedicação em sua própria formação passam a estar a favor da lógica do mercado econômico, onde o conhecimento é reduzido a algo passível de ser trocado por valores financeiros.

Relato de uma atividade de ensino/extensão em gênero, políticas públicas para mulheres e HIV/Aids

Adriane Roso
Mônica Angonese
Verônica Bem dos Santos - v_bem@yahoo.com.br

Neste trabalho, apresenta-se a atividade Estudos em Psicologia Social: Olhares sobre Gênero, Políticas Públicas para Mulheres e HIV/Aids, integrante do projeto de ensino e extensão intitulado Psicologia Social, Cinema e Saúde: Círculo de Estudos e Análise Crítica Compartilhada de Filmes/Documentários, ligado ao Programa de Pós-Graduação em Psicologia da UFSM. A atividade conta com um grupo de 10 participantes, entre acadêmicos e profissionais de Psicologia, além de uma mediadora, mestranda em psicologia, e uma professora coordenadora. A execução da atividade se dá em duas etapas, durante o período de dois anos. A primeira etapa, denominada de Círculo de Estudos, consiste em estudos e discussões através da leitura de textos teóricos e análise de filmes, acontecendo no primeiro ano da atividade. A segunda etapa chama-se Análise Crítica Compartilhada de Filmes/Documentários, e acontece durante o segundo ano. Essa etapa deve promover a interlocução entre a academia e a comunidade, através da exibição de filmes e/ou documentários em espaços comunitários, funcionando como disparadores do debate e da reflexão crítica sobre as seguintes temáticas: gênero, políticas públicas para mulheres e HIV/Aids. A importância dessa atividade é sentida tanto no âmbito acadêmico quanto no profissional, pois os participantes têm a oportunidade de refletir sobre temas que, em geral, não estão incluídos nos

currículos de graduação em psicologia. Assim, tem contribuído para a formação em Psicologia, indiretamente, ao mesmo tempo em que promove a reflexão e o posicionamento crítico dos estudantes e profissionais, o que deverá afetar positivamente os fazeres em estágios acadêmicos e na atuação profissional. Além dos benefícios acadêmicos, a atividade deve proporcionar ganhos principalmente à população, à medida que esta, junto com os acadêmicos envolvidos, compartilham informações, questionamentos e reflexões sobre as temáticas em questão. Pretende-se com essa ação que a comunidade participante seja multiplicadora das temáticas debatidas. Entende-se que ao propor o debate e a reflexão em comunidade, a academia está proporcionando um espaço de discussão política e estimulando o empoderamento das pessoas, acadêmicos e comunidade.

Rural, trabalho rural e velhice: um mapeamento da produção científica brasileira no banco de teses da CAPES (1987-2011)

Giovana Ilka Jacinto Salvaro
Diandra de Souza Jora - diandrajora@hotmail.com

O presente texto apresenta os resultados parciais da pesquisa de iniciação científica (PIBIC/CNPq 2012-2013). A pesquisa tem como objetivo geral mapear a produção científica brasileira sobre trabalho rural e velhice nas ciências sociais, humanas e agrárias, no período de 1987-2012. O projeto se insere em uma rede mais ampla de estudos do Grupo de Pesquisa Interdisciplinar em Desenvolvimento Rural, Agricultura Familiar e Educação do Campo (GIDAFEC). A pesquisa consiste em um estudo do estado da arte sobre o tema e os resultados parciais que são apresentados se referem à etapa de mapeamento realizada no Banco de Teses da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior - CAPES (1987-2011), a partir dos descritores (assunto) trabalho rural e velhice, rural e velhice. Foram aplicados critérios de inclusão e exclusão dos estudos que constituíram o corpus de análise da pesquisa. Critérios de inclusão: a) estudos relacionados direta ou indiretamente às temáticas de estudo; b) estudos produzidos em campos de conhecimento das ciências sociais, humanas e agrárias; (c) estudos publicados no período de 1987- 2011. O processo de análise aliou procedimentos quantitativos e

qualitativos. Após a seleção do corpus de análise, em um banco de dados específico da pesquisa, os estudos foram categorizados e analisados de acordo com os seguintes critérios: 1) título do estudo; 2) autores/as; 3) instituições de origem dos/as autores/as; 4) nome do programa de pós-graduação, natureza da pesquisa (mestrado e doutorado); 5) sujeitos da pesquisa; 6) objetivo geral; 7) objetivos específicos; 8) delineamentos metodológicos e teóricos; 9) principais resultados e conclusões. Por meio das palavras-chave foram localizados 23 estudos e selecionados 17 para análise. As produções científicas estão distribuídas em 17 Programas de Pós-Graduação (três Programas de Doutorado e 14 Programas de Mestrado). Os Programas de Pós-Graduação identificados foram: Antropologia Social, Antropologia, Desenvolvimento Rural, Direito, Direto - Relações Internacionais e Desenvolvimento, Desenvolvimento Regional e Meio Ambiente, Educação, Extensão Rural, Gestão de Políticas Públicas, Ciências Sociais, Economia Aplicada, História, Meio Ambiente e Sustentabilidade, Sociologia, Psicologia e Psicologia Social. Os resultados da pesquisa possibilitaram observar que se trata de um campo de investigação interdisciplinar, que mobiliza o interesse de pesquisadores (as) de diferentes instituições universitárias e programas de pós-graduação (mestrado e doutorado). Contudo, tendo em vista o problema crescente do êxodo de parcelas significativas da população jovem e do envelhecimento populacional rural, é possível verificar ainda um número reduzido de trabalhos sobre o tema.

Sobre as condições de possibilidade da emergência do PET conexões de saberes

Maurício Machado Moraes - mauricio_m_moraes@hotmail.com
Nair Iracema Silveira dos Santos - nair.iracema@gmail.com

A lógica produtivista da universidade, sua democratização pela busca da diferença e seu caráter cientificista, têm sido objeto de discussão no Brasil. Nesse cenário de questionamento das práticas universitárias, a insurgência do PET Conexões de Saberes, política que se insere no contexto de ampliação do Programa de Educação Tutorial, brota como um dispositivo estratégico que contempla as políticas de ações

afirmativas, e também, ações que procuram dar vazão e visibilidade para o desenvolvimento de ações inovadoras que ampliem a troca de saberes entre as comunidades populares e a universidade, inventando novos arranjos institucionais possíveis para as esferas universitária e social. O Programa de Educação Tutorial (PET) nascido em 1979 sob a regência da CAPES, tradicionalmente planejado para apoiar a formação de uma elite intelectual através de princípios meritocráticos, historicamente garantiu a inserção de estudantes avaliados conforme a racionalidade produtiva que regula as práticas nos espaços acadêmicos. Nessa direção, a partir de experiências do Programa Conexões de Saberes – diálogos entre a universidade e comunidades populares, e de um intenso debate sobre a democratização da universidade, o PET Conexões surge como uma política de continuidade do Programa Conexões, tentando assegurar o eixo político da proposta que envolve o diálogo e permanência de estudantes de origem popular na universidade. Esse recorte da dissertação de mestrado do primeiro autor busca discutir a primeira questão norteadora de sua produção, tendo como problematização - situar as condições que possibilitaram o surgimento de uma Política de Educação Tutorial Conexões de Saberes. Para seguir esse percurso histórico, faremos uso da proposta de Michel Foucault, traçando pistas através de um exercício genealógico que procura situar as forças em jogo no campo social, onde práticas e táticas de diversas ordens e diferentes roupagens visibilizam as tecnologias envolvidas que sustentam a racionalidade presente na universidade. Propomos uma análise documental, através do uso de artigos, cartas, portarias e manifestos. Como marcadores parciais, sinalizamos que o surgimento do PET Conexões de Saberes foi possível pela ascensão de políticas de discriminação positiva, pelo diálogo travado nas universidades e no próprio MEC e de uma tentativa de religação dos saberes para uma maior compreensão de áreas envolvendo problemáticas sociais.

Um estudo sobre a implementação do centro de referência para estudantes negros/as cotistas da UDESC: entre violências e resiliências em suas trajetórias escolares

Gisely Pereira Botega- giselybotega@yahoo.com.br

A pesquisa em andamento baseia-se em uma metodologia etnográfica em torno da implementação do centro de referência para estudantes cotistas da UDESC (Universidade do Estado de Santa Catarina), o qual vem sendo organizado o início de 2012 por pesquisadores/as do NEAB (Núcleo de estudos afro-brasileiros) da mesma universidade. Como nos alerta Munanga (2007) no Brasil as diferenças fenotípicas, como a cor da pele e os traços faciais constituem componentes que produzem exclusão, desigualdades raciais, fazendo da educação um dos maiores territórios das discriminações. As cotas raciais para ingresso nas universidades públicas são interpretadas, por alguns, pela introdução do racismo no sistema educativo brasileiro em vez de considerá-las como uma política provisória para minimizar as desigualdades tecidas ao longo da história. Como questão central a pesquisa busca compreender como as violências presentes na trajetória de escolarização de estudantes negros/as forjam a construção de práticas resilientes? Para isso, apresento o objetivo geral que é estudar o processo de constituição e significação da resiliência na trajetória de escolarização de estudantes negros/as, cotistas da UDESC, situando ali as situações de violências. Os dados de análise são as narrativas, experimentações no campo, entrevistas, observações, fontes documentais e o projeto de ação afirmativa da universidade escolhida. Amparo-me nas concepções de violências tecidas por Sousa (2002) que a concebe como os modos de desorganização emocional do sujeito, busco compreender as violências no plural, por entender que são multidimensionais, multifacetadas, por guardarem enigmas e visibilidades, por serem fluídas e concretas e, por desconfigurarem a autoestima. O modo como cada um vive as adversidades passa a compor o conceito de resiliência (Yunes, 2001). Compreendo-a como disposição afetivo-sociocultural que traduz a ideia de um processo ou de um conjunto de fenômenos articulados entre si e que se desenrolam em contextos adversos dos quais os sujeitos participam ao longo da vida.

Eixo Gênero

A participação de mulheres em cooperativas rurais virtuais: reconhecimento do trabalho feminino, visibilidade social e igualdade de gênero

Daiane Fernandes Felipe
Giovana Ilka Jacinto Salvaro - giovanailka@gmail.com

A partir da análise da participação de mulheres em cooperativas rurais virtuais, o presente texto busca apresentar subsídios para a discussão sobre reconhecimento do trabalho feminino, visibilidade social e igualdade de gênero. Trata-se de uma discussão articulada com base em dados coletados em pesquisa desenvolvida no período de 2011-2012 (PIBIC-UNESC/CNPq, 2011-2012). Em um contexto mais amplo, a pesquisa originária teve como objetivo geral, com ênfase nas relações de gênero, analisar modos de participação de mulheres em cooperativas virtuais rurais, localizadas em municípios da Região Sul de Santa Catarina. A pesquisa foi de natureza qualitativa e a entrevista semi-estruturada foi utilizada como instrumento de coleta de dados. No processo de localização e seleção dos sujeitos da pesquisa, optou-se pela amostragem por acessibilidade. Foram entrevistadas dez mulheres, com idades entre 36 e 54 anos. As entrevistas foram gravadas, transcritas na íntegra e analisadas por meio da análise de conteúdo. A participação de mulheres como trabalhadoras em cooperativas rurais pode ser lida a partir de uma trajetória coletiva intensa de lutas. Historicamente, observa-se a desvalorização social do trabalho feminino em contextos urbano e rural. Em grande medida, foi possível verificar que a participação das mulheres em cooperativas apresentou benefícios financeiros, sociais e subjetivos. A organização e participação em cooperativas rurais possibilitaram a construção de determinada identidade social e a legalização da produção, condição fundamental para a comercialização em feiras populares, programas do governo, supermercados, unidades comerciais próprias das cooperativas, festas locais, entre outros. Entre outras questões, a pesquisa permitiu trazer para o foco de análise o reconhecimento e a visibilidade do trabalho feminino, assim como a possibilidade de relações sociais de trabalho e gênero mais igualitárias. No entanto, a trajetória histórica de lutas mostra que oportunidades desiguais de trabalho e reconhecimento social encontram legitimidade em normas de gênero, as quais devem ser constantemente problematizadas e desconstruídas.

A escolha pela costura: o lugar do feminino nas relações de trabalho

Scheila Girelli - scheilapsi@unochapeco.edu.br

Este trabalho tem como base a pesquisa de mestrado em Psicologia, a qual teve como objetivo compreender, a partir da análise foucaultiana, como se caracterizam as relações cotidianas de saber/poder em uma cooperativa de costureiras. Foram utilizados como procedimentos metodológicos a observação participante, o grupo focal e o recurso fotográfico. As informações foram analisadas a partir da Análise de Discurso, proposta por Iñiguez (2005). Enquanto recorte dessa pesquisa, este resumo versa sobre a discussão das relações de gênero, a partir da problematização da escolha em trabalhar com a costura. Participaram do estudo doze mulheres, em sua maioria casadas, com idades entre dezoito e sessenta e sete anos. Para a maioria das trabalhadoras, ser costureira não se revelou como uma escolha, mas o que era possível diante da falta de estudos e baixa qualificação para o mercado de trabalho formal. A expectativa em ter sua própria remuneração, conquistar a independência do marido e romper com a rotina do trabalho doméstico se revelaram como as mais preponderantes motivações que levaram ao ingresso na cooperativa. Algumas trabalhadoras se tornaram chefe do domicílio, sendo que suas famílias dependem exclusivamente dessa renda. Contudo, a própria escolha pela costura, uma atividade culturalmente feminina, bem como sua dinâmica de trabalho, nos leva ao questionamento das reais possibilidades em se desvencilhar ou superar o lugar socialmente atribuído à mulher. Com frequência, a própria cooperativa, escolhida também por ser um local próximo às residências, se tornava espaço para o cuidado dos filhos, reforçando o ideário de mãe cívica. Com raras exceções, atividades laborais da costura eram conciliadas com responsabilidades domésticas e familiares, gerando dupla jornada de trabalho. Os relatos das costureiras apontam para invisibilidade dessas atividades, não reconhecidas como trabalho tanto no âmbito social como dentro da própria casa. Tal contexto, revela a importância em problematizar a dinâmica da exclusão/inclusão no mercado de trabalho, a qual tem se firmado como parte das estratégias históricas de manutenção da ordem social, na construção das diferentes formas de desigualdades, especialmente deste recorte seletivo que inclui a mulher trabalhadora das camadas populares. Palavras-chave: trabalho; relações de gênero.

A(s) maternidade(s) na vida da(s) mulhere(s)

Fabiana Verza
Gustavo Affonso Gomes
Marlene Neves Strey
Cristiane dos Santos Schleiniger - cris.ss78@yahoo.com.br

Este trabalho apresenta resultados do projeto: “Vida de Mulher: intensificando a busca do conhecimento sobre as mulheres”, desenvolvido no Grupo de Pesquisa “Relações de Gênero” do Programa de Pós-Graduação em Psicologia da PUCRS e coordenado pela profa. Dra. Marlene Neves Strey. É um estudo exploratório-descritivo de caráter qualitativo, em que foram entrevistadas seis mulheres acima de 40 anos, selecionadas por conveniência. Partindo da Teoria do Desenvolvimento de Levinson (1996), entende-se que as mulheres acima de 40 anos já viveram tempo suficiente para enfrentar uma série de problemas de desenvolvimento, possibilitando um maior conhecimento sobre a vida das mulheres. O instrumento utilizado foi a Entrevista Biográfica proposta por Gersick & Kram (2002), realizada através de três encontros com cada participante, nos quais as mulheres relataram sobre sua vida no passado, presente e futuro, utilizando-se um questionário semi-estruturado. A análise dos resultados deu-se a partir da Análise do Discurso, proposto por Gill (2002), baseando-se nos pressupostos epistemológicos dos estudos de gênero, perspectiva feminista e visão sistêmica. A partir dos relatos das mulheres, este estudo buscou conhecer como o conceito de maternidade é compreendido e vivenciado, procurando investigar, segundo a Teoria do Espaço Consciente de Burlae (2002), quais os fatores que limitam e tornam as mulheres cativas de normas, papéis e comportamentos impostos e dos quais não conseguem se libertar; e quais os fatores que as auxiliam a superar as desigualdades, proporcionando o empoderamento e a libertação. Ao longo da história ocidental, a maternidade vem sendo descrita por diversos autores como um valor social inseparável à condição da identidade feminina (Priore, 2007; Swain, 2007). Na cultura ocidental a mulher tende a ser vista a partir de sua natureza biológica, e conseqüentemente sua capacidade de gerar e ser mãe estão associadas à construção de sua identidade como mulher (Badinter, 1998). Esta ideia vai ao encontro da prescrição patriarcal, regulada por mitos e discursos, que pressupõem que a maternidade é uma experiência fundamental ao sentimento de completude das mulheres (Narvaz e Koller, 2007).

Para contrapor as ideias normativas de feminilidade e os discursos de maternidade compulsória, os estudos feministas junto aos estudos de gênero surgiram para romper com tais pressupostos, muitas vezes legitimados pela ciência normativa e sexista, presentes no discurso acadêmico-social. Segundo Narvaz e Koller (2007), produções discursivas legitimam desigualdades de gênero e normatizam papéis e lugares nas relações. Strey (2007) complementa apontando que as interações familiares promovem a construção de ideologias e estereótipos de gênero que são transmitidos transgeracionalmente e implicando em consequências importantes sobre como os papéis de gênero serão vivenciados em cada família e reproduzidos na sociedade. Frente a tal realidade, como podemos compreender a concepção de maternidade em nossa sociedade? Ela pode ser entendida como um produto da construção social ou fruto do discurso subjetivo de cada um? A proposta deste estudo não é responder a estas perguntas e sim problematizar a questão da maternidade, utilizando-se do dito, do não dito, do que é esperado, do que está posto, do que está escrito, prescrito... Enfim, busca-se a partir deste estudo ampliar a discussão e o conhecimento sobre tão complexo e contraditório conceito, presente em nossa sociedade desde os mais remotos primórdios da evolução humana. Os resultados deste estudo são apresentados procurando destacar como os discursos sobre a maternidade se apresentam nas falas das seis mulheres entrevistadas. O conteúdo das narrativas acerca da maternidade é apresentado em quatro categorias, elaboradas a partir do aporte teórico das estruturas vitais proposto por Levinson (1996): Vivências da maternidade enquanto filhas; A (não) escolha pela maternidade; Vivências da maternidade e Expectativas futuras acerca da maternidade. A partir do que foi investigado, é possível perceber que as concepções de maternidade são diversas, complexas e apresentam diferentes implicações na vida das mulheres. Perspectivas mais conservadoras interagem com perspectivas mais críticas sobre o que compete a mulher no que tange a maternidade, e tais experiências singulares podem ser transformadoras, libertadoras ou conduzirem a vivências de cativo. Embora não seja um determinante de como as mulheres conduzem a sua vida, observa-se nos relatos das entrevistadas um forte grau de comprometimento com o papel de mãe, e a maternidade é um aspecto que ocupa grande espaço nos discursos e nas vivências das mulheres entrevistadas. Em função disso, as vivências de maternidade interferem na forma como a mulher se subjetiva e se percebe no mundo. No entanto, os conceitos não se apresentaram

estáticos, e sim dinâmicos, explicitando que as concepções acerca da maternidade variam ao longo do ciclo vital, conforme as experiências de vida singulares de cada mulher. A proposta deste trabalho é sinalizar que ser mãe e ser mulher são processos distintos. Talvez tal (des)construção esteja mais clara na literatura do que na prática do cotidiano.

Aproximando ganhos ou evitando custos? O foco de auto-regulação como determinante dos custos sociais da confrontação do preconceito

Manuela Barreto
Luciana Budal de Oliveira - lucianabudal@hotmail.com

A confrontação direta do perpetrador da discriminação é estudada por pesquisadores contemporâneos da psicologia social como um eficiente meio para redução do preconceito. Recentes investigações confirmam que o confronto tem consequências positivas tanto para o alvo, bem-estar psicológico (Sechrist & Swim, 2008) como para os grupos, fortalecimento da identidade positiva do grupo (Kaiser et al., 2009) e redução do preconceito (Czopp & Monteith, 2006). Entretanto, o confronto direto além de benefícios também traz custos ao alvo da discriminação. Nesta pesquisa analisamos como os estados motivacionais de aproximação de ganhos e de evitamento de custos determinam a avaliação das mulheres que observam uma mulher a confrontar o sexismo. Sob o foco de aproximação de ganhos a avaliação do alvo será positiva e apreciarão o confronto mais como um benefício do que um custo. Sob o foco de evitamento de custos a avaliação do alvo será negativa e apreciarão o não confronto mais como um benefício do que um custo. Discutimos estes resultados no contexto da literatura sobre a auto-regulação (Higgins, 1997) e a sua influência no comportamento de confrontação ao preconceito.

Discursos jurídicos brasileiros e espanhóis sobre a articulação entre violência de gênero e raça/etnia

Henrique Caetano Nardi
Raquel da Silva Silveira - raquelsilveira43@gmail.com

Este trabalho apresenta uma análise comparativa entre os discursos jurídicos sobre a violência de gênero e suas articulações com raça/cor/etnia nas cidades de Porto Alegre/Brasil e Sevilha/Espanha, no período de 2011-2012. Esta discussão integra uma pesquisa interdisciplinar entre Direito e Psicologia, vinculada ao Doutorado do Programa de Pós-Graduação em Psicologia Social e Institucional/UFRGS. O referencial teórico-metodológico utilizado embasa-se na análise das práticas discursivas de Michel Foucault. Em virtude da complexidade do tema proposto, para alcançar o objetivo de problematizar as articulações entre violência de gênero contra as mulheres nas relações de intimidade e raça/cor/etnia, outros conceitos-ferramentas são fundamentais para a discussão aqui proposta, como os conceitos de gênero (BUTLER, Judith, 2003; HARAWAY, Donna, 2004; SCOTT, Joan, 1995), de raça/cor/etnia (BASTIDE, Roger e FERNANDES, Florestan, 2008; GUIMARÃES, Antônio; BARTH, Fredrik, 1998) e de articulação (BRAH, Avtar, 2006), numa perspectiva teórico-metodológica chamada de pós-estruturalista, bem como dos estudos de raça/cor/etnia pós-colonialistas (ANTHIAS Floya, 2011; SPIVAK, Gayatri, 2010). O trabalho de campo foi delineado a partir de pressupostos do método etnográfico, por acreditar na potência da antropologia em fortalecer o caráter interdisciplinar dos estudos em Psicologia Social e Institucional. Na construção das informações da pesquisa, foi utilizado o método etnográfico, tendo como campo de investigação o Juizado de Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher de Porto Alegre e o 2º Juzgado de Violencia de Género de Sevilla. O contexto de conquistas do movimento feminista no início do século XXI favoreceu a emergência de legislações mais severas e punitivas para as situações de violência contra a mulher. Na Espanha, em 2004, foi promulgada a Lei Orgânica nº1, que trata das Medidas de Proteção Integral contra a Violência de Gênero. No Brasil, em 2006, promulgou-se a Lei 11.340, que trata da Violência Doméstica e Familiar contra a mulher. Os resultados apontam a invisibilidade da articulação entre gênero-raça-cor-etnia nas situações de violência contra a mulher, bem como uma apropriação distinta das políticas públicas entre Brasil e Espanha.

Grupo de mulheres hoje

Verônica Bem dos Santos

Adriane Roso

Mônica Angonese - angonesemonica@gmail.com

Os encontros entre mulheres foram, ao longo dos anos, parte do cotidiano e da cultura ocidental, porém atualmente sua ocorrência tem sido minimizada progressivamente, de modo a desenvolverem-se relações mais individualistas e menos comprometidas com a coletividade e o compartilhamento de questões sobre ser mulher. Nossa prática em psicologia de grupos tem indicado que cresce o fenômeno da desunião entre as mulheres, tanto na luta pelos seus direitos, quando em relação à solidariedade entre elas. Os laços de solidariedade estimulados pelos encontros grupais são o foco deste trabalho, o qual se baseia em alguns resultados da pesquisa “Saúde Sexual e Reprodutiva das Mulheres: o Grupo como Dispositivo”. Tal pesquisa advém do projeto de extensão “Direitos Sexuais e Reprodutivos: Conversando sobre Saúde”, que realiza grupos de empoderamento com mulheres. A atividade de extensão está, atualmente, no quarto ano de realização e acontece nas dependências da Clínica de Estudos e Intervenções em Psicologia da UFSM (CEIP), em intervalos semanais, durante o período letivo. O grupo é constituído por mulheres maiores de 18 anos, moradoras da cidade de Santa Maria e é mediado por uma psicóloga e estudantes de Psicologia. Os encontros são gravados com o consentimento das participantes e, após, são transcritos. A partir do material coletado nas transcrições e da nossa vivência no projeto, fizemos uma reflexão sobre como o dispositivo grupal poderia favorecer os laços de solidariedade entre as mulheres. Constatamos que os grupos têm se constituído como um recurso para o fortalecimento dos vínculos e da solidariedade. A análise das transcrições das práticas discursivas das participantes nos mostra que ter alguém disponível para compartilhar é importante em tempos que os laços estão mais fragilizados. A solidariedade de alguém que escute e a possibilidade de falar sobre as dificuldades vividas pelas mulheres pode significar um passo importante em direção ao empoderamento. Assim, mesmo em uma época em que as pessoas buscam o isolamento e as relações se tornam cada vez menos estáveis, ressaltamos a importância dos profissionais psi estimularem o convívio e o contato entre essas mulheres, já que essa é também uma demanda apresentada por elas.

Mulheres em cargos profissionais de chefia: o paradoxo da igualdade

Giovana Ilka Jacinto Salvaro
Fabia Alberton da Silva Galvane - biagalvani@hotmail.com

O artigo aqui apresentado foi construído a partir de informações obtidas em uma pesquisa realizada no ano de 2009, originalmente apresentada como Trabalho de Conclusão de Curso de Psicologia, do Centro Universitário Barriga Verde- UNIBAVE. Na ocasião, a referida pesquisa teve como objetivo geral verificar os sentidos produzidos por mulheres que ocupam cargos de chefia em indústrias de uma cidade do sul de Santa Catarina, Brasil. Tratou-se de uma de pesquisa qualitativa, conforme proposto por González Rey (2005), que pressupõe a construção de conhecimento por meio do diálogo entre o pesquisador, sujeitos de pesquisa e as informações obtidas no decorrer do processo. A aproximação dos sujeitos de pesquisa foi realizada por acessibilidade e as informações foram obtidas por meio de entrevistas semi-estruturadas. Neste artigo, entretanto, propõe-se revisar informações obtidas e ampliar discussões outrora realizadas, utilizando-se das contribuições teóricas de Joan Scott e Judith Butler. Em seu artigo O enigma da igualdade, Scott (2005) descreve que, muitas vezes, os indivíduos lançam mão de certa “essencialidade” com o intuito de serem vistos e ouvidos no contexto em que vivem. Na tentativa de escapar da subordinação causada pela crença de uma essência feminina, os movimentos feministas correm o risco de reforçarem o discurso de uma identidade feminina una, reproduzindo, desta forma, as mesmas normas das quais tentam escapar. Butler (2006), em seu livro *Deshacer el género*, descreve que os sujeitos reproduzem normas de gênero por meio de performances que visam à inteligibilidade de seus corpos. Se a concepção de uma essência comum a todas as mulheres tem servido como justificativa à subordinação em relação aos homens, sem performatizá-las, talvez, não fosse possível produzir inteligibilidade no mercado de trabalho. Entre outras questões relevantes, o estudo sugere que as entrevistadas utilizam concepções baseadas em “certa essência feminina” como estratégia de visibilidade, permanência e poder no mercado de trabalho.

Mulheres no cárcere: transgressão e invisibilidade

Simone Regina Reis Nunes – simone.reis.nunes@hotmail.com
Graziela Cucchiarelli Werba – grazielawerba@terra.com.br

Este artigo pretende discutir a criminalidade feminina a partir de seu protagonismo na transgressão, questionando a ideia de que as mulheres transgridem em função de suas relações afetivas com uma figura masculina. O Relatório do Grupo de Trabalho Interministerial – Reorganização e Reformulação do Sistema Prisional Feminino (2007, p.35), dá conta de que o perfil da mulher presa no Brasil é de “mulheres jovens, mães solteiras, afrodescendentes e, na maioria dos casos, condenadas por envolvimento com tráfico de drogas, sendo que a maioria ocupa uma posição secundária na estrutura do tráfico”.As mulheres entrevistadas são detentas da Penitenciária Estadual Feminina de Torres PEFT. Trata-se, portanto, de internas de uma instituição total, definida por Goffman (2010, pp. 17, 18) como um local de rompimento das barreiras que separam as três esferas dispostas na sociedade moderna: dormir, trabalhar e ter lazer. Segundo o autor, nestas instituições, como na PEFT, as atividades diárias são rigorosamente estabelecidas por outrem, ficando as internas à mercê de um planejamento racional e rígido ao qual precisam se submeter. Não há como negar que a subjetividade destas pessoas sofre uma importante influência desta rotina tantas vezes cruel.Ao finalizarmos a coleta de dados, algo interessante se revelou: a maior parte das mulheres ouvidas praticou seus crimes não tendo como primeiro plano suas relações afetivas e se declarando inocente ou responsável pelos seus negócios. Estes dados despertaram nosso interesse para uma nova discussão, ultrapassando o papel secundário teoricamente desempenhado pelas mulheres na prática do tráfico. Passamos a nos questionar sobre esta nova configuração que, do lado de dentro da tese de gênero, nos impele a rediscutir os papéis exercidos por estas mulheres em sua atividade transgressora. Assim, a demanda que passou a nortear nosso trabalho foi: pensar que as mulheres entram na criminalidade em função dos homens poderia ser mais uma forma de invisibilizá-las?

O papel das mulheres indígenas na cultura Kaingang

Nádia Xavier da Silva
Joice Schneider Marmentini - joischneider@yahoo.com.br

Nos últimos anos, as políticas públicas voltadas para o gênero vêm ganhando espaço na sociedade, na mídia, em movimentos sociais, ONG's e demais entidades ligadas a este tema promovendo encontros, debates e reflexão buscando o aprimoramento destas políticas. Sabe-se que quando se fala em gênero a ideia que nos vem à mente é as dificuldades que as mulheres sempre tiveram diante da sociedade patriarcal existente na sociedade ocidental. Porém, nas últimas décadas as mulheres estão ganhando espaço não só nas questões profissionais, mas também em proporções pessoais, políticas, educativas, sociais, religiosas e econômicas. Quando pensamos no gênero diante da cultura indígena kaingang, as oportunidades e o papel social que as mulheres possuem dentro da reserva indígena são escassos. A imagem que temos é as mulheres estando dentro de casa cuidando dos afazeres do lar e dos filhos e quando necessário auxiliando os homens nas demais atividades que existem na comunidade, enquanto que os homens trabalham na agricultura, na caça e na pesca de alimentos para a subsistência familiar. Mas a cultura indígena atualmente retrata outra esfera de entendimentos e de modo de viver que fogem desta visão. O que se configura como uma reserva indígena na região do Alto Uruguai do Estado do Rio Grande do Sul, para muitas pessoas é um local onde se encontra mão-de-obra barata e terras férteis. Outra questão é a vulnerabilidade social que os indígenas se encontram, estando à mercê da drogadição e prostituição. Este projeto busca resgatar a auto-estima a partir do fortalecimento do papel da mulher nas questões sociais dentro da cultura a que pertencem com um olhar especial no futuro das gerações pois as mulheres indígenas que são beneficiárias do Programa Bolsa Família, são uma parcela significativa da população que precisa de atenção e cuidados especiais tanto no que diz respeito a sua própria cultura como nas oportunidades que elas podem estar visualizando por meio das ações deste projeto que potencializa seus saberes e fazeres gerando a autogestão e a autonomia do Programa a partir de oficinas de sustentabilidade, geração de trabalho e renda baseadas nos princípios da economia solidária.

Reflexão a partir da análise de campanhas publicitárias sobre saúde da mulher

Verônica Bem dos Santos
Adriane Roso
Bruna Osório - brunaosorio@hotmail.com

Os meios de comunicação, ao passo que são ferramentas importantes na transmissão de informações, também podem contribuir significativamente para a legitimação de relações desiguais. As relações de gênero, principalmente, têm sido abordadas pela mídia de forma desigual, reproduzindo discursos opressores sobre homens e mulheres. As políticas públicas, da mesma forma, são criadas com base em interesses políticos e morais, e acabam por influenciar as relações de gênero. Este trabalho insere-se no projeto “Saúde das Mulheres: discursos em movimento”, registrado no Gabinete de Projetos da UFSM, e tem por objetivo conhecer e analisar as Campanhas Publicitárias, divulgadas no site oficial do Ministério da Saúde, especificamente as referentes à Saúde da Mulher. Através de levantamento sistemático dessas campanhas no referido site, desenvolve-se uma discussão a respeito do papel ocupado pela mulher na sociedade e nas Políticas Públicas de saúde, pautada nas questões de gênero. Entendendo que existem diversas formas de ser mulher, que extravasam as questões do corpo e da reprodução, as políticas públicas e campanhas de saúde direcionadas a esse público deve levar em conta sua diversidade, de maneira a não legitimar um único modo de ser mulher. No entanto, este estudo mostra que a atenção dada à saúde das mulheres ainda está bastante ligada à saúde materno-infantil. Percebeu-se, através da análise, que as mesmas acabam por legitimar um discurso sobre o feminino que possivelmente reforça situações de opressão e desconsideração sobre as mulheres. Nesse sentido, é necessário apontar para a definição de gênero e demarcar as assimetrias de gênero como algo a ser considerado na construção das políticas públicas de saúde para mulheres, a começar nas campanhas publicitárias que tratam da saúde das mulheres.

Ser mulher e líder: a vontade de articular mundos

Dione Matos de Souza Cardoso – dodidione@hotmail.com
Graziela Cucchiarelli Werba – grazielawerba@terra.com.br

A agricultura brasileira é marcada pela efetivação do sistema capitalista e patriarcal, trazendo como consequência, a miséria e a expulsão dos camponeses de suas terras. Diante do desafio de lutar pela vida, as mulheres camponesas se organizaram buscando uma mudança. O presente artigo tem como objetivo promover a discussão acerca da formação produzida pelo movimento social de mulheres e seu atravessamento pelas questões de gênero. A pesquisa-ação foi realizada com mulheres pertencentes ao Movimento de Mulheres Camponesas MMC - Litoral Norte do Rio Grande do Sul. Na coleta de dados foram delimitadas três categorias: Ser mãe, mulher e líder. Para analisar, discutir e interpretar os dados, optamos pela Psicologia Social Crítica perpassada pelo conceito de Gênero. A partir dos achados, concluímos que a discussão de Gênero no MMC ainda é um desafio imprescindível para a ampliação das perspectivas e conquistas das mulheres.

Sujeito(s) da(s) masculinidade(s) nas políticas assistências

Henrique Caetano Nardi
Priscila Pavan Detoni - pridetoni@yahoo.com.br

Pretendemos discorrer sobre a constituição do(s) sujeito(s) da(s) masculinidade(s) nas políticas assistenciais. Apoiados em Judith Butler que toma os efeitos de sujeição a partir dos estudos Foucaultianos para pensar a imagem do sujeito contemporâneo, partimos da flexão que a autora faz ao indagar sobre “o sujeito do feminismo”. Para tanto, precisamos traçar sobre as masculinidades, teoria feminista e política nacional de assistência social. Pinçando aqui que os homens são entendidos sujeitos de políticas públicas no panorama do que não se cuida, daquele que se resume às doenças dos órgãos sexuais e riscos externos – a violência, e produtor de violência. E de outro lado na experiência de pesquisa e campo etnográfico escutamos homens marcando o seu não acesso aos serviços.

Eixo Meio-Ambiente

A linguagem dos riscos no incidente ambiental na região serrana do Rio de Janeiro

Dolores Cristina Gomes Galindo
Leihge Roselle Rondon Pereira
Anny Caroliny de Lima Rodrigues - anny.caroliny@gmail.com

O objetivo do trabalho é estudar a linguagem dos riscos (Spink, 2001; 2007; 2010), com foco nas controvérsias em relação à responsabilidade colocadas em circulação na mídia digital durante o incidente chuvoso ocorrido na região serrana do Rio de Janeiro em janeiro de 2011. O trabalho se dá na confluência de contribuições teórico-metodológicas proveniente dos seguintes campos conceituais: teoria ator-rede (ANT) e pós-construcionismos (SPINK, 2002, 2010). O corpus é formado por matérias sobre o incidente ambiental publicadas na imprensa online de abrangência nacional e regional. Selecionamos seis jornais da imprensa online para compor as tabelas, três de abrangência nacional (O Globo, Jornal do Dia e Jornal Extra) e três regionais (Diário de Petrópolis, Jornal Teresópolis e A Voz da Serra online). Utilizando-nos dos recursos metodológicos do estudo de controvérsias (Latour, 2001), mapeamos o que foi veiculado na mídia, enfatizando a linguagem dos riscos (Spink, 2001) que atravessa dois pontos nodais: responsabilidade e nomeação. Nomeando algo, podemos lhe atribuir sentido, e entender as proporções do que estamos passando. Analisando as tabelas com as matérias coletadas, observamos o fluxo das informações disponibilizadas na mídia, podendo assim notar como a linguagem dos riscos aparece nas matérias, dando confluência a teoria abordada. Notamos grande circulação de matérias logo após o incidente, mas estas diminuem consideravelmente após quinze dias. Classificamos os riscos como eles aparecem em cada matéria, considerando a pertinência dos tipos de riscos ao nosso trabalho. Através do mapeamento das controvérsias notamos surgimento de uma série de actantes, humanos e não humanos, que nos ajudam no modo como vemos a linguagem dos riscos em nosso trabalho. Esta aparece aqui associada à controvérsia em torno responsabilidade, que tenta de algum modo achar um culpado para o incidente ocorrido. Vários são os possíveis responsáveis, como podemos observar pelo acompanhamento das controvérsias, e estes vão desde políticos, habitantes locais, variações climáticas e o próprio clima, ou mesmo medidas de prevenção aplicadas de forma ineficaz, dentre outros. No tocante a controvérsia de

nomeação, notamos que o modo como o incidente é nomeado, enfatiza a proporção que este tem para aqueles envolvidos no fenômeno, pois há uma grande diferença em nomear um fenômeno de chuva ou de megacatástrofe climática.

As experiências estéticas e as estratégias de resistência na comunidade da Ponta do Araçá em Portobelo/SC: um estudo cartográfico

Rodrigo Diaz de Vivar Y Soler - diazsoler@gmail.com

Este estudo caracteriza-se como um estudo exploratório sobre as experiências estéticas e as estratégias de resistência presentes na comunidade de pescadores da Ponta do Araçá. Pensar a questão da experiência estética a partir da Psicologia, implica em compreendê-la como movimento de potencia por meio do qual o sujeito é capaz de produzir e ressignificar estilos de vida que provocam uma problematização a respeito dos modos de subjetivação. Também neste sentido, cabe pensar na possibilidade de resistência aos diversos dispositivos de normalização, como um processo de organização coletiva a partir da construção de uma trama dialógica que envolve a tensa relação entre indivíduo e sociedade. Diante deste quadro, uma questão importante que vem sendo referendada pelas Ciências Humanas na contemporaneidade é são as relações que envolvem o indivíduo e as cidades, enquanto espaços de tensão e de criação, pois de acordo com Matos (2010) a cidade é um espaço de individuação e cidadania política por excelência, ou seja ela é um artefato polifônico intensificador de múltiplas experiências sobre o pensamento e sobre a memória. Tomando como efeito este diagnóstico encontra-se um procedimento de leitura sobre a cidade, tomada não mais como representação, mas como uma fantasmagoria conceito elaborado por Benjamin para problematizar o processo de degradação e expropriação do espaço público no contexto da modernidade. Cabe assim, problematizar a comunidade da Ponta do Araçá buscando compreendê-la quer seja como espaço expropriado ou como lócus de resistência aos efeitos da exploração turística e do capitalismo. A Ponta do Araçá surge como uma possibilidade de pesquisa a partir da participação do doutorando nas atividades desenvolvidas pelo Museu Universitário da UFSC, junto com a pesquisadora Ana Ligia Brizola coordenadora do Laboratório de Cultura Popular.

Dos encontros entre o pesquisador e a equipe do Laboratório foi se delineando a necessidade de uma leitura sistemática dos processos psicossociais da comunidade a partir da relação presente nos seus fazeres e saberes. A comunidade da Ponta do Araçá é uma localidade que faz parte do município de Porto Belo, cidade que passou por intensas transformações nos últimos anos, pelas mãos do turismo de alto padrão e pela proliferação de grandes empreendimentos imobiliários. A pesca artesanal e o trabalho manual foram preteridos por um projeto civilizatório gerador de riquezas concentradas nas mãos de poucos. Neste sentido impõe-se um dos maiores dilemas das políticas ambientais na atualidade, onde a relação entre progresso e a preservação da cultura popular e da natureza constituem um dos maiores desafios das cidades, políticas estas que atravessam não somente o ambiente e os modos de vidas, mas os processos de subjetivação dos moradores e até mesmo turistas. Por conta destes aspectos, elaborar um estudo sobre a comunidade de pescadores da Ponta do Araçá significa diagnosticar toda uma questão política que envolve as experiências estéticas e as estratégias de resistência a partir das relações de força que estão presentes no cotidiano de um território constantemente em conflito. Seja pelas ações turísticas de grande porte como a implementação dos transatlânticos, seja pelo confronto aberto e declarado dos pescadores artesanais contra os barcos de pesca de arrasto. No entanto, cabe aqui elaborarmos as seguintes perguntas: que experiências estéticas são produzidas pela comunidade de pescadores da Ponta do Araçá? Como essas experiências estéticas podem se desdobrar em estratégias de resistência contra os contornos dos processos de assujeitamento vivenciados pelo contexto da sociedade capitalística no mundo contemporâneo? Para que essas perguntas sejam respondidas de modo adequado é necessário rastrear cartograficamente as rupturas, as brechas e os contornos dos espaços que ainda resistem aos processos de acossamento pelas mãos dos dispositivos e também sobre os processos de degradação da experiência. Embora seja o diálogo com o campo que irá delinear os contornos da pesquisa, num primeiro momento buscar-se-á ter como baliza a hipótese de que as experiências éticas e as estratégias de resistência produzidas na comunidade de pescadores da Ponta do Araçá em Porto Belo, Santa Catarina efetivam-se como um desdobramento e uma potencialização da vida no que corresponde aos processos de subjetivação. Para tanto tem-se como objetivo, realizar um estudo sobre as experiências estéticas e as estratégias de resistência vivenciadas pela comunidade

de pescadores da Ponta do Araçá em Porto Belo, Santa Catarina e se estas efetivam-se como um desdobramento e uma potencialização da vida no que se refere aos processos de subjetivação. As ferramentas conceituais que fazem parte da fundamentação teórica do trabalho são: as contribuições de Walter Benjamin sobre a perda da experiência e a potencialização da narrativa através da correlação da história e a (des) continuidade do tempo; as estratégias de resistência em Foucault a partir dos desdobramentos dos processos de subjetivação e as experiências estéticas e estratégias de resistência na comunidade de pescadores na Ponta do Araçá em Porto Belo como um convite a desterritorialização e a potencialização da vida. Neste processo de construção de uma experiência cartográfica, torna-se essencial estabelecer uma relação dialógica com os sujeitos da comunidade, escavando junto com elas suas memórias e estratégias, deve constituir-se como um interessante procedimento de pesquisa, onde juntos os envolvidos pesquisador e pesquisado constituem um elo indissociável na produção de conhecimento. Sendo assim, mais importante que prever procedimentos analíticos de pesquisa, pensar a produção de um estudo sobre a Ponta do Araçá implica em abrir-se para os múltiplos encontros tendo como finalidade não a representação daquele território, mas sim a efetivação de um percurso cartográfico sobre a produção de experiências estéticas e estratégias de resistência.

Governar-se para quê? As práticas de gestão dos empreendimentos econômicos solidários

Luiz Felipe Barboza Lacerda - luizpsico@hotmail.com

Frente à atual crise econômica, social e ambiental que ganha proporções globais nos deparamos com a fragmentação da sociedade salarial (CASTEL, 1997). Os direitos sociais, cívicos e políticos outrora atrelados ao salário e seu status perdem sua dimensão concreta colocando em situação de vulnerabilidade grande parte da população mundial. Tal vulnerabilidade acarreta no que Santos (2007) denomina produção de ausências, produzidas pela lógica hegemônica de uma Razão Indolente que além de excluir pessoas e processos alternativos peca na própria autocritica de seus processos e limites. Frente a este quadro mostra-se imperativo uma psicologia

social que faça emergir tais ausências, que de visibilidade e inteligibilidade as possíveis alternativas. Entre estas, cada vez de forma mais articulada e politicamente importante a Economia Solidária (ECOSOL), no Brasil, se destaca por seus princípios cooperativos, ecológicos, solidários e autogestionados. Este trabalho, fruto de um processo dissertativo de Mestrado, busca analisar uma destas experiências da Ecosol, que se denomina Cadeia Produtiva de Algodão Ecológico Justa Trama. A Justa Trama apresenta sua relevância na medida em que se caracteriza como a primeira e mais extensa cadeia produtiva da Ecosol em nosso país, totalmente gerida pelos trabalhadores, com enfoque solidário e sustentável, unindo atores de diversos segmentos e de diferentes regiões do Brasil sob a mesma marca. A análise da Cadeia foi realizada sob três aspectos: Gestão da Cadeia Produtiva, Desenvolvimento Local e os processos de subjetivação dos trabalhadores envolvidos nessa diferenciada proposta laboral.

Políticas ecológicas no seco, arte, ciência e comércio nas vitrinas de peixes

Dolores Cristina Gomes Galindo
Anny Caroliny de Lima Rodrigues
Leihge Roselle Rondon Pereira - leihgeroselle@gmail.com

Neste trabalho estudamos através de uma postura sociotécnica as vitrinas que comercializam peixes em Cuiabá, Mato Grosso, enquanto coletivos que resultam da composição heterogênea que movimenta as partições entre natureza e cultura, entre humanos e não/humanos. Entendemos que as vitrinas são arranjos experimentais ligados à tradição do comércio ambulante e aos recursos iconográficos midiáticos, religiosos e artísticos, bem como às contingências próprias ao comércio de alimentos perecíveis. Tais composições são, também, políticas na medida em que requerem cosmovisões que permitem alguns arranjos e não outros. A expressão no seco que agregamos ao conceito de políticas ecológicas (Latour, 2004) realça o plano pesquisado - as vitrinas - que é distinto dos arranjos dos peixes na água cujas coreografias ontológicas são bem mais instáveis (Cussins, 1996; Law, 2012). Analisamos vitrinas em espaços situados, o mercado varejista do porto e as feiras populares, por meio de fotografias retiradas entre dezembro de 2011 e maio de 2012. As imagens fotográficas atuam (enact) como um segundo plano em relação às

vitruinas que as entrecortam dos fluxos das ações nos quais estas se dão. Para análise, entrecortamos ainda mais as imagens, fazendo zoons digitais nas imagens (detalhes) ou as ampliamos fazendo composições entre elas (planos em sequência). Nosso material consistiu, portanto, em imagens e imagens das imagens de vitruinas. Direcionamos a análise aos efeitos de deslocamento espaço-temporal acionados pelas configurações das vitruinas e pelas coreografias ontológicas das associações entre humanos e não/humanos. As associações entre actantes atreladas ao espaço físico e biopolítico da vitruina de alimentos mobilizam expositores refrigerados, placas, caixas de isopor, balcões azulejados, placas e iconografia atuavam nas vitruinas de peixes, de maneiras diferentes ou confluentes, afetando outros actantes de maneira a desloca-los para ambiências e temporalidade que variam do idílico ao mundano. Os peixes no mercado e nas feiras se movimentam e movimentam políticas numa ecologia que se dá a seco, mas nem por isso se encerra à fixidez.

Eixo Políticas e Tecnologias

"#Compartilhe": publicidade e compartilhamento como estratégias aos modos de governo

Camila Mozzini - camila.mozzini@gmail.com
Bruna Gazzi Costa - bruna_gazzi@yahoo.com.br
Inês Hennigen - ineshennigen@gmail.com

As formas de se relacionar estão passando por intensas transformações no contemporâneo com a Internet. A rede social de maior crescimento mundial, o Facebook, tem sua presença visibilizada em propagandas, produtos e conversas em que são utilizadas as expressões *curtir* ou *compartilhar*, ferramentas específicas à organização desse site. O campo semântico e a ação de *compartilhar* ganharam, assim, novos contornos e um novo status. Nesse sentido, temos como foco de análise discutir e problematizar a forma como vem sendo posicionada na vida e nos modos de viver a questão do compartilhamento a partir do discurso publicitário. Para tanto, a prática publicitária e o compartilhamento serão entendidos, a partir da perspectiva foucaultiana, enquanto estratégias de governo que compõem o atual cenário neoliberal. Atualmente a publicidade constitui uma importante instância produtora no que concerne aos modos de subjetivação cuja ação vem constituindo um dos principais redutos do apelo ao *compartilhar*. Não por acaso, a emissora de televisão SBT lançou em agosto de 2012 uma campanha alterando o antigo slogan “SBT - a TV mais feliz do Brasil” para “SBT - #compartilhe”. No comercial, a narração diz que “dividir momentos especiais é *compartilhar*, e se a gente é a TV mais feliz do Brasil é porque *compartilhamos* cada emoção com você. Isto porque, “no SBT a vida é feita pra ser *compartilhada*” em seus mais diversos aspectos. Tomando esta campanha publicitária como um campo empírico possível para problematizarmos o atual estatuto do *compartilhar*, questiona-se: Que modos de governo estão se engendrando a partir deste incitamento ao *compartilhar*? Será utilizada a análise de discurso foucaultiana como proposta metodológica, tomando esta enquanto uma possibilidade de ir além da análise dos conteúdos léxicos, da estrutura semântica e da linguística dos signos de palavras ou coisas na medida em que a linguagem e o discurso são entendidos, aqui, enquanto práticas capazes de produzir realidade.

A participação política da juventude: uma análise crítica

Nair Iracema Silveira dos Santos
Marcos Vinicius da Silva Goulart - mvinicius.goulart@gmail.com

O presente trabalho é parte da dissertação de mestrado intitulada “Incursoes Biopolíticas: o poder jovem nas tramas da arena pública”, desenvolvida pelo primeiro autor no Programa de Pós-Graduação em Psicologia Social e Institucional da UFRGS. O ano de 1985 é proclamado, pela Organização das Nações Unidas (ONU), o “Ano Internacional da Juventude, no qual, o papel político dos jovens seria exaltado em prol do desenvolvimento social não só dos países em desenvolvimento, mas dos países desenvolvidos. Neste sentido, inspirados pelo referencial genealógico foucaultiano, mais especificamente a sua análise discursiva do poder, analisamos como a relação entre juventude, desenvolvimento social e participação política, vem sendo objeto de estudos e de interesses de organizações de cooperação internacional e ONGs. Foram analisados documentos da ONU referente ao voluntariado na década de 1970, documentos que tematizavam a participação social e política dos jovens no Brasil, documentos que situavam o que é o protagonismo juvenil, bem como matérias de jornais e revistas da época: década de 1980. Assim, o voluntariado e o protagonismo juvenil serviram como analisadores desse processo, em que pretendemos demonstrar que ambos estão diretamente ligados, prescrevendo aos jovens modos de ser e de agir. A noção de capital humano, por outro lado, a partir das leituras de Michel Foucault sobre o neoliberalismo, foi importante nesse processo, pois indicou que a ação política e social dos jovens pode ser vista como uma espécie de auto-investimento e controle de si, conseqüentemente, um modo de subjetivação.

Análise psicossocial da ideologia política em alguns movimentos sociais no Brasil

Nadir Lara Junior - nadirlj@hotmail.com

Ao longo dos últimos anos, nos dedicamos a fazer uma análise psicossocial sobre a influência dos elementos religiosos na constituição da ideologia política do Movimento Sem Terra (MST). Neste ano, na perspectiva de ampliar essa pesquisa, buscamos outros dois movimentos sociais (Movimento de Moradia - São Paulo, SP; Movimento de Mulheres Camponesas - Passo Fundo, RS) que trazem em sua gênese a influência da religião institucionalizada, religiosidade popular e da política. A finalidade dessa pesquisa foi perceber como esses elementos político-religiosos estão sendo articulados por esses atores sociais depois de alguns eventos históricos importantes no Brasil, tais como: enfraquecimento da teologia da libertação; advento das igrejas pentecostais, governo Lula; desenvolvimento do capitalismo. O objetivo dessa apresentação na ABRAPSO é expor, a partir dessas pesquisas, os dados que demonstram certa mudança na estruturação desses movimentos e na forma em que esses participam no cenário político, pois os elementos religiosos que antes serviam como um amalgama ideológico que motivava esses atores sociais na busca por mudanças sociais, agora, aos poucos vão sendo substituídos por certo pragmatismo político”, que nega qualquer perspectiva de projeto político futuro; lançando esses atores para um imediatismo em que as demandas devem ser sanadas no presente sem muita crítica. Para isso esses atores se aperfeiçoam para participar do funcionamento das políticas públicas e da burocracia do Estado. Dessa maneira, esses movimentos deixam de refletir sobre os elementos religiosos que iam sustentando uma fantasia de “mundo melhor” e assim acabam assumindo uma fantasia de um “mundo imediatista” que serve apenas para sobreviver.

Consumo e endividamento: a publicidade do crédito em questão

Bruna Gazzi Costa - bruna_gazzi@yahoo.com.br
Gabrielle Lippert Bonazza - gabiz.lpz@gmail.com
Inês Hennigen - ineshennigen@gmail.com

Neste trabalho, articulamos duas questões sobre o consumo no contemporâneo: o crédito e a publicidade. Hoje o crédito entrou na gestão do orçamento, marcando as práticas de consumo; já a publicidade convoca à adesão de estilos de vida atrelados a produtos, com efeitos subjetivos importantes. Desenvolvemos uma pesquisa que

tem como campo empírico a publicidade do crédito e, a partir do que vem sendo enunciado, problematizamos as práticas de consumo e de endividamento que são incitadas. Trazemos os resultados da análise de 46 folders e 5 cartilhas recolhidas em instituições financeiras. Na análise a partir do Código de Defesa do Consumidor, constatamos que todos os folders podem ser considerados publicidade enganosa, seja por deixarem de informar ou por induzirem ao erro- muitos oferecem crédito mesmo sem margem” ou “sem consulta ao SPC. Se é abusiva a publicidade que induz comportamentos perigosos à saúde ou segurança, uma oferta que pode levar ao superendividamento não seria abusiva? Em relação à análise discursiva, verificamos o apagamento da operação financeira: apresentando o crédito como vantagem, auxílio, algo remetido à amizade, ou acenando com rapidez e facilidades, as condições do contrato de crédito são relegadas a coadjuvantes como se o consumidor não precisasse se (pre)ocupar com isso. Por outro lado, as instituições financeiras colocam-se sintonizadas a cada consumidor com a ideia de customização do crédito: feito para você, melhor opção para você. Além disso, a referência à realização dos sonhos e/ou ao atendimento de necessidades está quase sempre presente nos dizeres ou nas imagens. Problematiza-se: o caráter etéreo que o contrato acaba adquirindo, somado à promessa de viabilização fácil de sonhos não operaria no sentido de produzir desconhecimento e impulsão ao consumo? Enquanto os folders trazem imagens de pessoas, as cartilhas trazem desenhos e assumem um tom professoral que coloca o consumidor que se endivida como aquele que não sabe, por suas falhas. Uma forma de orientar ou uma infantilização culpabilizante?

Economia Solidária: indicadores teóricos de autogestão

Mariana Pozzi Junges
William Aparecido da Silva
Laís Vargas Ramm - laisramm@gmail.com

O referido trabalho traz indicadores teóricos e se propõe à discussão do conceito de economia solidária e dos embates sofridos pelos trabalhadores que a vivenciam com relação à sua necessária inserção no sistema capitalista. Também se propõe refletir

sobre as implicações da autogestão, princípio fundamental da economia solidária, que pressupõe de cada sujeito uma auto-análise, mesmo antes de se colocar como grupo. A autogestão é uma relação de produção em que as atividades (e a produção) são orientadas pelos próprios produtores-cidadãos (Nascimento, 2004), ou seja, o poder de decisão, controle e gestão é autárquico. Trata-se de um estudo teórico de acadêmicos do curso de Psicologia, da Universidade Federal de Pelotas, que participam de um projeto de extensão, o núcleo TECSOL (Tecnologias Sociais e Economia Solidária) que tem como objetivo auxiliar empreendimentos de economia solidária, partindo da investigação sobre o tema. No andamento dos estudos, e a partir de inquietações, e como Guareschi e Veronese (2009) dizem, as ciências sociais, e em especial a psicologia, pode dar sua contribuição, atuando junto aos grupos com objetivo de efetivar e desenvolver formas alternativas de trabalho e que além da contribuição no plano teórico, desenvolva conceitos sob a perspectiva sociopsicológica da autogestão. Adotamos aqui a definição de Cruz (2006), para quem podem ser considerados empreendimentos de economia solidária aqueles cujos membros compartilham em igualdade e solidariedade o trabalho, os meios para a sua produção, os resultados econômicos, os conhecimentos envolvidos e o poder de decisão. É, portanto, um tipo de economia centrada mais em fatores humanos e ambientais do que no capital. Para o brasileiro Paul Singer (1997) a economia solidária a partir de seu crescimento competirá com o capitalismo como uma nova forma de produção. Falar das dificuldades encontradas ao trabalhar com economia solidária dentro de um contexto capitalista é como falar dos próprios princípios, ideologias e práticas dessa relação de trabalho, que precisam lutar para não ser esmagados pelo capital. Procuramos percorrer diferentes concepções de autogestão, bem como sua aplicabilidade na economia solidária a partir da ação dos sujeitos agentes nesse processo. Isso para que seja fomentado o debate sobre a existência ou não de distância entre as iniciativas autogestionárias e suas definições teóricas, considerando essa reflexão cara, já que a economia solidária se pretende um conceito que parte da prática. Para tal, consideramos pertinente o questionamento: De que forma esses sujeitos, na maioria das vezes oriundos de relações de trabalho heterogestionárias, adaptam-se à nova realidade construindo seus próprios caminhos de decisão? É partindo dessa questão que buscamos encontrar a associação entre o trabalho solidário e autogestionário com a aplicação desses paradigmas na vida dos trabalhadores.

Entre Olhares: reflexões sobre deficiência visual e fotografia

Laura Kemp - kemp.laura@gmail.com

Adriano Henrique Nuernberg

Andréa Vieira Zanella

Esse texto problematiza a fotografia como linguagem, como produção discursiva e dialógica de sujeitos no contexto de sua enunciação. A discussão se dá a partir de olhares de crianças com deficiência visual sobre o contexto em que vivem, mediados pelos sentidos impressos nas fotos por elas produzidas. Cumpre destacar que cada fotografia é criação de um sujeito, o que nos leva a refletir sobre quais os motivos que o levaram a escolher fotografar um determinado objeto e não outro. Assim, a fotografia expressa sentidos, olhares e mobiliza a emergência de outros, tanto para quem a cria como para quem a admira. Cumpre destacar que no trabalho que embasa essa escrita considera-se o pesquisar como acontecimento, processo em constante movimento e criam-se espaços de enunciação que possibilitam o pesquisarCOM. Para tanto, desenvolvemos uma oficina estética com o grupo de crianças com quem pesquisamos. As atividades distribuídas em cinco encontros possibilitaram a (re)criação do olhar e, para além da oficina, as crianças foram convidadas a criarem imagens fotográficas do contexto em que vivem. A oficina estética foi registrada através de filmagens, fotografias e registros em diário de campo, e constituíram, juntamente com as fotos produzidas pelas crianças, o conjunto de informações analisadas. O conjunto de imagens criadas por cinco crianças foram analisadas e organizadas em quatro categorias de análise, unidades temáticas que dialogam entre si. São elas: imagens que apresentam sentidos estabelecidos na relação com o contexto social, fotografias de objetos significativos, imagens de sons, cheiros e texturas e, por último, auto-retratos das crianças que objetivam seus olhares de si para o outro. Com os resultados obtidos, destaca-se que não só o que é visual pode constituir uma imagem, mas também outros elementos aparentemente invisíveis. Concluiu-se que a deficiência visual possibilita à pessoa ver com os olhos dos outros e com todo o corpo, levando-a a usar, para a construção de imagens mentais, a linguagem verbal, a imaginação, a memória e o pensamento, juntamente com os outros sentidos. Os resultados permitiram constatar que privadas funcionalmente das sensações visuais, crianças com deficiência visual

criam, a partir de um intenso e complexo processo de produção de sentidos, olhares para o entorno que evidenciam o caráter mediado da experiência visual.

Estudo do processo de formação da identidade coletiva do Movimento Social de Luta Contra AIDS do RS

Luciane Pinheiro Jardim - lucianejardim@hotmail.com

Este projeto de pesquisa para dissertação de mestrado visa identificar alguns dos processos que envolvem a construção da identidade coletiva no Movimento Social de Luta contra AIDS (MSLA/RS) através das relações com o Estado/RS nos últimos 30 anos. Acredita-se que a escolha do tema seja relevante na medida em que se compreenda e venha à luz os fatores políticos implicados na constituição da identidade coletiva deste Movimento através da sua relação com o Estado. Para realização desse estudo os procedimentos metodológicos e técnicas propostas terão como modalidade a pesquisa qualitativa no campo das Ciências Sociais, como técnicas de coleta de dados serão usadas: entrevistas semi-estruturadas, a análise documental, o diário de campo e a observação participante, e como técnicas de tratamento e análise de dados será utilizado à análise de discurso. Os dados da pesquisa serão apresentados para MSLA com intuito de contribuir para configuração política do grupo no cenário gaúcho e nacional.

Imprensa brasileira: jornalismo ou política?

Pedrinho Arcides Guareschi - pedrinho.guareschi@ufrgs.br
Caroline Bastos Capaverde - ccapaverde@gmail.com
André Luiz Guerra da Silva - andreguerrars@hotmail.com

A informação é o novo modo de desenvolvimento responsável pela produtividade do sistema capitalista. Atualmente, a realidade exige cada vez mais que as pessoas saibam lidar com uma imensa gama de informações que invadem diariamente sua vida cotidiana. Manejar o impacto deste fluxo acelerado de informações e,

principalmente, dar-lhes um significado, ou seja, interpretar e integrar a sua visão de mundo, faz-se uma tarefa que deveria ser indispensável aos cidadãos. Partindo disso, pretendemos investigar a relação entre a mídia e a política. Para tanto, procuraremos mostrar como a visibilidade midiática se constitui em uma nova forma de poder, o poder simbólico, essencial aos agentes políticos. Nosso interesse é investigar como, e de que forma, nas sociedades contemporâneas, a visibilidade midiática coloca-se como indispensável tanto à obtenção do poder cultural simbólico, como da perda desse mesmo poder. Procuramos discutir como a mídia torna-se central na construção de um capital essencial aos atores políticos. Ao todo, realizamos 13 entrevistas, sendo duas delas com experts no tema mídia e política, e 11 com atores políticos que exercem ou exerceram cargos. Na pesquisa foram ouvidos políticos de 6 partidos e de todos os âmbitos (federal, estadual e municipal). A principal técnica que usamos foi a entrevista semi-dirigida episódica (FLICK, 2002). Focamos as entrevistas nas experiências de vivência política dos sujeitos, dando ênfase a fatos e episódios em que a mídia e a política estabeleceram uma relação de grande importância ao desfecho da situação.

Intersetorialidade nas políticas públicas brasileiras de saúde e assistência social

Alessandra Matzenauer - alessandra.matzenauer@hotmail.com

Este trabalho tem como objetivos verificar as referências à intersectorialidade na legislação estruturante da Política de Saúde e da Política de Assistência Social e analisar na literatura os limites e possibilidades da intersectorialidade na prática dos profissionais que atuam nos serviços de saúde e de assistência social. Para isto, realizou-se uma pesquisa bibliográfica na legislação do Sistema Único de Saúde (SUS) e do Sistema Único de Assistência Social (SUAS), tais como na Constituição Federal do Brasil, na lei orgânica da Assistência Social e na lei 8.080, e nas publicações que orientam e abordam a estruturação de ambas as políticas na atualidade. Esta pesquisa foi realizada como trabalho de conclusão de curso de graduação da faculdade de Psicologia da PUCRS em 2011. Analisando a legislação estruturante do SUS e do SUAS, identificam-se alguns pontos afins nos seus

princípios organizativos, tais como a universalidade de acesso, a descentralização político-administrativa, a participação da comunidade e a igualdade, equidade e integralidade no atendimento. Estes pontos em comuns colocam uma aproximação na forma como são elaboradas ambas as políticas e, desta forma, possibilidades na execução de práticas intersetoriais efetivas. Ainda analisando a legislação, verifica-se que na política de Saúde a intersetorialidade é colocada com destaque no eixo de atenção primária, deixando pouco evidente a integração com a Assistência Social. Já a política de Assistência Social pontua com maior frequência a intersetorialidade nas suas propostas, porém deixa pouco claro de que formas pretende executá-la. Encontramos, ainda, na literatura alguns entraves para a consolidação da intersetorialidade, tais como os processos históricos de práticas assistencialistas e de clientelismo nas práticas das políticas sociais. Para que a intersetorialidade se efetive são necessárias transformações na forma de organização das diversas políticas, desde a sua gestão até a sua execução. Uma possibilidade de mudança desta antiga lógica está na organização dos serviços pautada pela integralidade, descentralização, equidade e controle social, viabilizando a ampliação dos direitos dos cidadãos e da melhoria do bem estar social. A intersetorialidade se afirma, assim, como uma potente metodologia para o desenvolvimento de políticas sociais efetivas no enfrentamento das complexas demandas sociais atuais.

Justiça como política pública

Israel Kujawa - israel@imed.edu.br
Mauro Gaglietti
Pedrinho Guareschi

A presente comunicação trata das bases conceituais de uma experiência de política pública implementada em Passo Fundo (RS), por meio da ampliação de uma cultura direcionada à mediação de conflitos e efetivação da segurança e da justiça. A Política Pública é intitulada “Justiça Comunitária”, e é executada em Passo Fundo entre 2010 e 2011, por intermédio de parceria entre Ministério da Justiça, Prefeitura Municipal e Faculdade IMED, em decorrência da parceria estabelecida entre o PRONASCI do Ministério da Justiça, por meio da Secretaria Nacional de Segurança

e da Secretaria para a Reforma do Judiciário. Na metodologia vale destacar os referenciais sintetizados no pensamento de Luis Alberto Warat, podendo a política ser entendida como um desdobramento conceitual do paradigma do pensamento complexo, em oposição ao paradigma da simplificação. Nessa linha de raciocínio, faz-se necessário reconstituir os referenciais que orientam as decisões dos operadores, apontando a possibilidade de relacionar suas decisões com suas representações, bem como com as representações das partes envolvidas no contexto das decisões. Sob a orientação desta metodologia, predominam as diretrizes da participação ativa dos envolvidos, da mediação e da restauração, em detrimento da intervenção de um terceiro agente no processo, que cumpre a função de arbitrar a solução de um conflito. Vale destacar o papel da comunicação não violenta, um método que se caracteriza pela horizontalidade nas relações, reconhecendo os sujeitos envolvidos no conflito como os principais protagonistas nos encaminhamentos necessários para a solução e restauração dos laços rompidos. Neste método, um dos aspectos relevantes para o encaminhamento das situações de conflito é a mudança cultural, onde a diretriz, um ganha outro perde é substituída pela diretriz que compreende a manutenção da situação de conflito como perda para todos e a solução da situação de conflito como um benefício, não apenas para uma parte, mas para todos os envolvidos. A execução da política pública em foco deu-se mediante o processo de sensibilização das lideranças de dois bairros, seguida de seleção, capacitação e atuação de mediadores residentes nos referidos bairros, junto às situações de conflito entre cônjuges, famílias e vizinhos nas comunidades. Vale destacar que a comunicação não violenta, método utilizado nas 53 sessões de mediação, foi a responsável pela solução de 82% dos conflitos no bairro Valinhos e de 79%, no bairro Záchia.

Narrativas, grupo e inventividade: experiências da Oficina Linguagens da Cidadania

Isadora Batistella Machado
Alessandra Matzenauer - cycinha@hotmail.com

Tomando-se as relações sociais, a vida cotidiana e o corpo como dimensões da cultura e, portanto, da democracia, os direitos e as políticas públicas da infância e juventude não podem se restringir ao atendimento ao que diz respeito a questões estruturais como emprego, habitação, educação e saúde. A perspectiva de redes, que comporta a co-responsabilização, a participação e a escuta dos sujeitos, provoca sua ampliação aos vínculos e aos processos de subjetivação requerendo estratégias de cuidado, a implementação de redes de apoio e acesso a equipamentos da cidade (de educação, saúde, lazer, cultura, esporte, entre outros), capazes de contemplar o exercício da cidadania, possibilitando o protagonismo, a invenção, o recriar-se. Assim, recai sobre a Psicologia um novo movimento: problematizar os discursos de violência, classificação e normatividade correntes sobre infância e juventude e construir dispositivos de promoção de saúde, direitos, enfim: cidadania. Este estudo analisa as produções da Oficina Linguagens da Cidadania (integrante do projeto Oficinando em Rede), realizada na Vila Viçosa na Lomba do Pinheiro, em vínculo com a UBS da região. Os participantes são 10 jovens da comunidade, de 9 a 12 anos. Tomando a narrativa de dois encontros específicos como disparador, seu relato como método de apresentação, sua transformação de oficina (ato) em pesquisa como objetivo e suas criações e invenções como objeto, propõe-se fazer emergir a questão de pesquisa: Como se processam em um grupo-dispositivo exercícios micropolíticos de cidadania? Tendo como método a pesquisa-intervenção, aposta-se na produção de novos sentidos que possam emergir dos próprios coletivos e agentes em questão, portanto abrindo também o questionamento permanente sobre quais componentes de subjetivação se produzem ao participarem das oficinas, enquanto tempo/espço construído coletiva e constantemente. A análise será através de registros de som e imagem, além dos escritos, como diários de campo, entendidos como enunciados desses processos. Assim, tem-se como resultado parcial a interlocução da produção acadêmica com o cenário de práticas, criando novos dispositivos para a análise e intervenção no âmbito das redes de atenção à saúde para a infância e adolescência, produzindo também conhecimento científico sobre estas vivências que objetiva contribuir para efetivação de políticas públicas para crianças e adolescentes, tendo como foco a promoção de saúde e cidadania.

Pesquisar com outros: por uma política de pesquisa local e situada

Thainá Rosa Oliveira da Cunha
Jeane Silva de Souza
Thiago José Bezerra Cavalcanti - tcavalcanti@id.uff.br

O objetivo desse trabalho é apresentar uma política de pesquisa no campo da deficiência visual. A pesquisa Perceber sem ver é realizada no Instituto Benjamin Constant através de Oficinas de experimentação corporal com pessoas cegas e com baixa visão matriculadas no setor de reabilitação dessa instituição. Nessas oficinas colhemos narrativas de pessoas que passam pelo processo de perda da visão e de criação de novas formas de viver sem ver. Os acontecimentos são colhidos e registrados a cada encontro em diários de campo, que são lidos e discutidos no grupo de pesquisa. Interessa-nos interferir no campo da deficiência visual a partir de narrativas construídas de forma situada e local, entendendo assim, que é apenas de um modo situado que se pode interferir e equivocadamente as concepções hegemônicas de cegueira. Não nos interessa apenas falar sobre a deficiência visual, mas produzir conhecimento com aqueles que passam pela experiência do cegar. Desta forma, a pesquisa se dá com o outro e não somente sobre o outro. Inspirados em autores como Martins e Favret-Saada, afirmamos que os encontros cotidianos de pesquisa são solos férteis para fazer proliferar outras versões de ver e não ver. É com este viés que apresentaremos uma narrativa colhida num destes encontros. Tal narrativa apresenta uma subversão dos estilos hegemônicos de conceber eficiência e deficiência. Reunindo uma bengala, o não ver, o ônibus, o humor: José coloca em xeque a concepção hegemônica de deficiência visual, definida apenas pela ausência de uma função sensorial. Que outras versões de não ver José coloca em cena?

Por que nós? Seguindo algumas controvérsias da prática de pesquisa e intervenção

Cleci Maraschin
Rosemarie Gartner Tschiedel
Cecília Sune
Isadora Machado
Nithiane Capella Farias - nithiane@gmail.com

Nos Estudos de Ciência e Tecnologia, a Teoria Ator-Rede tem-se destacado como uma metodologia de pesquisa em que se objetiva a análise simétrica da construção dos fatos científicos. Ao propor acompanhar os agentes por eles mesmos, Bruno Latour lança mão da descrição dos traços e fluxos que a ciência em transformação vai permitindo-nos cartografar. Assim, partindo da perspectiva desses estudos, esse trabalho toma como reflexão as práticas de pesquisa e intervenção em Psicologia Social, dando acento às relações entre os diversos actantes no processo de translação/tradução dos acontecimentos em campo. Na pesquisa e intervenção há um campo de forças e associações em que pesquisadores e pesquisados consentem, se afetam, negociam respostas e produções cotidianamente. Para uma análise situada dessa problemática, parto de alguns dos impasses e soluções vivenciados por um grupo de pesquisa-extensão que realiza uma oficina acerca do tema da cidadania. Como constituímos o campo? Como somos constituídos pelo campo? Quais vínculos/attachments conectam sujeitos, objetos e instituições ao campo da pesquisa e intervenção? As questões levantadas pelos integrantes do grupo de pesquisa e da oficina salientam os desafios de uma experiência em comum entre academia e comunidade como também indicam pistas sobre as (im)possibilidades da pesquisa transcorrida entre seus próprios pares. Nesse sentido, a escolha por acompanhar um grupo de universitários e pesquisadores, além de ter como objetivo a análise da nossa prática acadêmica, também tem intuito de recolocar a ideia do “pesquisar com, propondo-se uma negociação simétrica com os participantes do processo investigativo. Para desconstruir a concepção de que um pesquisador explica determinada realidade é preciso tensionar o dispositivo do segredo e da racionalidade centrada nesse. Ao incluir os pesquisados na análise e no consentimento das escritas produzidas, deseja-se incluir também a dimensão do tempo compartilhado em campo, ou seja, uma escrita que aja com a experiência em comum, que seja coetânea e processual. Por fim, se todo conhecimento é coletivo, como afirma Latour, então, seguir as controvérsias do conhecimento em transformação é mapear parte desse coletivo: uma rede de atores, discursos e suas agências.

Problematizações acerca da política nacional de saúde da pessoa idosa

Lisandra Moreira Espíndula
Carine Aparecida Bernhard - cari@airtonseguros.com.br

O presente trabalho refere-se à análise da Política Nacional de Saúde da Pessoa Idosa (PNSPI), pesquisa elaborada como trabalho de conclusão do curso de Psicologia, no Centro Universitário Univates. Temos como objetivo problematizar a Política Nacional de Saúde da Pessoa Idosa (PNSPI) e seus desdobramentos/atravessamentos, buscando compreender como idosos/velhices e saúde são constituídos nesses documentos. Para tal tarefa, utilizamos como ferramenta de análise o conceito de bio-política de Foucault, colocando em questão a forma como o Estado, por meio das políticas públicas de saúde, age sobre os corpos, disciplinando-os e exercendo um poder sobre a maneira pela qual a vida, ou melhor, a etapa na qual nos encontramos, deve ser conduzida. Há constantemente um jogo entre Estado e sujeito, aqui em especial, podemos observar esse jogo nas questões que articulam políticas públicas, saúde e velhice. A articulação entre a velhice e as políticas públicas (de saúde) é um tema extremamente rico e contemporâneo. No Brasil, tanto na lei quanto em diferentes referenciais, é considerado idoso toda pessoa com idade igual ou superior a sessenta anos. Na microregião Lajeado-Estrela, onde está situado o Centro Universitário, 14,8% de sua população tem mais de sessenta anos, superando desta forma o número de idosos no país (10,8%). A velhice sofreu inúmeras mudanças ao longo dos anos e atualmente também está reconstruindo-se. Para alguns autores a terceira idade seria uma nova etapa da vida que deve ser apreciada de forma ativa, independente, com realizações e satisfações pessoais, já aos mais velhos cabe a imagem tradicional de decadência física e cognitiva. Junto disto, as políticas públicas para o idoso também constituem um sujeito e são formuladas conforme os interesses gerais da sociedade. A problematização da PNSPI se faz a partir da breve compreensão de algumas leis e políticas gerais que já contemplavam de alguma forma a política do idoso, a trajetória se inicia com a Constituição da República Federativa do Brasil em 1988, passa pela constituição do Sistema Único de Saúde em 1990, Estatuto do Idoso em 2003 e conclui-se com a PNSPI em 2006. Nossas reflexões sobre a

articulação desses dois campos buscam descrever e problematizar a construção dessas temáticas e as marcas que carregam.

Reflexões sobre as práticas psicológicas nas políticas públicas: o dispositivo CREPOP

Carolina dos Reis - carolinadosreis@gmail.com
Silvia Giugliani
Vera Lucia Pasini

Este trabalho objetiva apresentar os principais pontos sistematizados dos resultados de 21 pesquisas realizadas pelo Centro de Referência Técnica em Psicologia e Políticas Públicas CREPOP sobre a prática profissional dos psicólogos nas políticas públicas. As políticas públicas têm se constituído como um importante espaço de inserção profissional para os psicólogos, no entanto, as dificuldades geradas na formação acadêmica e a situação do mercado de trabalho têm produzido uma realidade em que muitos profissionais chegam ao campo despreparados para atuar diante dos problemas sociais. Isso se agrava quando os profissionais encontram poucos espaços de reflexão sobre sua prática e o baixo investimento dos gestores em capacitação. Essa conjuntura propicia um impasse diante da necessidade de superar práticas cristalizadas e assumir uma postura ética de responsabilidade social. Frente a isso, o CREPOP se constitui como uma ferramenta do Sistema Conselhos de promoção de espaços de reflexão sobre as práticas psicológicas e de construção de referências técnicas que qualifiquem o exercício profissional e que sirvam como dispositivo de tensionamento de gestores e demais atores sociais para a construção de políticas garantidoras de direitos. Para que esse trabalho se efetive, desde 2006, já foram realizadas 21 pesquisas, em diferentes campos das políticas públicas, que buscam conhecer e sistematizar as dificuldades e potencialidades presentes no cotidiano dos psicólogos, bem como analisar a própria implementação da política em foco no RS. Para o desenvolvimento das pesquisas são realizados mapeamentos que localizam a existência de psicólogos vinculados às áreas das políticas públicas, aplicação de questionário online, entrevistas individuais com psicólogos e gestores municipais/estadual, grupos com psicólogos e grupos multiprofissionais. Através das pesquisas indicamos alguns dos principais desafios

que se colocam para a Psicologia nas políticas públicas – quais sejam: necessidade de romper com uma postura histórica de neutralidade científica e profissional; potencialização da formação acadêmica como espaço de construção de um pensamento crítico sobre as práticas psicológicas; engajamento nas instâncias de Controle Social; enfrentamento às precarizações das condições de trabalho; organização de ações em rede intra/intersectoriais, e a abertura das fronteiras entre os campos disciplinares – e de estratégias para o enfrentamento destes desafios.

Uma Nova Ambiência: um estudo sobre o uso de internet por estudantes da cidade de Porto Alegre

Caroline Bastos Capaverde - ccapaverde@gmail.com
Moises Romanini - moisesromanini@yahoo.com.br
André Luiz Guerra da Silva - guerra.andreguerra@gmail.com
Pedrinho Arcides Guareschi - pedrinho.guareschi@ufrgs.br

A mídia ou os meios de comunicação de massa se constituem como uma variável indispensável para a compreensão das sociedades modernas. Nossa sociedade é uma sociedade midiada, dentro de uma cultura midiada (THOMPSON, 2007). Desde que passou a ser utilizada nos espaços privados, a internet começou a gerar diferentes formas de relações dentro dos âmbitos familiares, acarretando em questões que antes não eram discutidas, como o seu uso inapropriado. Segundo Ballone e Moura (2008), tem-se constatado que o uso inadequado da internet pode estar presente em diversas patologias psíquicas. Dessa forma, o objetivo desse trabalho é caracterizar o uso da internet por estudantes de escolas da cidade de Porto Alegre/RS. Com o intuito de realizar um estudo exploratório sobre o tema, aplicou-se um questionário (Young, 1996) a fim de se obter informações gerais sobre a abrangência do fenômeno entre jovens estudantes. As respostas foram tabuladas em um banco de dados no programa SPSS e foi realizada uma análise estatística descritiva. Participaram desse estudo 1007 estudantes, com média de idade de 15 anos, de escolas públicas (38,4%) e particulares (61,6%), sendo 52,7% do sexo feminino e 47,3% do sexo masculino. Os resultados parciais da pesquisa apontam que 99,4% dos estudantes têm acesso à internet, sendo que 65,4% acessam do próprio computador e 73% fazem uso diário da internet. Além disso,

tem-se que 63,1% dos participantes permanecem conectados entre 2 e 5 horas por dia e 16,6% passam mais de cinco horas por dia na internet. Como as novas dependências são realidades recentes, fruto do desenvolvimento das novas tecnologias, o panorama geral apresentado nesse trabalho pode nos guiar para uma análise mais profunda sobre esse fenômeno, que parece provocar alterações significativas nos relacionamentos e eventos cotidianos desses jovens.

Videogames e aprendizagem: análise de jogos eletrônicos por estudantes universitários

Póti Quartiero Gavillon
Cleci Maraschin
Renata Fischer da Silveira Kroeff - kroeff.re@gmail.com

A inserção dos videogames na cultura tem ocasionado questionamentos importantes para diversas áreas do conhecimento. No âmbito da educação, estudos relacionados à utilização de videogames, e a análise dos efeitos que estes poderiam trazer aos processos de aprendizagem têm obtido apontamentos positivos. Este estudo teve por objetivo a análise de jogos educativos de computador por jogadores habituais e não-habituais de videogames e jogos digitais. O propósito é analisar alguns jogos para posterior trabalho com crianças e adolescentes que participam da Oficina de Cidadania do PSF Viçosa na Lomba do Pinheiro em Porto Alegre. Participaram da pesquisa 33 estudantes universitários de graduação e pós-graduação de diferentes áreas de conhecimento. Os participantes foram convidados a jogar jogos educativos de computador desenvolvidos pelo grupo Filament Games (www.filamentgames.com) e assinaram um Termo de Consentimento Livre e Esclarecido para ingressarem na pesquisa. Posteriormente, para que os participantes analisassem voluntariamente os jogos disponibilizou-se um questionário com quatro perguntas dissertativas referentes à sua satisfação com o jogo, as aprendizagens obtidas, aspectos dos jogos que poderiam ser modificados e a frequência em jogar outros jogos digitais e videogames. Foram avaliados 5 jogos: Cell Command, Crazy Plant Shop, You Make Me Sick!, Executive Command e Argument Wars. O estudo qualitativo das respostas foi realizado através da análise de conteúdo. Treze participantes apontaram ser jogadores habituais de outros jogos

digitais ou videogames, oito disseram jogar eventualmente e nove referiram não terem o costume de jogar habitualmente. A partir do questionário distinguiu-se três categorias de análise referentes à avaliação dos jogos segundo aspectos positivos, a aspectos negativos e a sugestões de melhoramentos. Os participantes avaliaram melhor jogos que possuíam objetivos mais claros e definidos, que lhes traziam divertimento e que apresentavam uma interface online de fácil compreensão. Dentre os principais aspectos relacionados às avaliações negativas observou-se referências a tutorias muito extensas; a utilização de muitos termos científicos; objetivos pouco claros, indefinidos ou desinteressantes; jogos muito extensos; mini-games dentro do jogo com dificuldade muito elevada; pouca aprendizagem do conteúdo desejado e visualmente chatos ou repetitivos. Com relação a outras sugestões de melhoramentos nos jogos, os participantes referiram a maior clareza com relação às pontuações, simplificação de comandos, ações no jogo com efeitos mais rápidos e claros, menor poluição visual nos gráficos e a disponibilização em outros idiomas. Sugere-se que o estudo poderia ser realizado também com crianças de idade escolar para comparação dos resultados.

Eixo Representações Sociais

Adolescência e Psicologia Social

Adriane Roso

Vanessa Limana Berni - vanessa.berni@yahoo.com.br

Este trabalho faz uma discussão sobre a concepção de adolescência/adolescente difundida pela psicologia tradicional, de modo a rerepresentá-la a partir da perspectiva da Psicologia Social Crítica. O interesse surge a partir de inquietações no desenvolvimento de uma dissertação de mestrado, onde o tema central envolve o adolecer com HIV. A dissertação vincula-se ao grupo de pesquisa “Saúde, Minorias Sociais e Comunicação” do curso de psicologia da Universidade Federal de Santa Maria, cujo norte epistemológico e ontológico deriva da Psicologia Social Crítica, a qual entende o ser humano como um agente histórico-social. A partir da revisão teórica sobre adolescência, percebemos o entendimento corrente de estudiosos do desenvolvimento humano de que ser adolescente é viver um período de mudanças físicas, psíquicas, cognitivas e sociais. Ou ainda, uma fase de instabilidades, turbulências, crises, novas responsabilidades, conflitos familiares, entre outras características, que vão se constituindo como naturais e universais de um determinado período do desenvolvimento. Ainda, a definição de adolescência, como uma fase intermediária entre a infância e a idade adulta, não aparece antes do século XVIII (AIRÈS, 1986). A adolescência não é um acontecimento da ordem do natural, mas, de fato, segundo o autor, trata-se de uma construção social, histórica e cultural, que se institucionalizou a partir de interesses da sociedade moderna industrial. Não se trata de negar momentos particulares de vida do ser humano. A questão levantada aqui, sobre a concepção naturalista e universalizante de entender a adolescência, está no fato de que se essas concepções não são problematizadas, podem se tornar modelos a serem reproduzidos acriticamente na e pela sociedade. Uma vez que a sociedade produz representações sobre a adolescência e comportamentos esperados nesta fase, abre espaço para que essas representações sejam internalizadas pelos adolescentes, e pessoas em geral, sem que estes/as pensem sobre. Isto porque “as representações sociais – enquanto sistemas de interpretação que regem nossa relação com o mundo e com os outros – orientam e organizam as condutas e as comunicações sociais” (JODELET, 2001, p. 22). Nesse ponto, uma atenção especial precisa ser dada às representações que profissionais

da saúde, e outros, podem construir sobre “certos tipos” de adolescente, pois certas maneiras de olharmos alguns grupos, pautadas em preconceitos, estereótipos e formas simbólicas excludentes, podem influenciar no modo de entender esse adolescente e até levar a discriminações. Diante disso, a perspectiva que assumimos nesse trabalho volta-se a repensar a adolescência como uma fabricação social e histórica dotada de interpretações e significações produzidas em sociedade. A partir da Psicologia Social Crítica, entendemos a adolescência enquanto processo, ou enquanto devir termo que traz a possibilidade de vir a ser, tornar-se, transformar-se, metamorfosear-se.

Associação de usuários de saúde mental de Pelotas: verticalidade e horizontalidade

Thiago Ribeiro Moreira - thiagoribmor@yahoo.com.br
Maria Cristina Ostermann Barbieri

O objetivo do estudo foi identificar fatores que motivaram a participação dos membros na Associação de usuários de Saúde Mental de Pelotas e proporcionar a reflexão coletiva com o resgate histórico da entidade. A participação de usuários de saúde mental nos espaços de empoderamento e a militância no campo da saúde mental resultam de processos interdependentes, que oportunizam não só a reinserção psicossocial nos espaços previamente conhecidos e dominados, mas também a descoberta de novas possibilidades de vida, de construção da subjetividade e fortalecimento da atividade coletiva, tendo por objetivo a defesa dos direitos humanos dos usuários em sofrimento psíquico. A partir da observação participante nas reuniões, percebeu-se nas falas a dificuldade de integrar novos membros e a necessidade de fomentar a participação ativa dos já associados, foi preciso conhecer os fatores motivacionais subjacentes a cada um para a formação atual do grupo. O estudo utilizou a abordagem metodológica da pesquisa qualitativa e o modelo de observação participante; e como base teórica para definição de grupo Pichon, focando a autogestão. A coleta de dados foi realizada durante seis meses, porém em dois momentos utilizou-se entrevista aberta para identificar dificuldades presentes na dinâmica grupal. As falas pontuaram como demanda o papel da associação na rede de saúde mental, a identidade como grupo, a necessidade de

participação efetiva dos membros, ruídos na comunicação, o resgate da história da formação e manutenção da associação e discriminação. No segundo momento relataram suas experiências na associação, os motivos do ingresso e algum momento significativo pessoal a partir da sua inserção nesse espaço. A análise dos dados foi realizada a partir da leitura e formulação de uma síntese dos dados empíricos com a definição de quatro categorias principais: empoderamento, seguir o exemplo das lideranças, pertencimento a um grupo e a centralidade dos CAPS na vida dos associados. Tendo como referência o olhar de um aluno da Psicologia, verificou-se que parte dos associados foram motivados por questões emocionais, de vínculos afetivos e construção de uma nova rede de relações interpessoais, contrapondo o foco principal do grupo.

Negro e tradicionalista no Vale dos Sinos: elementos para uma análise sobre produções discursivas sobre o negro no CTG

Letícia Pereira Maria - marialeticiamaria@yahoo.com.br

O trabalho aqui apresentado é resultado parcial da pesquisa de mestrado, que está em andamento no Programa de Pós Graduação em Ciências Sociais da Unisinos. Nosso objetivo é investigar o espaço ideológico ocupado pelo negro no discurso produzido sobre ele em CTGs (Centro de Tradições Gaúchas) nas cidades de São Leopoldo e Novo Hamburgo. Para isso, nos propusemos estudar os conceitos de ideologia, dentro de uma perspectiva marxista, utilizamos este conceito como uma categoria analítica, que busca compreender a ideologia funciona ora como falseamento da realidade, ora como conjunto de ideias, crenças e praticas que determinam lugares discursivos para os sujeitos na sociedade. Trabalhamos também com a categoria raça, não como conceito biológico, mas como uma perspectiva politico-discursiva que apresenta o negro na sociedade e por fim o tradicionalismo, como movimento civil, estruturados pelos CTGs, organizado e normatizado pelo Movimento Tradicionalista Gaúcho. Os procedimentos metodológicos utilizados para desenvolver este projeto, partem de uma modalidade de pesquisa histórico-dialética, que é um tipo de método qualitativo. Na coleta de dados, utilizamos da observação participante e do diário de campo. Com uma

amostragem representativa, coletaremos entrevistas semi-estruturadas, gravadas individualmente, com indivíduos ligados à entidades tradicionalistas, sendo cinco deles brancos e cinco deles negros. Com a possibilidade de complementar a coleta de dados, tomamos contato com pesquisa documental através da análise de fotografias e imagens arquivadas pelas entidades, a fim de perceber visualmente a representatividades dos negros ao longo da história dos CTGs, diagnosticando tal presença nas entidades. Para análise de dados, trabalhamos com o discurso, considerando as informações obtidas nas gravações e transcrições das entrevistas, também silêncios, que em contextos políticos e culturais carregam uma significação ampla e sensível. Com os resultados parciais encontrados, percebemos que o negro que está no meio tradicionalista, inserido em um ambiente ideologizante, não se percebe como tal no discurso do CTG, partindo de uma suposta igualdade, o sujeito não visualiza os estigmas e não reconhece os preconceitos aos quais é submetido.

Psicologia Social, saúde mental e depressão infantil: relato de um estudo epidemiológico

José Vicente Neto - vicentesocial@hotmail.com

Os estudos em Psicologia Social acerca do fenômeno da Depressão Infantil assumem, na zona de sentido fomentada pelas Representações Sociais um foco especial. Esse fenômeno conforma-se como protótipo de um objeto representado socialmente, porém “emaranhado” nos interstícios das ciências psicobiomédicas por falta de uma proposta teórica unificadora. Em particular, no trabalho discuto, epistemologicamente, a relegarmos ao segundo plano a construção social dos fenômenos em Saúde Mental, deixamos também o corpo que elabora e evidencia a doença, neste caso, o corpo social. Utilizando um relato de estudo epidemiológico e quantitativo sobre depressão infantil, busco destacar a importância em dar relevo à elaboração social dos sintomas psicoafetivos. O estudo apresentado teve como objetivo identificar a ocorrência da sintomatologia depressiva infantil (Inventário de Depressão Infantil ≥ 17 pontos) entre escolares de 10 e 12 anos de idade. Os instrumentos foram devidamente estruturados para a população infantil. Eram compostos por um questionário biopsicossocial e pelo Inventário de Depressão

Infantil (CDI-brief). Obteve-se que 10,7% da amostra estudada apresentou sintomas depressivos. Índices de estudos nacionais em diferentes regiões e populações revelam uma importante disparidade nos resultados. Acredita-se que estas diferenças ocorram devido à necessidade de uma padronização dos instrumentos, bem como adaptações mais sensíveis aos diferentes universos populacionais. Coutinho (2005) constatou que crianças com sintomatologia depressiva tendem a localizar a sintomatologia na esfera do isolamento e ausência de interação social. Conclui-se que a escola seja um lugar privilegiado para se observar essa problemática. Uma proposta teórica robusta que dê suporte aos aspectos sociais dos participantes, também deve fazer parte do programa de pesquisa. A psicologia social aplicada à saúde deve procurar integrar uma teoria psicossocial, de forma a restaurar os dados quantitativos de volta à qualidade exuberante das respostas dos sujeitos.

Representações sociais, ambivalência e contradições: a cooperativa Unimed

Pedrinho A. Guareschi
Hélio Possamai - possamai@upf.br

Segundo a resolução da Organização das Nações Unidas (ONU), o ano de 2012 será lembrado como o ano internacional do cooperativismo com o seguinte slogan: Cooperativas constroem um mundo melhor. A cooperativa unimed união dos médicos, está presente, no Brasil, em mais de 4 mil municípios com 106 mil médicos cooperados e que atendem a mais de 15 milhões de clientes. O presente estudo buscou compreender de que forma uma cooperativa que, idealmente falando, se orienta por valores de auto-ajuda, responsabilidade, democracia, igualdade, equidade e solidariedade, possa se estruturar dentro da profissão médica, que, tradicionalmente, enfatiza valores liberais, tais como o individualismo e a competição como guias de suas ações na prática. O referencial teórico discute os pressupostos metafísicos, epistemológicos e éticos de três diferentes cosmovisões (concepção de ser humano, valores, concepção de social e relações): o individualismo liberal, o centralismo coletivista e o comunitarismo solidário. As informações foram coletadas dos documentos doutrinários da cooperativa e de entrevistas feitas com 35

profissionais onde foram investigadas as reais práticas de atuação dos médicos, principalmente o quanto elas se regem e coadunavam com os pressupostos cooperativistas. Os resultados revelaram ambivalências generalizadas e profundas contradições entre o discurso doutrinário e as práticas concretas, tanto na estrutura da cooperativa, quanto nas práticas dos médicos. A cooperativa se rege, em grande parte, por um centralismo burocrático, com uma "nova classe" que se perpetua na direção; e no cotidiano do trabalho, os profissionais atuam revelando práticas individualistas e competitivas, onde a cooperativa fica sendo uma "secretária" a mais para angariar clientes particulares.

Uso de drogas, mídia e representações sociais

Pedrinho Arcides Guareschi
Mariane Rigatti Hartmann - mariane.hartmann@gmail.com

O estudo discute o tema da mídia e do uso de drogas, com base na teoria das Representações Sociais (Moscovici, 1961). Pelo fato de vivermos em uma cultura e sociedade midiadas (Thompson, 2009), os meios de comunicação permeiam as relações sociais e influenciam a produção de subjetividades. O tema das drogas, como o uso de crack, por exemplo, tem ganhado destaque nos jornais, televisão e internet. Esta pesquisa investigou o modo como a mídia impressa, no Rio Grande do Sul, retrata os usuários de drogas (lícitas e ilícitas) tentando compreender quem é este usuário para a mídia e por que ela o mostra de maneiras específicas. Procurou identificar e analisar que tipo de representações sociais a mídia produz sobre o usuário e que questões ideológicas estão atravessadas por esta produção jornalística. A metodologia envolveu a análise de conteúdo, conforme apresentada por Bauer e Gaskell (2010), das reportagens de dois jornais de grande circulação no Rio Grande do Sul: Zero Hora e Correio do Povo. Foram selecionadas as reportagens de maio, junho e julho de 2009 e 2011 que envolviam referências a usuários de drogas. A escolha por este recorte se deveu à disponibilidade de acesso aos dados. Para a interpretação dos dados foi empregado o referencial metodológico da Hermenêutica de Profundidade (Thompson, 2009), que considera o contexto sócio-histórico e espaço-temporal que situa o fenômeno, pode realizar

análises de discurso, além de considerar aspectos ideológicos como presentes no fenômeno social midiático. Alguns achados demonstram o destaque dado pela mídia às consequências danosas não apenas ao usuário, mas para a sociedade como um todo, privilegiando a criminalidade como elemento central ligado ao usuário. Podem ser apontadas estratégias ideológicas como a descontextualização da problemática das drogas, como se o problema estivesse restrito ao próprio usuário e uma ênfase na responsabilização individual do sujeito pelo uso e consequências. Também nota-se a discriminação do usuário como alguém perigoso ou doente, que deve ser mantido isolado socialmente.

“Não perca! Você vai perdê-lo?” Mídia, sedução e formação de conduta

Pedrinho Arcides Guareschi
Neura César - neurafma@yahoo.com.br

O propósito deste estudo é discutir um projeto de pesquisa que está em andamento em Porto Alegre/RS, com oito grupos de jovens, onde apresentamos principalmente o referencial teórico e a metodologia que será utilizada. A Mídia, particularmente, a Mídia Televisiva é um fator central de socialização na sociedade contemporânea. É difícil negar que, hoje, ela constrói, modela e, remodela as relações entre as pessoas, como também constrói o novo ambiente social, com a força de fazer desaparecer a realidade social (GUARESCHI, 2005). O objetivo desse trabalho é averiguar como a mídia televisiva incide na formação de condutas da juventude. A pergunta que nos conduz é: “Como a mídia televisiva trabalha na formação de crenças e valores? Thompson (2009) afirma que vivemos em uma sociedade e em uma cultura que são impactadas pelas indústrias da mídia. As pessoas vivem na ingênua convicção que procuram a televisão, o rádio, o jornal pela sua função de distração, diversão e notícia sobre a realidade que as cerca. Elas não têm consciência da manipulação e modelagem a que são constantemente submetidas pelas notícias transmitidas pelos veículos de comunicação. Seus efeitos são inconscientes, despercebidos/inadvertidos (FERRÉS, 1998). Sua atuação ocorre de forma mais incisiva na esfera da emotividade, mediante a sedução. Tem se constatado que a mídia influi inclusive nas crenças, nos desejos e,

consequentemente nas decisões e no comportamento. Atua, sobretudo, mediante a adesão a medos, ameaças, temores e valores. Considerando a escassez de publicações referente ao tema, trata-se de um estudo exploratório, com abordagem qualitativa. Para a coleta de informações, será utilizada a entrevista em profundidade e grupos focais com debates relacionados ao uso da mídia televisiva. Levando em consideração que a televisão tem um enorme poder de sedução e se apresenta como um importante meio de socialização faz-se necessário explorar tal instrumento para que se possa averiguar o impacto na formação de crenças, valores e comportamentos, e sejam desenvolvidas estratégias na educação das sensações e das emoções, objetivando a superação da condição de mero alvo e/ou de marionetes dos veículos da comunicação. Tenho a convicção de que não é possível haver competência audiovisual, sem a competência emocional.

Eixo Saúde

A atenção em saúde mental na formação do acadêmico em Psicologia: relato de uma viagem de estudo

Maria Eduarda de Souza Staevie - mariaeduardastaevie@hotmail.com
Suyane Oliveira Tavares Rodrigues
Félix Miguel Nascimento Guazina

Desde a reforma psiquiátrica o trabalho do psicólogo vem crescendo dentro da saúde mental, em instituições, hospitais, na atenção primária, e entre outros. Entretanto, em alguns cursos de graduação de psicologia, é comum os acadêmicos concluírem o curso sem ter contato com uma disciplina, que discuta especificamente o campo das políticas públicas na esfera da saúde mental. Discutiremos a importância de tal disciplina, a partir de um relato de experiência de duas acadêmicas do curso de psicologia do Centro Universitário Franciscano – UNIFRA, em uma viagem de estudos a um Hospital Psiquiátrico do Rio Grande do Sul, no segundo semestre de 2011. O objetivo foi observar e compreender na prática o conteúdo estudado na disciplina de Atenção em Saúde Mental. Esta viagem proporcionou aos acadêmicos refletir criticamente sobre a dimensão real e imaginária das práticas do trabalho da Psicologia no contexto histórico. Observou-se que embora houve mudanças na concepção sobre a loucura foi possível perceber a grande presença dos antigos sentidos de doença mental que estão marcados no ambiente manicomial. Notamos também os resquícios do passado muito presente no interior da instituição e, principalmente, no olhar dos usuários, assim como, nos acadêmicos, passando a ideia que a razão não pode se misturar com a loucura, justificando o modo dos tratamentos e a exclusão atual. Essa visita gerou uma reflexão crítica sobre se a desinstitucionalização e a reforma psiquiátrica são existentes apenas nos aportes teóricos, uma vez que a presente visita gerou inquietações e questionamentos, sobre as contradições e lógicas distintas que coexistem no manicômio. Tais questionamentos levaram-nos a um desconforto sobre as práticas dominantes desenvolvidas neste cenário.

A beleza do trabalho constituindo subjetividades

Eloisa Bochi Barbiero
Joseane Aldebrand
Helio Possamai
Juliê da Cunha Putrich - july_diuli@hotmail.com

O presente artigo busca elucidar as relações de trabalho existentes entre os funcionários, direção e clientes em um Salão de Beleza, com o objetivo de investigar a dinâmica existente entre o homem e seu trabalho e quais as consequências desta no processo saúde/doença do trabalhador. Foram realizadas observações por meio das quais foi possível levantar os dados necessários para a análise e discussão desta proposta. Com base na discussão dos conceitos sobre beleza e a profissão cabeleireiro em conjunto com os pressupostos teóricos da Psicologia do Trabalho concluiu-se que estar belo é uma regra nos dias de hoje. Porém, é necessário olhar atentamente para estes profissionais produtores de beleza, pois a realização de seu trabalho implica em inúmeras consequências, às vezes, nefastas tanto no âmbito físico quanto mental. É nesse aspecto que a Psicologia do trabalho se fundamenta no sentido de como o trabalho auxilia a compreender o ser humano.

A ética da loucura na criação artística

Thiago José de Franco da Silva - sthiagofranco@yahoo.com.br
João Gabriel Lima da Silva
Gustavo Miranda Fonseca

Muitos pacientes psicóticos escrevem ficções, criam objetos artesanais, pintam telas e erigem esculturas. Alguns deles chegam até a se tornar famosos, como, por exemplo, o escultor brasileiro Arthur Bispo do Rosário. Se a ética que a “arte comum” ambiciona nem sempre é clara, a arte produzida na loucura deveria servir a uma ética incoerente ou irrevelável. No entanto, a experiência clínica mostra que, ao contrário dos “artistas comuns”, que frequentemente não conseguem perceber as decorrências éticas do seu trabalho, o psicótico está em geral muito mais lúcido para entender os objetivos éticos do seu trabalho. O trabalho artístico na psicose demonstra uma utilidade ética que é evidente ao paciente, ainda que não seja clara

ao público, aos críticos, ou até mesmo aos terapeutas. Diversos eventos em hospitais psiquiátricos convidam o público a apreciar a arte produzida pelos pacientes. É possível, inclusive, comprar de algumas peças, cujo dinheiro é revertido às vezes para o criador das obras. Contudo, ao desejar fazer um bem para o paciente, buscando torná-lo ativo e social, é muito frequente que essas “feiras de arte manicomial” transformem a arte de uso terapêutico em um problema a mais para o paciente. Nem todos os pacientes querem ser artistas, nem todos podem sê-lo, e deve-se discutir a política de incentivo à produção artística em quem nem sempre deseje sustentar-se como tal. O reconhecimento das obras de pacientes psicóticos com o status de “arte” deve ser feita com a maior prudência possível, evitando tornar o paciente um artista contra a sua vontade. A partir dos seminários e escritos de Jacques Lacan e outros autores que vêm estudando o tema da ética na arte e na loucura, como Jean Claude Maleval, Ram Mandil e Sérgio Laia, iremos debater a ética do psicótico na criação artística e a ética clínica ao lidar com as criações da loucura.

A extensão universitária e as (im)possibilidades de tecer redes com políticas sociais

Hélio Possamai
Clenir Maria Moretto
Natália Viega de Souza
Pedro Henrique Carrard Sitta
Robert Filipe dos Passos - robertfpassos@hotmail.com

Esta é uma breve narrativa dos desdobramentos de um projeto de extensão vinculado à UPF denominado “Inserção Produtiva e economia solidária: que mundo (do trabalho) é esse. Iniciado em 2007, e protagonizado por docentes e discentes dos cursos de Serviço Social, Psicologia e Antropologia. Em 2011, as atividades de assessoramento a um grupo de economia solidária, situado na Vila Donária/PF. A trajetória do projeto no que tange à criação de metodologias de inclusão produtiva com grupos sociais vulneráveis, salientou a necessidade de ampliação do assessoramento em espaços de operacionalização de políticas sociais, destacando as de assistência e de educação. Conhecendo o papel dos CRAS, e partindo do pressuposto da NOB/RH-SUAS, consideramos relevante oferecer nosso trabalho

junto a este equipamento social, no sentido de assessorá-los na implementação de ações de IP e ES junto a grupos sociais. No que tange a política de educação, partimos das exigências legais que preconizam um “novo ensino médio, previstas na Proposta Pedagógica para o Ensino Médio, elaborada pelo Governo do RS, na perspectiva de um ensino politécnico. Com isso, propomos parcerias com escolas públicas de ensino médio de PF, objetivando instaurar processos de escuta e cuidado à saúde mental de professores e funcionários vinculados a essas escolas, mobilizando saberes relacionados à ES como possibilidade de inserção no mundo do trabalho. Destas propostas colocadas em curso, a primeira não obteve aceitação nas instâncias municipais de gestão, onde a demanda fora de que o projeto realizasse práticas de geração de renda nos territórios dos CRAS, diretamente com os potenciais sujeitos vinculados às comunidades referenciadas nos mesmos. A segunda proposta, ainda em processo de articulação técnica e política, obteve significativo apoio junto à política de educação estadual, onde a equipe do projeto planeja a realização de uma proposta denominada “Cuidando de quem educa”. O projeto baseia-se nos pressupostos da clínica ampliada, compreendendo a criação de metodologias de cuidado sustentadas na leitura de realidade institucional e no vínculo entre equipe do projeto e educadores. Com algumas oficinas já realizadas, vivenciamos o comprometimento dos sujeitos envolvidos, o que sinaliza a possibilidade da formulação de estratégias de saúde do trabalhador da educação tendo como princípio a circulação da palavra e a dimensão ética da escuta de sofrimentos que no coletivo podem ser ressignificados.

A Psicologia e as intervenções familiares na drogadição: o sintoma como mensagem da necessidade de mudança

Silvana T. Baumgarten
Anna Caroline Ferrari
Eloisa Barbiero
Flávia Michele Pereira Albuquerque
Joelma Borba
Robert Filipe dos Passos
Dirce Teresinha Tatsch - dirceterezinha@gmail.com

O trabalho apresenta atividades de um projeto de extensão universitária e consiste em atendimentos terapêuticos às famílias com adolescentes abusadores de drogas, visando à redução continuada deste uso pelo adolescente e a melhora da qualidade de vida de todos envolvidos. Os atendimentos são realizados quinzenalmente, com horário previamente marcado e duração aproximada de 120 minutos. Utiliza-se sala de Gesell (espelho unidirecional), equipe terapêutica e equipe reflexiva. Nos atendimentos participam pelo menos uma das professoras-psicólogas presente na equipe terapêutica e os alunos como co-terapeutas e/ou equipe reflexiva. Pensamos a drogadição como um sintoma e não como uma doença, uma mensagem que revela seu significado no contexto relacional familiar e que promove ressonância nos sistemas ampliados. Um sinalizador à família e também à sociedade de que algo deve mudar. Acreditamos que a solução encontra-se na família, apostamos na terapia familiar como uma das possíveis soluções para o problema emergente do abuso de drogas na adolescência. Este tratamento tem se mostrado eficaz pela melhora dos sintomas e da qualidade dos vínculos familiares. A drogadição do adolescente gera uma crise, que é vivida e revelada como um verdadeiro caos familiar. Numa compreensão na perspectiva da complexidade, o caos é redefinido como revelador da saturação do sistema em seu atual estado de funcionamento, promovendo o movimento rumo às transformações necessárias. É nesta fase confusa, desorganizada e sofrida que, de uma forma igualmente imprevisível, surgem soluções originais que permitem uma nova reorganização construtiva e transformadora do sistema familiar.

A Psicologia em prol da promoção de saúde: relato de experiência

Suyane Oliveira Tavares Rodrigues - suyane_tavares@yahoo.com.br
Maria Eduarda de Souza Staeve
Camila dos Santos Gonçalves

Este trabalho apresenta o relato de experiência das acadêmicas do curso de psicologia que participaram da 7ª edição da Comunidade Saudável, um projeto do Instituto Federal Farroupilha no Campus de São Vicente do Sul, realizado no dia 14 de abril de 2012. O referido evento visa proporcionar integração com a comunidade

oferecendo uma melhor compreensão ao processo saúde-doença, bem como a atenção do ser humano como um todo. Assim, o evento dispõe de serviços de promoção de saúde por diversos setores como instituições de ensino superior e poder público, como também entidades do município, e um espaço de entretenimento com apresentações culturais. O Curso de Psicologia foi representado por um grupo (seis acadêmicos e um professor), que planejaram uma forma de intervenção adequada ao espaço e tempo direcionados a este. A intervenção grupal foi a ferramenta técnica utilizada para acessar como dispositivo a comunidade presente no evento. Um grupo vasto como dispositivo de trocas e reflexões mostrou-se de grande impacto aos participantes. A participação se deu através de convites, e foram realizados cinco grupos com temáticas diferenciadas, como por exemplo: grupo de adolescentes, grupo com senhoras da terceira idade e grupo com as crianças. Desses grupos diversos assuntos surgiram, como sexualidade, escolha vocacional, limites, relações com a família, porém o que queremos destacar aqui foi a emergente necessidade de espaços de escuta e significação da vida cotidiana. Ao final desta experiência as acadêmicas envolvidas refletiram quanto é importante e necessária a psicologia inserida em tal contexto direto com a comunidade, com os sujeitos, oferecendo uma escuta e atenção para estes, o que pode ser uma via de fortalecimento e empoderamento na promoção da saúde.

Angústia pública: primeiros auxílios em Psicologia Social

Ney Roberto Vátimo Bruck - neybruck@gmail.com

A partir de questionamentos de como se mostram as teorias na prática em psicologia social e considerando, principalmente, as trajetórias anteriores em educação popular e luta antimanicomial há 25 anos é que encontrei subsídios para estar trabalhando no auxílio às vítimas, voluntários e profissionais durante o desastre ocorrido em janeiro de 2011, na região serrana do Rio de Janeiro. Enviado pela UFPEL e recomendado pela Secretaria Nacional de Direitos Humanos, permaneci no local da tragédia por 18 dias. DESASTRES é um tema de angústia pública. Chamo de angústia pública, este sentimento difuso de mal estar que se origina dos acontecimentos públicos traumáticos, chamados estressores, tais como

os acidentes de trânsito com vítima, assim como os provenientes das demais situações limites de toda a violência urbana, nos desastres, nas calamidades naturais e nas emergências. O evento traumático é produto e causa de angústia pública. A proposta é de considerar um desastre como um tema de angústia pública na perspectiva da Psicologia Social. A psicologia das emergências postula, em primeiro lugar, a emergência do humano. Isto não significa ficar colado no drama, que é o emocionalismo e a paralisia diante da tristeza. Significa, atualmente, buscar as teorias e práticas que possam oferecer caminhos, sempre levando em conta o contexto que aparecem as situações de crise. Para dar conta deste desafio diante das situações-limite, o profissional pode iniciar revisando os seus próprios conceitos e aqui os fundamentos da psicologia social protagonizados pela ABRAPSO são fundamentais. O principal objetivo dos primeiros auxílios psicológicos é de favorecer as condições de enfrentamento imediato da crise para continuar o curso da vida. A crise, principalmente em uma situação inesperada, significa um momento de dor e de sofrimento, mas também pode ser uma oportunidade de crescimento com novas posturas diante da vida. A capacidade de cada um de suportar eventos traumáticos é, aparentemente, uma característica “individual”. Mas quanto à conformação dessa capacidade está condicionada por padrões de pensamento e de atitudes? E quais as práticas que podem ser utilizadas em coerência com os pressupostos que acreditamos em Psicologia Social?

Archivos Rio Grandenses de Medicina de 1920 a 1943: o alcoolismo e a construção do comportamento de risco

Vinícius Fretes Argenta
Daniel Dall'Igna Ecker
Carolina dos Reis
Neuza Maria de Fátima Guareschi
Francisca Magalhães de Souza - francisca.magalhaes.s@hotmail.com

Este trabalho tem como objetivo compreender como historicamente foi sendo construída a relação entre Justiça e Saúde Mental, que, na atualidade, abre espaço para que a intervenção judiciária possa acionar a internação compulsória como um mecanismo de tratamento para adolescentes usuários de drogas. Este estudo se

apresenta como parte do projeto A relação entre Justiça e Saúde Mental no contexto de adolescentes usuários de drogas, desenvolvido pelo Núcleo de pesquisa e-politcs do PPGPSI da UFRGS. A investigação parte da análise de textos escritos pela Psiquiatria, sobre a questão do alcoolismo, que encontramos nos documentos dos Archivos Rio Grandenses de Medicina - revista publicada pela Sociedade de Medicina no período que data de 1920 a 1943. Em um primeiro momento, fizemos o levantamento dos artigos publicados pela Psiquiatria nesta revista para, posteriormente, selecionarmos aqueles que remetem sobre o consumo de álcool. Nossa análise consiste em identificar como esta área de saber, neste caso a Psiquiatria, foi construindo as causas, contextos e comportamentos que configurassem os indicadores de risco e vulnerabilidade que deveriam ser considerados no diagnóstico de usuários do álcool. Nesse sentido, pretendemos colocar em evidência como os discursos sobre drogas foram sendo forjados por determinados saberes sobre a conduta de indivíduos, visando problematizar os efeitos que esses saberes produzem em termos de uma individualização daquilo que é de uma problemática social - nesse caso, o uso de drogas. Esses discursos apontam a características específicas do indivíduo usuário de álcool (como, por exemplo, o temperamento impulsivo) que se traduzem em comportamentos de risco, a partir dos quais se desdobraria uma disposição maior a se cometerem atos infracionais, além de ameaçar a segurança de sua vida e a dos demais à sua volta. Interrogamos os regimes de verdade aí sustentados por estes saberes, produzindo modos de ser sujeito potencialmente perigoso que, no contemporâneo, põem em ação diversas táticas jurídico-policiais.

As práticas do psicólogo no contexto hospitalar

Camila Gonçalves dos Santos
Camila Almeida Kostulski - camila.ak@hotmail.com

"Este artigo é um relato de experiência das práticas psicológicas desenvolvidas na unidade pediátrica em um hospital público do interior do estado, referente ao estágio específico do curso de Psicologia. Esse tem por objetivo apontar algumas das práticas desenvolvidas no contexto hospitalar realizadas com as crianças internadas

na unidade pediátrica, com os pais ou familiares que as acompanhavam, como também as relações desses com a equipe de saúde. As atividades desenvolvidas foram entrevista de acolhimento, atendimentos psicológicos, baseados principalmente na psicoterapia de apoio, orientação aos pais, intervenções lúdicas, encaminhamento e reunião de equipe. No início das atividades foi feito um período de observação no local para entender como a equipe de saúde se organiza, como são divididas as tarefas, qual é a rotina de atendimento e as características da população atendida, para que depois pudesse iniciar um processo de planejamento das intervenções no local. As vivências desenvolvidas no contexto hospitalar, principalmente na pediatria, apresentam fragilidades e potencialidades. Como potencialidades aponta-se o vínculo estabelecido com a equipe de saúde, e o setting diferenciado que permitia uma maior liberdade nas intervenções, já que foram realizadas em diversos lugares. Quanto às fragilidades coloca-se a pouca comunicação entre a equipe, principalmente na troca de turnos, como também, as dificuldades de se construir uma equipe interdisciplinar, visto que a doença afeta várias dimensões do sujeito que está internado, e com isso, há uma necessidade desse trabalho interdisciplinar. Diante disso, entende-se que a postura do psicólogo precisa ser flexível com o objetivo de contornar as dificuldades e reconhecer que seu trabalho sofrerá interrupções, adiamentos e cancelamentos fora de sua esfera de controle, pois a prioridade das ações são médicas e devem ser repetidas. Além disso, é fundamental, por parte do psicólogo, mostrar a sua importância na equipe de saúde, mesmo que isso seja de forma gradual e necessite de persistência, sendo esse, um trabalho diário. A prática do psicólogo no hospital requer um trabalho ético, como em qualquer outro local, como também há uma necessidade de criar vínculos junto a outros profissionais, aderindo e incentivando a atuação interdisciplinar. Conclui-se que a partir dessas vivências é preciso despender a atenção e cuidado as relações no ambiente hospitalar, entendendo que a escuta psicológica à família e à criança internada é o maior foco das intervenções na unidade, sendo que a comunicação da família com a equipe também interferem nessa prática.

Bonde: um percurso coletivo na escola

Geise Devit da Silva
Nathaniel Pires Raymundo
Denise Santos Machry - denise.giz.machry@gmail.com

O projeto Bonde do Cinefoi criado em 2010 e vem sendo desenvolvido desde então por diferentes residentes e trabalhadora da Unidade de Saúde Divina Providência, do Grupo Hospital Conceição. Acontece em parceria com a escola Estadual Ruben Berta localizada dentro do território sanitário adstrito sob responsabilidade da unidade, no bairro Vila Jardim, zona norte da capital Porto Alegre. Utilizamos como ferramenta de trabalho vídeos, filmes e documentários para proporcionar um espaço de debate e reflexão dos temas que fazem parte do cotidiano dos jovens, a fim de contribuir no processo de autonomia, fortalecimento e emancipação desses sujeitos. Desenvolvemos encontros periódicos, em diferentes turmas, com os alunos em sala de aula, através de uma abordagem interdisciplinar, buscando promover saúde na coletividade. O termo bonde é uma gíria que designa um grupo de pessoas reunidas para determinado fim, popularmente associado à violência urbana. Nomeamos o projeto com este termo para propor a desnaturalização da relação jovem-grupo-violência. Apostamos no dispositivo da coletividade como promotor da troca de experiência e motriz da consciência crítica, sendo diferente das práticas educativas tradicionais. Temos como intencionalidade a democratização dos espaços e o protagonismo dos adolescentes envolvidos, na medida em que o processo está em constante avaliação e construção participativa. Percebemos que oBonde do Cine tem se efetivado como um dispositivo potente para promover a intersetorialidade (educação-saúde), pois ao aproximar as instituições possibilita um olhar mais integral. Avaliamos também que as turmas participantes do projeto demonstraram amadurecimento nas relações grupais, participação e envolvimento crescente no debate, assim como o exercício da alteridade. Da mesma forma, a escola visualiza que estes aspectos impactaram positivamente nas atividades escolares. Vemos a necessidade de cada vez mais aproximarmo-nos da comunidade escolar (principalmente dos educadores) para produzirmos propostas e ações em conjunto, construindo expectativas e objetivos em comum com vista a melhor atender as necessidades dos sujeitos envolvidos. São muitos os desafios enfrentados no trabalho que se propõe intersetorial, especialmente com coletivos de adolescentes;

porém carrega o potencial transformador da produção conjunta de conhecimentos e horizontalização dos saberes.

Drogas e Justiça: a psiquiatrização de jovens internados por medida compulsória

Carolina dos Reis
Neuza Maria de Fátima Guareschi
Vinícius Fretes Argenta
Daniel Dall'Igna Ecker - daniel.ecker@hotmail.com

"Este trabalho tem por objetivo conhecer como se configura o processo de internação compulsória de adolescentes usuários de droga. Este estudo é derivado do projeto de pesquisa "A Relação entre Justiça e Saúde Mental no Contexto dos Adolescentes Usuários de Droga" do núcleo de estudos em políticas e tecnologias de subjetivação contemporânea, e-politcs. Para isso, realizamos o mapeamento das baixas do Hospital Psiquiátrico São Pedro (HPSP) referentes às internações de adolescentes no Centro Integrado de Atenção Psicossocial CIAPS, durante o período de julho de 2008 a junho de 2011 a fim de identificar os prontuários de adolescentes internados por medida compulsória. O número de medidas judiciais de internação que chega especificamente ao CIAPS é tido como referência tanto para o Sistema de Justiça, quanto para a população, que através das comunidades, famílias e até mesmo dos usuários de drogas intercede junto ao Judiciário por acesso ao atendimento nesse serviço. Em um primeiro momento fizemos o levantamento de todos os documentos presentes nos prontuários de internação, desde o primeiro atendimento, até a saída do jovem da instituição para, posteriormente, analisarmos nesses materiais as justificativas das internações e as ações de cuidado e acompanhamento desses jovens. Através das análises realizadas evidencia-se um movimento de psiquiatrização dos problemas sociais no qual se estabelece uma aliança entre o saber psi e as estratégias de segurança pública. O Sistema de Justiça tem buscado a internação como resposta aos problemas sociais que circundam jovens em situação de rua, abandono/negligência familiar, pobreza, marginalização e drogadição. Esta última tem se constituído como um mecanismo que invisibiliza a complexidade das demais questões e situa no

indivíduo a responsabilidade de mudança. Desta forma, o contexto social é traduzido e reduzido a uma psicopatologia que justifica e legitima a internação psiquiátrica. A partir disso, procuramos problematizar a relação entre os campos da Saúde Mental e do Sistema de Justiça como efeito do significativo aumento no número de internações psiquiátricas via ordem judicial.

Entre agulhas e sorrisos: um relato de experiência sobre novas formas de intervenção em Psicologia

Matheus Giacomini Palma - mathgiacomini@gmail.com
Catheline Rubim Brandolt
Fernanda Pires Jaeger

O trabalho tem como objetivo relatar uma experiência de estágio de psicologia em uma Unidade Básica de Saúde (UBS), em Santa Maria, no centro do Rio Grande do Sul. Tal experiência foi inspirada no documentário *Doutores da Alegria*, buscando-se romper uma atuação estereotipada do psicólogo e adaptando-se a experiência desenvolvida neste filme para o contexto desta prática. A intervenção ocorreu em um dia de Campanha de Vacinação, período em que se observou que muitas crianças viviam grande ansiedade causada pelo encontro com a vacina. Buscou-se produzir uma atuação voltada para a construção de um espaço de maior humanização deste momento tão temeroso para muitas crianças e também para a família. Buscou-se alicerçar esta experiência nas concepções teóricas da Saúde Coletiva e nos princípios do SUS, especialmente o de integralidade. Assim, criou-se uma intervenção voltada para a promoção de saúde, em que os estagiários buscaram minimizar o estresse vivido naquele momento através da produção de um sorriso ou mesmo um alívio da tensão. O dispositivo de se transformar em palhaço possibilitou aos usuários um espaço de escuta e acolhimento mais humanizado. Ao mesmo tempo, permitiu uma ampliação da intervenção da psicologia, criando novos territórios de atuação e auxiliando os estagiários a repensarem a inserção desta profissão no contexto social e da saúde pública, para além de um modelo tradicional.

Intervenção familiar com famílias adotivas

Vanessa Becker - vanessa.becker@hotmail.com

Patricia Marafon - patimarafon05@hotmail.com

Trata-se de um projeto de extensão com a proposta de atendimento terapêutico para famílias adotivas, principalmente durante o estágio de convivência, nos casos de adoção tardia e adoção de irmãos ou inter-racial. O objetivo principal é preparar os pais adotivos para o processo de adoção, visando com isto garantir o acolhimento e a proteção social de crianças e/ou adolescentes que, devido a situações de risco social, foram retirados de seu núcleo familiar e assim, evitar o fracasso na adoção e a cena temida dos profissionais: a devolução. Assim, nossa população alvo, são as famílias adotivas que são encaminhadas pelo Juizado da Infância e Juventude, que apresentam dificuldades no estágio de convivências das crianças ou na adoção propriamente dita. Desenvolve-se no Centro de Psicologia Aplicada (CPA) – UPF, a terapia familiar realiza-se com terapeutas, co-terapeutas, equipe reflexiva, em uma sala com espelho unidirecional, com a participação das professoras e alunos extensionistas. No estágio de convivência inicialmente, os requerentes a adoção recebem a guarda da criança ou adolescente, que é reversível. Acompanhamos a evolução do estágio de convivência e as vantagens do processo adotivo, no sentido de satisfazer principalmente quem está sendo adotado, através da terapia familiar de abordagem sistêmica relacional. Procuramos identificar junto a família os mitos e segredos sobre a adoção, para que a comunicação e a circulação de informações e sentimentos ocorra adequadamente. Trabalhamos os mitos e os preconceitos da adoção que é fundamental para a elaboração de sentimentos de desvalorização, colaborando para uma verdadeira criança adotiva de verdadeiros pais adotivos e visando aceitar ser uma criança adotiva – uma criança biológica de pais biológicos desconhecidos. A revelação sobre as origens auxilia os filhos adotivos a completarem os vazios de sua biografia e história familiar. As principais dificuldades das famílias durante o estágio de convivência foram: como e quando contar a criança sobre a adoção e sua história antes da adoção, como exercer o papel materno e paterno, o preconceito e discriminação da sociedade, descobrir que a convivência se constrói no dia-a-dia. Para uma adoção bem-sucedida, a terapia de

família é um recurso fundamental para prevenir e tratar a revelação da adoção e da história pré-adoptiva, além de outras questões que demandam esclarecimento, redefinição e elaboração.

Intervenção junto a ex-pacientes judiciários albergados

Denis Axelrud Saffer - desaffer@gmail.com

O presente trabalho tem como objetivo apresentar uma intervenção realizada no ano de 2011 junto a um albergue beneficente na cidade de Alvorada-RS, traçando um relato dessa experiência articulado a reflexões teóricas baseada em autores da Análise Institucional e da Filosofia da Diferença. Esta prática foi executada dentro do contexto de um Estágio de Psicologia Social e Políticas públicas na Vara de Execução de Penas e Medidas Alternativas, que tem como uma de suas tarefas o acompanhamento dos egressos do Instituto Psiquiátrico Forense (IPF) de Porto Alegre. O albergue citado tem entre seus moradores mais de uma dezena de egressos deste manicômio judiciário, muitos com décadas de institucionalização e vivendo ainda em um regime bastante disciplinar. Assim decidimos ofertar um grupo aberto junto aos que lá viviam e trabalhavam. O grupo teve como objetivos: construir um espaço de escuta onde se pudessem elaborar fatos das histórias de vida e das vivências atuais; pensar e potencializar planos futuros; funcionar como um dispositivo que promovesse análise e mudanças institucionais. À medida que se desenvolveram as práticas foi essencial a invenção conjunta de diversos modos de funcionamento grupais/institucionais, incluindo pontuais oficinas de música, deslocamentos pela cidade – incomuns anteriormente – e a realização de uma assembléia junto a direção da organização. Aparecia claramente o estigma do Paciente Judiciário, duplamente excluído por sua loucurae delinqüência, destituído da possibilidade de responsabilização e escolha. Também se revelaram claros atravessamentos manicomiais que regiam aquele ambiente. Frente a isso, visamos ao agenciamento de uma maior visibilidade ao já esquecido discurso dos albergados concernindo a seu passado e percepções de vida, permitindo a construção de narrativas compartilhadas grupalmente. Foi possível que se engendrasse um novo desejo de autonomia, ligado por vezes a planos de saída da instituição, trabalho,

estudo; assim como criou-se espaço para formulação de demandas e a elaboração de caminhos que levassem a um maior nível de autogestão da vida naquele espaço.

Jovens com HIV: um olhar da Psicologia sobre a maternidade

Adolfo Pizzinato - adolfo.pizzinato@pucrs.br
Ana Paula Eid - paulapsico87@hotmail.com

A presente pesquisa faz parte da dissertação de Mestrado em Psicologia Social, em curso, e tem por objetivo identificar como os elementos oriundos de narrativas sobre projetos de maternidade, de jovens com HIV se relacionam com os elementos do discurso biomédico presente nas Políticas de Saúde da Mulher, do Adolescente e Jovem e DST/AIDS. Este estudo ocorre na cidade Porto Alegre, Rio Grande do Sul, Brasil, no bairro Cruzeiro, chamado Posto de Saúde da Vila Cruzeiro, no Serviço de Atendimento Especializado em HIV/AIDS-SAE. As participantes são seis jovens (14-22 anos) freqüentadoras de um serviço de saúde especializado em DST/AIDS (SAE) na cidade de Porto Alegre-RS. Deste modo, dividem-se em duas jovens mães; duas jovens que desejam engravidar e duas jovens grávidas. Os instrumentos para a coleta destas informações ocorreu através da Análise Documental para a análise da Política de Saúde da Mulher, do Adolescente e Jovem e DST/AIDS, em nível do Ministério da Saúde; O Diário de Campo da inserção dos investigadores no serviço especializado e Entrevistas Narrativas de caráter aberto. A análise das informações colhidas através das entrevistas narrativas autobiográficas será analisada desde a perspectiva metodológica da Análise de Discurso Crítica. Como resultados preliminares, percebe-se que a construção do projeto de maternidade na juventude contempla aspectos que vão além dessas considerações, uma vez que as questões médico-sanitárias, as variáveis psicossociais de caráter contextual podem estar presentes, tais como as expectativas de gênero, os modelos sociais ou a definição de projeto vital, no caso de jovens que nasceram com o vírus HIV e em seu processo evolutivo se depararam com diferentes concepções e expectativas do viver com HIV. Outro debate que esta prática pretende fomentar é da conceitualização do fenômeno da gravidez na adolescência/juventude, como um processo identificável

dentre as possibilidades do ser jovem que pode ou não ser descoberto como algo de risco ou de ascensão ao mundo adulto, ou em ambos os casos.

Movimento estudantil e a formação em saúde

Emanuelli Paludo
Teresinha Eduardes Klafke
Carine Guterres Cardoso - carineguterrescardoso@hotmail.com

O Grupo de Estudos e Trabalhos em Saúde Coletiva (GETESC) é um coletivo estudantil da Universidade de Santa Cruz do Sul (UNISC), composto por estudantes de diferentes cursos da área da saúde. O GETESC possui uma docente de referência, ou seja, uma pessoa com quem os estudantes podem discutir os processos de uma forma horizontal e simétrica. O grupo tem como foco o protagonismo estudantil, a fim de fortalecer ações e estratégias de mudanças na formação em saúde, para isto utiliza-se do desenvolvimento de projetos de formação na universidade, representação dos estudantes nas instâncias de controle social, e participação/construção do movimento estudantil. Quanto à participação/construção do movimento estudantil, pode-se citar a realização de grupos de estudos com encontros semanais, tanto para debates teóricos sobre Educação Permanente em Saúde, Saúde Coletiva, Saúde Pública, entre outros, como para a organização e implementação de ações e projetos como VER-SUS, Semanas Acadêmicas Integradas dos Cursos da Saúde e Cursos de Extensão sobre a temática da saúde coletiva. Nestes momentos há o envolvimento de estudantes e professores de vários cursos da saúde da UNISC, bem como de trabalhadores, gestores e comunidade. O trabalho desenvolvido pelo GETESC tem o reconhecimento e apoio da universidade, pois se constitui como um movimento potente de mudanças na formação em saúde. Nota-se que as ações do GETESC responsabilizam os acadêmicos pela sua formação, tornando-os mais comprometidos com a realidade da saúde no país e, com isso, profissionais mais sensíveis e adequados à realidade/necessidades da população. Percebe-se que a participação no movimento estudantil provoca uma formação mais crítica e comprometida com a formação em saúde a medida que coloca o estudante como protagonista e responsável pela sua formação de uma

forma ativa e que produz autonomia, além disso, proporciona a reflexão sobre as políticas públicas e a atuação ética neste setor. Desta forma, o movimento estudantil transversaliza a formação em saúde e enquanto uma política gera liberdade, autonomia e produção de vida, sendo estas acompanhadas com compromisso e responsabilidade, gerando práticas e olhares que não pactuam com o descaso e a negligência.

Música dionisíaca

Fernanda Fontana Streppel - ffstreppel@gmail.com

Milan Kundera (2008) apresenta a insustentável leveza do ser com o peso do paradoxo do eterno e fugaz retorno, de Nietzsche. Este talvez seja um dos mais importantes aspectos da materialidade presente em uma oficina de música no CAPSad de Chapecó/SC, pelas canções sempre repetidas e pelo retorno que elas provocam até os bares de um passado “fingido” em vários aspectos. Eternamente presente, organiza vidas, estratégias de cuidado e uma ameaça aos dependentes químicos. A (re)caída aparece como eterno retorno cujo maior vilão é a pesada impossibilidade da cura; ou o seriam as fugazes apostas do tipo redução-de-danos e técnicas-de-dessensibilização? Esta oficina de música começa com a leveza de um olhar novo sobre um novo sujeito, que parece(m) efêmero(s) como o momento em que se gesta(m). Dias antes de uma internação, aparece pela primeira vez um já conhecido cantor. Nos intervalos, ele canta e toca violão. O espaço vai, aos poucos, ganhando em institucionalização e em medo. Traz mais uma, diz alguém quando outro levanta, seguido de risos inseguros. Um copo d’água disfarça uma vontade que de sede orgânica tem pouco. Num extremo, o saber religioso questionando as baixas origens de uma música mundana que confere aos dependentes químicos um estatuto de pecadores; noutra, o saber técnico-científico com seus questionamentos atestadores da falta de controle de impulsos dos justos dependentes que reflete a falta de controle deste saber que intenciona amansar as naturezas (dentre elas, a humana). A (materi)al(ter)idade que constrange, conforme indica Passos et al. (2011), é, aqui, pois, a da própria repetição. A música, mais do que existe, insiste,

repete. Não há autoria, então, a não ser que se pense nela como não-subjetiva, objeto fruto do compartilhamento daquilo que é mais comum. Mas e se, como para Franz de Kundera, no CAPS a música for “a arte que mais se aproxima da beleza dionisíaca concebida como embriaguez?”. E se ela “liberta da solidão e da clausura, [...] onde a alma pode sair para confraternizar?” (p. 92). E se ela for “a antipalavra” (p. 94) diante de um saber que queira controlar e destituir de vida a saúde, qual poderia ser o papel dessa repetição?

Nova gestão pública: um conceito em discussão

Indianara de Bem Sousa
Patrícia Martins Goulart
Andressa Cezimbra Reichow - andressacreichow@gmail.com

Neste estudo, que integra uma pesquisa mais ampla, objetivamos compreender como a nova ordem organizacional criada pelo discurso da Administração Pública Gerencial (APG) se repercute na subjetividade dos trabalhadores que atuam no setor público. Nesta etapa, o Grupo de Pesquisa Trabalho, Subjetividade e Políticas Públicas – Unesc-CNPq, se centra na revisão do Estado da Arte que envolve o objeto de estudo. Para tanto partilhamos os caminhos adotados no levantamento dos dados bibliográficos que delimitam o foco do estudo. Realizamos uma busca sistemática de artigos veiculados em periódicos contidos em base de dados indexados, considerando as áreas de Psicologia, Economia e Administração. Os artigos foram selecionados sob critérios de inclusão específicos, a citar os descritores associados a gestão, administração pública, condições de trabalho e subjetividade. A análise dos artigos foi organizada a partir de categorias emergentes. Em linhas gerais, a análise dos textos faz alusão a NGP como um novo conceito que supera o modelo burocrático. Neste contexto as novas tecnologias de informação e comunicação são consideradas disseminadoras de um modo de gestão que se propõe a organizar e operacionalizar a Administração Pública e seus agentes, visando à eficácia e a ênfase no atendimento ao público. Essa lógica se vincula a uma postura de flexibilidade diante de um ambiente em transformação. Os textos referem ainda que o processo da Nova Gestão Pública implica num maior

envolvimento do servidor, procedimento este que não era característico do modelo de gestão burocrático, baseado em um método de trabalho rígido e regado. Observamos um número reduzido de textos que se atém as consequências subjetivas decorrentes destes processos. Dos resultados parciais destacamos que os servidores públicos estão vivenciando uma reestruturação laboral com implicações que transcendem a esfera econômica e envolvem uma dimensão psicossocial, que envolvem riscos a saúde dos mesmos.

Novas abordagens no atendimento em saúde mental e trabalho: a clínica da psicodinâmica do trabalho seus limites e possibilidades

Alvaro Roberto Crespo Merlo - merlo@ufrgs.br
Carla Garcia Bottega - carlabott@terra.com.br

As discussões no Laboratório de Psicodinâmica do Trabalho da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (LPdT/UFRGS) se voltaram para notícias relativas à tentativas e suicídios de trabalhadores franceses (inicialmente nos anos de 2007 e 2009), e suas repercussões na mídia. Semanalmente recebíamos uma série de notícias de colegas, pesquisadores e interessados no tema, o que levou o professor e coordenador do LPdT a montar um dossiê com as notícias publicadas em jornais e sites internacionais, relativas ao que acontecia. Neste mesmo período, o Prof. Christophe Dejours (2010), que vinha sendo chamado como consultor por algumas organizações em que a “epidemia de suicídios” ocorria, lança o livro: Suicídio e Trabalho: o que fazer? Nesta escrita, nos provoca a pensar sobre como estão as relações de trabalho na atualidade a ponto de levar um trabalhador ao suicídio. Mobilizado, pelos casos de suicídios em empresas de grande porte da Europa, o pesquisador relata a necessidade de olharmos para estas situações como reflexos da forma como vem se valorizando a gestão em detrimento do trabalho. O autor nos faz não só pensar em nossa realidade frente ao trabalho na atualidade, como também questionar como estas situações estão sendo tratadas em nosso país e nas instituições com as quais trabalhamos. Apesar do quadro apresentado aqui não ser dos mais animadores, nossa prática tem demonstrado que a possibilidade de escuta ao vivido no trabalho traz mudanças para a vida dos trabalhadores. Temos realizado

espaços coletivos de discussão, a pedido dos trabalhadores e de algumas instituições, e sindicatos que tem mudado a realidade no trabalho. Nos questionamos principalmente em “como pensar novas formas de atendimento para as formas de adoecimento no trabalho na atualidade”, e essa questão entre outras, tem pautado nossa prática. Precisamos permanecer atentos e em permanente atualização com o que acontece com o cotidiano da vida, no real do trabalho. Temos que manter a escuta atenta, e a postura ética-social, já que somos convocados cotidianamente à sedução por situações que nos afastam deste posicionamento. O aceno ao poder, e a subestimação da potencia dos trabalhadores está colocado para todos os profissionais que seguem seus trabalhos na contramão dos processos de trabalho na atualidade.

O dia-a-dia de quem limpa a sujeira da sociedade: orgulho ou vergonha?

Helio Possamai
Maiara Nobre
Patricia Celso Dabilah Zatti
Flavia Michelle Pereira Albuquerque- flaviampa@msn.com

Trabalho realizado em empresa de coleta de resíduos numa cidade de porte médio no norte do Rio Grande do Sul. Acompanhamos o dia-a-dia dos garis, que vivem invisíveis perante a sociedade, e embora tenham um trabalho honesto e digno, passam despercebidos, como se fossem apenas sombras, pessoas excluídas e invisíveis, eles que nos prestam um inestimável serviço e que são imprescindíveis para a limpeza e conservação dos espaços públicos, como ruas, praças, etc. Os garis coletam o lixo em 20 setores urbanos e 11 rurais tendo entre 40 e 70 km/cada, recolhendo entre 120 e 200 toneladas de lixo/dia, e a equipe do caminhão é sempre a mesma, cinco funcionários, sendo um motorista e quatro garis. Os garis não se sentem valorizados, sentem-se menosprezados, excluídos e marginalizados, não só pela população economicamente mais abastada, mas também pela população pobre. Dejours apud Viana (2011), na perspectiva da psicodinâmica do trabalho, considera que prazer-sofrimento inscreve-se numa relação subjetiva da pessoa com seu trabalho e sendo o trabalho uma forma de descarga psíquica então o impasse psíquico gerado na vivência do trabalho definirá se a experiência vivida será de

sofrimento ou de prazer. Portanto, dependendo do seu contexto, trabalho pode ser fonte de patologias, de adoecimentos ou de saúde e estará sempre associado ao binômio prazer-sofrimento. E em qualquer situação de trabalho, serão atribuídas novas significações as relações entre organização do trabalho e processo de subjetivação.(MENDES apud VIANA, 2011). No vídeo “Os donos da vassoura” (2012), os garis falam que o uniforme é sinônimo de discriminação. E o produtor da reportagem que se vestiu de gari e passou um dia trabalhando junto a esses profissionais relata: “quando veste o uniforme de gari você some” e completa: “eu estava invisível”. Um trabalhador exercendo função não especializada geralmente usa uniforme, e a sociedade de consumo a reconhece nenhum valor neste uniforme, e ainda menos no seu usuário – seja ele gari, lixeiro, faxineira, segurança, cobrador de ônibus, operadora de caixa de supermercado. Todos os garis, assim como o motorista disseram que o cheiro não incomoda, que eles já estão acostumados. De acordo com Morval (2007), as pessoas se acostumam com a poluição, e parecem habituar-se a ela, tornam-se mais resistentes, notando menos a poluição, isso os afeta menos e convivem sem ter a esperança de modificar esse ambiente.

O problema da qualidade de vida: caminhos de uma pesquisa genealógica

Gabriel de Freitas Gimenes - gfgimenes@gmail.com

O presente trabalho é a apresentação de um processo de pesquisa em andamento sobre qualidade de vida. Minha preocupação inicial foi situar a qualidade de vida enquanto tema de pensamento e de análise. Para tanto foi necessário perceber sua difusa utilização em nossas linguagens contemporâneas e cotidianas e questionar-me acerca das contingências de tais usos. Tal questionamento objetivou desnaturalizar a aparente obviedade da questão da qualidade de vida para estranhá-la enquanto uma presença recente no emaranhado de discursos, relações de poder e modos de subjetivação. Meu principal argumento é que tal presença pode indicar algo sobre como, ao constituirmos a problematização da qualidade de vida por meio de um conjunto de práticas discursivas e não discursivas, também nos constituímos enquanto sujeitos nessa relação. Ou seja, a composição do problema da qualidade de vida envolve tanto uma agência, um agenciamento de elementos, quanto uma

sujeição, um assujeitamento. Nesta composição entram jogos de verdade, enunciados de diversas vozes (médicos, nutricionistas, empresas, políticas públicas, propagandas, etc.) e de diversas noções (bem-estar, estilo de vida, saúde, natural, etc...), relações de poder (que podem ser referidas pelas ideias de biopolítica e bioeconomia) e modos de subjetivação pelos quais os indivíduos se produzem e são produzidos em relação a tal composição. A tentativa de rastrear os modos pelos quais a qualidade de vida é problematizada é, pois, uma tentativa por compreender a rede na qual se constituem os discursos sobre o que é ser saudável, o que é ter bem-estar, o que é enfim levar uma vida com qualidade; as relações de poder nas quais as noções de saúde, bem-estar, qualidade de vida são postas em disputa e negociação; e os modos de subjetivação por meio dos quais os indivíduos se assujeitam (ou não) a tais concepções. Enfim, o esforço analítico por compreender essa composição, esse problema da qualidade de vida, é um esforço de pensamento crítico, tanto no sentido de Latour, de perguntar-se sobre se temos construído bem ou mal nossas concepções e práticas de vida com qualidade, quanto no sentido de Foucault, de se perguntar se queremos ou não conduzirmos nossas vidas dessa forma.

Olhares sobre “ARede Social”: um filme como dispositivo para discutir (ciber)espaço e a construção de subjetividades

Fernanda Goulart Martins - fernandamartinsfm@hotmail.com
Adriane Roso
Mirela Franz Cardinal

Nesse trabalho, pretendemos apresentar uma discussão feita a partir da análise do filme “A Rede Social”, instigada em um dos encontros da atividade “Olhares sobre Sociedade em Rede, Cultura da Colaboração e Construção de Subjetividades, vinculada ao Projeto de Ensino/Extensão “Psicologia Social, Cinema e Saúde: Círculo de Estudos e Análise Crítica Compartilhada de Filmes/Documentários, inserida no Grupo de Pesquisa Saúde, Minorias Sociais e Comunicação, da UFSM. Com o objetivo de estimular o desenvolvimento do pensamento crítico-dialógico sobre problemáticas em saúde, essa atividade tem como base teórica a psicologia social crítica e utiliza, entre outros recursos, peças midiáticas como disparadores

para a construção de conhecimento. A partir da discussão promovida nos encontros, que utilizou como dispositivo o filme "A Rede Social" (2010) e os referenciais teóricos já lidos e discutidos nos encontros anteriores, percebe-se que o ciberespaço e a sociedade em rede parecem trazer ao nosso cotidiano uma configuração que influencia nas formas de interação, na (re)produção de um ritmo, no modo como se (con)vive com a privacidade, com o controle, e com a produção do conteúdo circulado na mídia. Tende-se à compreensão do ciberespaço e das experiências virtuais como possíveis produtos do capitalismo contemporâneo (SANTAELLA, 2003), e somos levados a questionar se o ciberespaço, como afirmam alguns autores (e.g. LEVY, 1996; LEMOS, 2010), inaugura mesmo uma nova era emancipadora. Entende-se que essa nova configuração trouxe uma velocidade diferente para a relação com o outro, enquanto que as expectativas parecem ser as mesmas. Concluímos, portanto, que o ciberespaço e a multiplicidade de atividades interativas que ele propõe, impulsiona a pensar a fabricação de subjetividades no contemporâneo e questionar o que ela nos leva a (re)produzir.

Pacientes do CAPS que se suicidaram: estudo a partir da análise de prontuário e entrevista com familiares.

Rosilene da Silva Lima - rosilenel@certelnet.com.br
Teresinha Eduardes Klafke

Este trabalho é fruto de uma atividade obrigatória do Estágio Curricular em Psicologia da UNISC, realizado no CAPS de Santa Cruz do Sul. Trata-se de uma pesquisa sobre os pacientes do serviço que se suicidaram nos anos de 2008, 2009 e 2010. O suicídio é um fato complicado, com diversas causas, que abala além de suas vítimas, os sobreviventes, familiares e amigos próximos. Envolve profissionais de saúde e de outros setores que direta ou indiretamente lidam com o problema necessitando sempre de capacitação e a participação de todos na sua prevenção. Sendo o CAPS um serviço especializado em saúde mental, procura trabalhar na prevenção visando a redução do suicídio; tentativas e danos associados aos comportamentos suicidas. Os objetivos da pesquisa foram identificar: se havia sinais de ideação suicida nos últimos seis meses que antecederam o suicídio; se os familiares perceberam mudanças de comportamento e atitudes que poderiam estar

sinalizando um agravamento do caso; se os familiares e profissionais da saúde tiveram conhecimento de pensamentos, ideias, planejamento e tentativa de suicídio. A coleta dos dados foi a partir da análise dos prontuários e do relato dos familiares. No período pesquisado quatro pacientes do CAPS se suicidaram. Levou-se em consideração quatro eixos: informações de como ocorreu o fato, identificação da ideação suicida, mudanças significativas na vida nos últimos seis meses que antecederam o suicídio e, itinerário nos serviços de saúde e adesão ao tratamento. Nos casos analisados percebe-se que houve busca de tratamento, movimento dos profissionais de prevenção ao suicídio, os familiares estavam cientes que o paciente estava passando por tratamento e em dois casos houve mudanças significativas na vida do paciente nos seis meses que antecederam o suicídio. Fica evidente a necessidade e a importância de identificar precocemente a ideação suicida, bem como a inserção da família ao tratamento. Pensando no CAPS com vistas ao cuidado integral com pacientes de riscos, as práticas na atenção primária precisam englobar ações de saúde mental visando à prevenção do comportamento suicida, utilizando técnicas relacionais: paciente → CAPS → família tais como o fortalecimento de vínculos tanto com o paciente quanto com o familiar. Destaca-se também a necessidade de constituição de redes sociais no setor saúde, como possibilidade de congregar vários parceiros e oferecer alternativas de abordagem e atendimento aos usuários com comportamento suicida.

Percebendo o brincar através do papel do monitor da sala lúdica

Matheus Giacomini Palma
Camila dos Santos Gonçalves
Catheline Rubim Brandolt - cathelinerb@gmail.com

O presente trabalho tem por objetivo apresentar a experiência de monitoria em uma sala lúdica no ambiente hospitalar na cidade de Santa Maria/RS. Esta monitoria faz parte das ações do projeto de extensão ludicidade em ambiência hospitalar” vinculada ao centro universitário franciscano (UNIFRA). Entende-se que estimular o brincar nesse espaço pode propiciar uma melhor forma de comunicação entre crianças, seus cuidadores e a equipe do local. Dessa forma, o brincar que propõe-se

na sala lúdica não é aquele de encobrir ou enganar a criança sobre a situação pela qual se encontra, mas fazer com que ela possa significar, expressar e vivenciar o que é este 'estar no hospital. Possibilitar a ela ser autora de suas escolhas nesse momento, seja pela posição de optar ou não por um brinquedo ou criar histórias. Para isso a função que o monitor exerce é exatamente a de ter um olhar e escuta sensíveis sobre a forma do brincar dessas crianças, visualizar para além do concreto, auxiliando a expressão pelo lúdico, permitindo que as crianças apropriem-se de assuntos de seus interesses ou necessidades pessoais. Dessa forma, as crianças acabam apresentando como é seu mundo, as pessoas que convivem nele e a forma de relações que se estabelecem, com isso surge um diálogo em nível do simbólico/ imaginário que é único, já que se cria um mundo a par onde a criança interage com o monitor. Dentre as funções, está potencializar e mediar os contatos com familiares e equipe hospitalar, acompanhar os movimentos familiares, contribuir para um melhor período de hospitalização tanto para as crianças como seus familiares. Além disso, esta experiência em projeto de extensão possibilita uma formação acadêmica diferenciada, visto que, permite trocas entre os acadêmicos e a sociedade, permitindo o exercício da atuação profissional guiada pela ética humana e cidadã.

Plantão psicológico: uma experiência integradora

Carine Guterres Cardoso
Edna Linhares Garcia
Emanuelli Paludo - manupaludo@live.com

O plantão psicológico é prática obrigatória do estágio de Psicologia, no Serviço Integrado de Saúde (SIS) - Universidade de Santa Cruz do Sul (UNISC). Nesta atividade cada estagiário disponibiliza duas horas semanais para pacientes em situações de emergência, sendo o plantão um espaço de escuta e intervenção clínica que acolhe a pessoa no momento da sua necessidade, constitui assim um dispositivo que auxilia na demanda por ajuda psicológica. Os pacientes são atendidos no momento de suas crises, por busca espontânea ou encaminhados por profissionais e estagiários que atuam em outras áreas e serviços da universidade,

quando percebem a situação. Nesta atividade o estagiário deve estar preparado para lidar com o imprevisível, uma vez que é o primeiro contato com o sujeito. Aquele que é encaminhado ao plantão traz consigo uma queixa que precisa ser acolhida. O plantão, portanto, deve ofertar uma escuta que auxiliará o sujeito da melhor forma possível. Neste momento procuramos traçar um plano terapêutico utilizando os recursos que são disponíveis no SIS, como atendimento individual, familiar e/ou grupal. Quando o SIS não dispõe um plano terapêutico adequado à demanda do sujeito, este é encaminhado a outro serviço da rede. O plantão também se mostra adequado para pessoas que não buscam terapia de longa duração, mas precisam de cuidados psicológicos nas crises, sendo capazes de retomar sua vida após o ocorrido. Noutros termos, ocorre que a pessoa acolhida não possui demanda ou interesse para psicoterápica, mas precisa de cuidados no momento, assim a escuta do profissional tem efetividade na ocasião. Apesar da atividade do plantão incluir a proposta de aproximação entre acadêmicos de diferentes cursos para discussão e integração dos casos sob diferentes enfoques, observa-se dificuldades referentes à proposta do trabalho multiprofissional e interdisciplinar. Ainda apresenta-se como um desafio a integração entre os profissionais e estudantes que compartilham o cuidado com o mesmo paciente. Constatamos que os estagiários não conseguem avaliar quando o paciente realmente deseja e necessita do atendimento psicológico, de modo que quando se confrontam com algo que foge aos padrões biológicos, encaminham para a psicologia ouvir. Com este trabalho, salientamos a dupla importância do plantão: o atendimento psicológico de caráter emergencial a população e seu caráter de ensino que propicia a formação acadêmica em psicologia e a busca por um campo inter e multiprofissional.

Projeto COPAME em busca da construção de sujeitos mais reflexivos

Miguel Angel Liello
Fátima Cora Brandt
Bruna Caroline Pereira
Jéssica Brandt - jessica.jessicabrandt@gmail.com

O Projeto COPAME é fruto de pedido feito pela própria instituição COPAME (Associação Comunitária Pró-Amparo do Menor) sendo aquiescida pela UNISC

(Universidade de Santa Cruz do Sul) já que entende a importância desta Instituição para a comunidade. Esta Instituição é um local que abriga crianças menores de 12 anos abandonadas, ou que se encontram em situações de vulnerabilidade social, e por isso, necessitam estar afastada temporariamente do convívio familiar. Diante disso, a COPAME busca, através do auxílio da própria comunidade através de trabalhos voluntários, bem como também, doações monetárias com o objetivo de manter tal estabelecimento funcionando da melhor forma possível, para que assim, possa dar a estas crianças um local adequado enquanto estiverem nesta situação, portanto, tentar minimizar ao máximo os riscos ocasionados por tal situação e que possam vir a prejudicar o bom desenvolvimento destas crianças que ora se encontram ali abrigadas. Entretanto, tal estabelecimento necessita além de parceiros voluntários que, por mais que queiram ajudar, estes são esporádicos e, muitas vezes, sem o devido compromisso que tal trabalho exige. E por isso, é necessária a contratação de pessoas específicas para tal trabalho: os cuidadores. Estes são responsáveis pelos cuidados básicos das crianças. Entretanto, muitas vezes, tal trabalho não se mostra muito fácil, pelo fato destas crianças trazerem na sua vivência com tal cuidador um histórico de vida já com muitos sofrimentos, e assim, percebe-se que estes profissionais possuem dificuldades na adequada execução de suas tarefas. Portanto, o Projeto tem o objetivo de auxiliá-los na reflexão do seu papel enquanto cuidadores destas crianças: até onde vão as suas responsabilidades, bem como também, as dúvidas, anseios, medos, fantasias que perpassam no seu ambiente de trabalho e que possam vir a prejudicá-los e, por conseguinte, as crianças. Assim, através de encontros quinzenais, são realizados momentos de conversas, às vezes com dinâmicas, mas sempre se baseando na fundamentação teórica da gestalt-terapia. Assim, observa-se que no momento tais profissionais se encontram em situação de passividade, portanto, busca-se, através destes encontros, torná-los seres mais reflexivos, seres mais críticos diante da sua situação, e assim, mais ativos na resolução das suas dificuldades, portanto, os resultados são visíveis ao final de cada encontro, onde os próprios cuidadores se dizem sentirem mais aliviados.

Refletindo sobre a articulação: religiosidade X drogadicção

Gabrielly da Fontoura Winter
Dulce Grasel Zacharias
Edna Linhares Garcia
Letícia Staub Limberger - lestaub@gmail.com

O encontro com os sujeitos que estabelecem relação de dependência com a droga, bem como com seus familiares colocou em pauta muitas questões sobre os modos de vida, hábitos adotados pelas pessoas e formas encontradas para superação de obstáculos. Entre essas questões ressaltamos a relação com a religiosidade, identificada como discurso recorrente nas entrevistas realizadas na pesquisa: “A Realidade do Crack em Santa Cruz do Sul” que trata-se de uma iniciativa da Universidade de Santa Cruz do Sul (UNISC), vinculada ao departamento de Psicologia, que objetivou desenvolver uma análise acerca da situação da droga em Santa Cruz do Sul. Desta forma, o presente trabalho visa uma análise qualitativa do discurso desses sujeitos e de seus familiares, utilizando-se de dados colhidos na pesquisa acima referenciada. Chamou-nos atenção que diante dessa realidade vivida por tantas famílias, a religião torna-se um ponto de referência. Esta constatação urge um aprofundamento por parte dos pesquisadores, de maneira a problematizar o papel/lugar que a religião ocupa na vida de usuários e familiares. Na busca por bibliografias acerca do tema nos deparamos com muito material que referenciava o fato de a religião ter papel fundamental como estancador da prática do consumo de drogas, apontando que aqueles que consideravam a religião algo importante nas suas vidas eram os mesmos que relatavam menor consumo de álcool e outras drogas, assim como consideravam perigoso o consumo dessas substâncias (SANCHEZ & NAPPO, 2012). Em corroboração a esses dados, a pesquisa que realizamos (ZACHARIAS et al, 2012) revela num contexto da dependência já instalada a recorrência de discursos nos quais os sujeitos atribuem a Deus o seu estado e salvação, verbalizando: “só Deus salva”. Portanto, isto leva-nos a pensar acerca do papel/lugar atribuído pelos usuários e familiares a Deus, muitas vezes colocando em suas “mãos” a possibilidade de recuperação da adicção. Causa-nos estranheza estar frente à adultos que para realizar um movimento de mudança, não deem crédito a suas próprias capacidades, atribuindo todas suas conquistas e falhas a algo constituído fora deles mesmos. Nesse sentido,

percebemos que os sujeitos possam estar se desresponsabilizando pelas suas escolhas e atos, da mesma forma que tendem a se desresponsabilizar por um movimento de mudança, de busca por processos de vida saudável. Foi visto que os jovens envolvidos em algum tipo de atividade religiosa apresentavam menos comportamentos de risco, inclusive em relação ao consumo de álcool e de drogas, o que evidencia o papel protetor da religiosidade. Questionamo-nos sobre o papel de proteção que a religiosidade exerce: Não estamos entrando no campo da sujeição ou da manipulação? Ou ainda, não estaríamos diante de uma situação onde se verifica a substituição de objeto na relação de dependência que o sujeito desenvolve? Podemos supor que muitos destes jovens não tenham tido oportunidades de se desenvolverem ou de trilharem um caminho de cidadania, imerso na sociedade em que nos encontramos. Podemos supor também que atualmente as relações familiares se organizam de forma fraternal, e isso talvez esteja diluindo as referências de interdição, tão necessárias a um desenvolvimento saudável do ponto de vista psicológico. Concluimos desta forma que estudos nesse sentido ainda são poucos, pois a maioria enfatiza o papel protetor da religião, mas nenhum indaga sobre questões alienantes que muitas vezes acompanham a mesma, impossibilitando ao sujeito a busca por mudanças, que ficam para sempre na espera de um milagre.

Reflexão acerca das pluralidades vivenciadas pelos familiares de usuários de crack

Leticia Staub Limberger
Edna Linhares Garcia
Dulce Grasel Zacharias
Gabrielly da Fontoura Winter - gabywinter@hotmail.com

O consumo de crack que acomete a sociedade atualmente vem ocasionando cada vez mais cedo danos de ordem psíquica e física, além de interferir negativamente nas relações sociais. Os vínculos se fragilizam e os usuários não conseguem investir nas relações familiares e na aprendizagem. Desta forma, o presente trabalho pretende apresentar dados conclusivos de uma pesquisa realizada em Santa Cruz do Sul. Trata-se de uma iniciativa da Universidade de Santa Cruz do Sul (UNISC),

vinculada ao departamento de Psicologia que objetivou desenvolver uma análise acerca da situação da droga em Santa Cruz do Sul. Sabe-se que o consumo do crack atualmente vem agindo de forma desestruturante no seio das famílias e da juventude, tornando-se objeto de preocupação da sociedade como um todo. Da mesma forma, evidenciou-se através dos resultados obtidos na pesquisa, que no município de Santa Cruz do Sul a situação não é diferente. Para chegar a esta conclusão utilizou-se metodologia quantitativa e qualitativa, através de entrevistas semi-estruturadas com familiares de usuários de crack. Estas entrevistas revelaram o contexto social e cultural assim como as dinâmicas das relações familiares associadas ao uso. Partindo destes resultados, buscou-se alternativas para a promoção de saúde, prevenção e intervenção, dando ênfase a necessidade de tratamento do sistema familiar para a transformação da adicção em produção de saúde. Com base nestes dados constata-se que quando a situação da drogadicção já esta instalada na família, é a mulher quem geralmente auxilia o usuário, somando 82% da nossa da amostra. Embora 89% afirmem que o seu familiar já buscou ajuda em algum serviço de saúde, percebe-se nas falas que existe um movimento que gira em torno de esconder a situação, por vergonha ou medo. Sendo assim 61% relatam já ter histórico de dependência química, sendo este um fenômeno que se repete através das gerações, acometendo pais, marido, filhos, netos, entre outros. Com esta pesquisa objetivou-se auxiliar a construção de um objetivo comum no que se refere à identificação, diagnóstico e definição de melhores estratégias no combate ao uso de crack.

Saúde e sustentabilidade: ações integrativas em uma casa asilar do município de Pelotas

Angélica Gonçalves Peter
Martha Medeiros Goularte - marthagoularte@gmail.com

O presente trabalho tem o objetivo de apresentar uma proposta de atividade sustentável no Abrigo Institucional Pensão Assistida, casa de regime asilar do município de Pelotas, Rio Grande do Sul, que abriga adultos doentes e deficientes mentais em situação de risco e vulnerabilidade social. A proposta caracteriza um

plano de ação pertencente ao projeto de extensão intitulado “Pensão Assistida: por uma saúde integrada”, que, por sua vez, encontra-se vinculado ao Curso de Psicologia, da Universidade Federal de Pelotas, estando em fase inicial de implantação; constitui-se por uma equipe de pesquisadores das áreas humanas e de saúde, que trabalham interdisciplinarmente buscando um modelo de manejo que cuide de modo integrado do paciente, em todas as esferas constitutivas do seu ser. Com base nesse propósito, considerando as condições desfavoráveis em que os usuários da casa estão submetidos como, por exemplo, o afastamento do convívio familiar, a situação de reclusão, a carência de recursos materiais diversos, bem como a de recursos humanos, além da condição de enfermidade e dos graus particulares de vulnerabilidade, propomos inserir na rotina da instituição ações capazes de promover uma situação mais estável e prazerosa de saúde, visando amenizar o sofrimento psíquico e o ócio demasiado. Com foco em um modo de vida mais natural e saudável, pretendemos realizar passeios como forma de aproximação da natureza e como uma alternativa de mudança frente ao sedentarismo e isolamento; investir esforços na mudança de alimentação, incentivando a introdução de produtos orgânicos e integrais, que, em parte, poderiam ser cultivados na própria Pensão, pelos usuários, que além de se ocuparem com o manuseio da terra como forma de terapia, experimentariam o prazer de produzir para o consumo próprio; implantar oficinas de educação ambiental com o objetivo de orientar para o consumo sustentável e o manuseio adequado do lixo, sugerindo também a transformação de materiais que seriam descartados em objetos de grande valor estético e simbólico pelo fazer processual, pela originalidade e mensagem ecológica. Sendo assim, a intenção que sustenta esta proposta de ação consiste em oferecer suporte adequado máximo possível para a sustentabilidade da vida desta comunidade e em favorecer uma melhoria na qualidade de vida do usuário, contemplando seu bem-estar físico, emocional, mental, social e ecológico.

Territorializando violência em espaços urbanos: comunidades

Pedro Henrique Carrard Sitta - deus_brahma@hotmail.com

O presente trabalho investigou um percurso de pesquisa realizado por um devir-cartógrafo do pesquisador dentro de uma escola municipal de educação básica. Escola que tem como público crianças e adolescentes de faixa etária de até 15 anos de idade, seus trabalhos abrangem quatro bairros em situações de exclusão e vulnerabilidades geográficas, sociais e econômicas em um município do norte do estado do Rio Grande do Sul. Esta pesquisa observou por dentro da escola, as diferentes formas que a violência opera nesses bairros. Na medida que o desenrolar do percurso da pesquisa ia se mostrando a partir do diário de campo e entrevistas (informais) eram realizadas, este desmembrava-se em linhas. Redes quentes e frias, quebras da realidade. Decodificava-se a cada momento olhares para violências, vidas, comunidades, sexualidades, sentires, políticas. Esta pesquisa utilizou abordagens teóricas de Psicologia (Ambiental, Social-Comunitária, Institucional) e como metodologia a Pesquisa-Cartográfica. A Cartografia como instrumento para desmembrar os desejos individuais e sociais, compondo assim as redes quentes, das singularidade de grupos e pessoas que se atravessaram no processo do pesquisador de modo a visualizar as diversas conexões e forças que as violências operam sobre esses contextos. Ainda foi utilizada a técnica de Mapas Cognitivos/Afetivos (provenientes da Psicologia Ambiental) para podermos compreender as nuances acerca das formações sociais desses sujeitos de forma a entender um pouco mais os bairros e as violências dentro dele. Neste sentido a maior prevalência de opressões definidas pelos sujeitos que se atravessaram nesse devir-cartógrafo a exclusão e esquecimentos da gestão e planejamento público, além de formação desqualificada dos profissionais da escola; faltas de materiais humanos e técnicos; sobre-posição de funções profissionais; temas para trabalhar sexualidades; professores atrapalhados, trabalho infantil, tráfico de drogas, violências contra mulheres, violência contra animais, roubos, furtos e agressões. Após revelar essas redes de desejos singulares, o trabalho possibilitou aos sujeitos e ao pesquisador perceber as diversas informações e dados exploradas a essas temáticas. Entendendo um pouco mais sobre esses bairros e também, os territórios habitados e existenciais existentes nas comunidades a respeito sobre as violências.

Palavras Chaves: devir-cartógrafo; redes quentes; violências; territórios.

Resumos

Pôster

Eixo Assistência Social

Grupo psicossocial com famílias referenciadas a programas sociais

Paula Thomaz Zavarise
Maria Ziani Hoffman Miottello
Cristiane dos Santos Fernandes

O presente trabalho tem como proposta a realização de grupos com os beneficiários do Programa Bolsa Família, os quais são cadastrados no CADUNICO bem como aqueles que participam do PAIF (Serviço de Proteção e Atendimento Integral à Família). Cabe informar que o Cadastro Único, conforme o Ministério do Desenvolvimento Social (MDS) é destinado para Programas Sociais usados para identificar e caracterizar a situação socioeconômica das famílias brasileiras de baixa renda, entendidas como aquelas com renda igual ou inferior a meio salário mínimo por pessoa (per capita) ou renda familiar mensal de até três salários mínimos. É um Programa do Governo Federal para apoiar as famílias mais vulneráveis buscando acabar com a extrema pobreza, garantindo o direito à alimentação, saúde e educação e a conquista pela parcela da população mais vulnerável à fome.

Este trabalho começou a ser desenvolvido há dois anos no CRAS (Centro de Referência Psicossocial) do município de Cocal do Sul situado no Estado de Santa Catarina. O intuito deste trabalho, além da proposta do Governo Federal, é de se apropriar da dinâmica familiar destes beneficiários de modo a poder contribuir com informações socioeducacionais bem como questões relacionadas à subjetividade de cada participante. Para tanto são realizados palestras de diversas áreas e Grupo de Reflexão. Nos encontros, quando é realizado o Grupo de Reflexão, relatam questões a respeito de suas relações familiares além de seus desejos em realizar atividades rentáveis. É possível perceber que, muitas vezes tais desejos não são realizados, por falta de estímulos próprios, incentivos da própria família ou por questões relacionadas à saúde física ou mental. Através deste tipo de trabalho os beneficiários trazem questões referentes à suas relações às quais são trabalhadas com o propósito de fortalecer seus vínculos familiares e sociais. É importante comentar que tais reflexões facilitam em uma mudança de comportamento que acabam repercutindo ao restante de outros membros da família quiçá atingindo as futuras gerações. A respeito desta experiência cabe relatar que, desde o primeiro grupo, realizado no ano de 2010, é possível perceber alguma mudança no perfil das

famílias. Assim está sendo retomado contato com estas pessoas a fim de fazer uma análise a respeito do efeito da realização destes encontros.

Com este trabalho de cunho psicossocial está sendo possível reter a maioria dos participantes de forma ativa tendo em vista seus interesses em desacomodar-se de uma condição de vulnerabilidade para outra onde há troca de experiências e vislumbrando outros horizontes.

Práticas da psicologia na assistência social: um estudo a partir de grupos focais

*Najara Lourenço dos Santos - najara@mx2.unisc.br
Márcio André Schiefferdecker
Lílian Rodrigues da Cruz*

O Sistema Único da Assistência Social (SUAS) prevê o profissional de psicologia na composição da equipe mínima nos Centros de Referência da Assistência Social (CRAS) e nos Centros de Referência Especializados de Assistência Social (CREAS). Neste sentido, as práticas psicológicas na assistência social tornam-se um eixo de problematização no campo da Psicologia Social. A partir disto, o presente trabalho é um recorte da pesquisa intitulada “Entre as práticas psicológicas e a política da assistência social: um estudo sobre o Programa de Atenção Integral à Família (PAIF) em Porto Alegre/RS”, que objetiva analisar como as práticas psicológicas têm se articulado com as diretrizes da política da assistência social no PAIF. Para esta etapa da pesquisa foram realizados 8 grupos focais com psicólogas da Fundação de Assistência Social e Comunitária de Porto Alegre (FASC). Os temas geradores propostos foram: (1) a política da assistência social; (2) as práticas psicológicas; (3) o Programa de Atenção Integral à Família (PAIF); (4) as situações consideradas de vulnerabilidade social. A análise qualitativa mostra que os atendimentos individuais ainda são mais frequentes que os acompanhamentos que o PAIF prevê, deixando claro que o foco permanece nas especialidades e na resolução de problemas encontrados nas famílias. Outro ponto refere-se a quem cabe o cadastro dos moradores de rua. O foco na matricialidade sócio-familiar pressupõe fortalecimento de vínculos familiares, mas os moradores de rua, por vezes foram abandonados por suas famílias. Se eles não possuem casa, logo não estão vinculados a nenhuma

área de abrangência. A definição de papéis também foi uma das pautas, destacando a dificuldade em compreender a práxis do psicólogo na impossibilidade de atendimento terapêutico fez o grupo questionar se uma acolhida ou acompanhamento não teria um efeito relacionado ao mesmo. Pontos importantes são questionados: afinal quais os limites da intervenção do psicólogo na assistência social? Como atender questões de abuso em parceria com a saúde? Como recortar/localizar a questão da saúde mental no social? Para finalizar, os pontos de maior tensão podem ser assim elencados: (1) como constituir demanda de acompanhamento às famílias que explicitam querer apenas o benefício; (2) os dispositivos clínicos da assistência social, enfocando os conceitos de escuta e clínica ampliada; (3) o trabalho interdisciplinar com os trabalhadores dos CRAS, mas especificamente, o assistente social.

Eixo Direitos Humanos

A Pessoa com deficiência e o acesso à psicoterapia

Iclícia Viana
Aline Gonçalves Demantova - alinedemantova@yahoo.com.br
Oliveiros Dias Júnior

A compreensão da deficiência como um processo relacionado à constituição do sujeito, sua identidade e modos de vida impõe desafios à formação e atuação do psicólogo. Assim sendo, o presente estudo objetivou fazer um panorama dos atendimentos psicoterápicos às pessoas com deficiência (PcD) em clínicas-escola de Psicologia da cidade de Florianópolis (SC). Buscou-se identificar as principais barreiras existentes nestes atendimentos, bem como verificar a existência de discussões a respeito da deficiência nessas instituições. Para tanto, visitou-se as seis clínicas-escolas da cidade, sendo cinco privadas e uma pública. A coleta dos dados se deu por meio de entrevista semi-estruturada com seis psicólogos que trabalhavam nas clínicas pesquisadas, em paralelo com uma observação do espaço físico das clínicas. Os dados foram analisados por meio da análise do discurso,

sendo os resultados categorizados a partir de dois eixos de análise: o primeiro referiu-se à parte de atendimento psicoterápico às PcD na clínica-escola especificamente, enquanto que o segundo abarcou questões concernentes à formação oferecida pela escola acerca do tema da deficiência. Os achados apontaram para uma escassez de atendimentos psicológicos às PcD nessas clínicas, a existência de barreiras, sobretudo de naturezas arquitetônicas, informacionais e atitudinais, assim como para a ausência de discussões acerca desse assunto nos cursos de formação oferecidos pelas clínicas. Concluiu-se esse artigo com uma reflexão no tocante à concepção normocêntrica ainda dominante na formação psi, e sobre a importância das discussões a cerca dos Direitos Humanos bem como do Estudo Sobre a Deficiência dentro dos cursos formadores.

A questão dos direitos humanos no período da Segunda Guerra Mundial no Brasil

*Bruna Krimberg Von Muhlen - brunakm.psic@gmail.com
Marlene Neves Strey*

Procuramos investigar as questões de direitos humanos no processo migratório de sobreviventes da Segunda Guerra Mundial, da Europa para o Brasil, focando questões onde os direitos humanos não foram preservados. Durante a Era Vargas existiam políticas migratórias discriminatórias. Tendo isto em vista, por meio de documentos com depoimentos de sobreviventes da Segunda Guerra Mundial arquivados no Instituto Cultural Judaico Marc Chagall em Porto Alegre, buscou-se investigar algumas das violações aos direitos humanos que os sobreviventes que migraram para o Brasil e ainda estão vivos vivenciaram. A partir de depoimentos dos sobreviventes, foram encontradas que quando as violações começaram na Europa, no Brasil, judeus já eram discriminados também.

Eixo Educação

Dimensões histórico-culturais da escola: entrelaçamentos entre o vivido, o concebido e o percebido

Mariana Selbach Castilhos - mscastilhos@ucs.br

Neste trabalho, propõe-se observar os atravessamentos que o processo de democratização do acesso à escola, a implementação dos princípios da Constituição Federal (Título VIII, Art. 205), a regulamentação do Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA Lei nº 8069/1990) e a promulgação da Lei de Diretrizes e Bases (LDB nº 9394/1996) provocam nas culturas escolares. A pesquisa procura escutar a voz dos professores sobre o concebido, o percebido e o vivido no ambiente escolar no que se refere aos efeitos desses eventos em suas práticas docentes e na relação pedagógica e nas condutas sociais. Com o enfoque na relação que há entre a legislação vigente nas escolas brasileiras e os atravessamentos das narrativas de seus professores, além de acompanhar os desdobramentos dos efeitos reguladores que essas as medidas legais orientam, procura-se observar a escola e suas margens de forma que se conheça o que uma amostra de seus docentes vivencia e percebe a respeito de sua realidade. Para que isso seja possível, entre os procedimentos metodológicos adotados no estudo, faz-se uso de registros etnográficos combinados com entrevistas realizadas a partir de instrumentos semiestruturados com questões abertas e fechadas, através das quais se procede com a descrição densa do que as lentes do pesquisador permitem registrar e também com uma escuta sensível das narrativas dos sujeitos que protagonizam a cena educativa. O suporte teórico da investigação considera os seguintes autores: Norbert Elias, Michel de Certeau, Rui Canário, Diana Vidal, Nilda Stecanela. Com base numa primeira aproximação com o trabalho de campo, identificam-se leituras de realidade diferenciadas sobre o tema, associados a aspectos pessoais, relacionadas ao tempo de docência, aos contextos educativos, sociais e culturais da

comunidade escolar analisada, entre os quais pode-se citar: Os jovens acabam por construir representações de que têm direitos, porém, desconsiderando os deveres; A partir das fronteiras do percebido, do concebido e do vivido, os professores reclamam a falta da execução de deveres de seus alunos; O ECA (lei nº 8069/1990) acaba exercendo um papel regulador e auto-regulador da ação do mundo adulto em relação à criança e ao adolescente, no entanto, não o faz na via inversa; Muitos professores sentem-se acuados diante do papel regulador da legislação, tomando, desta forma, uma postura queixosa perante sua realidade profissional.

Reflexão sobre a mídia com escolares: um relato de experiência

*Lucia Marques Stenzel
Raquel Marramon da Silveira
Ivy Pimenta Dias - ivypdias@gmail.com*

O Programa de Bolsas de Iniciação à Docência (PBID) tem como objetivo desenvolver novas práticas pedagógicas para disciplinas curriculares. Considerando a necessidade de formar profissionais da Psicologia que tenham contato direto com a realidade social e que um dos interesses da Psicologia Social está na interface com a Mídia e com a Educação, desenvolveu-se o projeto “Práticas de Ensino-Aprendizagem para uma reflexão crítica da Mídia e do Consumo Infantil. O objetivo deste trabalho é descrever a atividade prática desenvolvida no PBID, a partir de uma experiência interdisciplinar entre as disciplinas de Psicologia Social e de Saúde Mental e Educação. Trata-se de um relato de experiência sobre a atividade prática desenvolvida no ano de 2011 no Curso de Psicologia da Universidade Federal de Ciências da Saúde de Porto Alegre (UFCSPA). Alunos do quarto semestre do Curso de Psicologia realizaram grupos focais com escolares da 5ª série do ensino fundamental de uma escola pública de Porto Alegre. O objetivo das intervenções foi proporcionar uma reflexão crítica nos escolares a respeito da influência da mídia e das propagandas nos hábitos de vida, no cotidiano, nas relações sociais, na formação da identidade e na representação de si e do grupo social. No total, 150 escolares participaram de grupos focais, formados por 15 alunos cada. Os grupos foram conduzidos por dois alunos de Psicologia e observados por um aluno que

realizava registros das falas. Uma aluna bolsista acompanhou as práticas. A partir da apresentação de uma propaganda, o grupo estabelecia uma discussão a respeito do significado daquele material e de seu conteúdo. Os temas mais emergentes foram estereótipos de gênero criados culturalmente, padrões corporais e raciais nos materiais midiáticos e padrões e valorização do consumo. Pôde-se perceber envolvimento dos escolares nas discussões e interesse nas temáticas, bem como uma maior autoconsciência do conteúdo ideológico contido nas propagandas. Isso sugere a importância de se ampliar o currículo escolar para atividades que promovam reflexão a respeito da mídia e da publicidade e da influência destes no cotidiano das crianças. Paralelo a isto, a intervenção realizada pelos alunos de Psicologia produziu importante efeito na capacidade de apreender o conteúdo previsto no currículo.

Eixo Gênero

O grupo como ferramenta de reflexão e emancipação frente à violência contra a mulher

*Madalena Dornelles Pereira Leite - madalena.leite@acad.pucrs.br
Simone Maria Vargas
Renata de Rezende Lovera Tomasi*

O presente trabalho analisa a importância do grupo como ferramenta de reflexão e emancipação frente à violência contra a mulher para um grupo de mulheres de uma ONG em Porto Alegre, pontuando tanto questões grupais quanto sociais. Foi observado um grupo de mulheres que ou já sofreram ou sofrem ou lidam com algum tipo de violência doméstica. As integrantes do grupo têm entre 33 a 76 anos, sendo elas donas de casa, auxiliares de serviços gerais, domésticas, assistentes sociais, uma coordenadora de projetos, uma psicóloga e uma advogada. Metade delas é casada e vive com seus maridos e a outra metade considera-se separadas. Foram feitas três observações simples, mantendo-se as observadoras fora do círculo de conversa, de forma a minimizar a influência de sua presença no ambiente. Foi

realizada uma análise qualitativa dos dados, uma vez que este estudo prevê uma compreensão do fenômeno observado. Eles foram interpretados a partir da visão de autores como Yalom e Leszcz e Pichon-Rivière no que compete à questão grupal. Quanto à análise de conteúdo, utilizamos teóricos que falam sobre gênero e violência contra a mulher, mais especificamente. É no desenvolvimento de habilidades sociais, em especial a comunicação, e na universalidade que o grupo mais atua, pois uma mulher que sofre violência pode fechar-se para o mundo ao seu redor pela sensação de isolamento e incapacidade. Em uma das atividades propostas no grupo, as integrantes deveriam ler frases sobre mitos relacionados à violência contra a mulher, que foram distribuídas pelas coordenadoras, e debater. A partir dessas perguntas eram questionados pensamentos cristalizados os quais reproduzem discursos hegemônicos, no caso os discursos patriarcais. Nesse momento o foco ficou no tema, que era a naturalização dos comportamentos agressivos masculinos, o que de certa forma alivia a tensão entre as participantes, pois elas não têm que obrigatoriamente interagir entre si e sim falar do outro. Ao mesmo tempo, porém, isso volta para elas, uma vez que em cada pergunta pensavam e exemplificavam seus argumentos com questões pessoais. Isso acontece porque às vezes é mais fácil abordar certas questões no grupo que individualmente, pois o foco não está em si próprias. Assim, constatamos que através do empoderamento e de transformações de crenças é possível mudar essa realidade, sendo o grupo, muitas vezes, um dos únicos espaços onde essas mulheres podem discutir sobre o tema.

Eixo Políticas e Tecnologias

Explorando videogames educativos: análise de oficinas de jogos

Rebeca Ferreira Andreolla - rebeca.andreolla@gmail.com
Póti Quartiero Gavillon
Cleci Maraschin

O presente trabalho parte da atual discussão acerca da importância que os videogames assumem na cultura e como incidem sobre as áreas da saúde e da educação. Os videogames têm sido apontados como uma ferramenta importante de aprendizagem, onde a simulação e imersão em domínios de experiências programadas são suas características mais importantes. O estudo aqui apresentado faz parte do projeto de pesquisa *Oficinando em Rede: Experiências de si em espaços de afinidade com videogames*. O projeto maior tem como principal objetivo acompanhar a experiência de jogar de universitários da UFRGS e de crianças e adolescentes do território de abrangência do Programa de Saúde da Família (PSF) Viçosa, do bairro Lomba do Pinheiro, em Porto Alegre. Com isso, busca-se mapear as diferentes características dos jogos e seus efeitos na experimentação de si e de coletivos, e o quanto essas experiências possibilitam condições de normatividade nos espaços de afinidade decorrentes dos jogos. O estudo que ora apresentamos é um subprojeto desse estudo maior e visa analisar jogos educativos de computador desenvolvidos pela *Filament Games* (www.filamentgames.com). Tal análise, realizada por estudantes universitários, subsidiará a escolha de videogames educativos que serão utilizados, posteriormente, nas oficinas com jovens no PSF Viçosa. Os jogos avaliados buscam produzir experiências em contextos específicos, visando à aprendizagem de conteúdos relacionado à educação formal. Foram escolhidos 05 jogos, entre eles, o *Crazy Plant Shop*, que aborda conhecimentos sobre genética (fenótipo e genótipo) a partir da criação e venda de plantas. Até o momento foram realizadas três oficinas em laboratórios de informática da UFRGS, nas quais participaram 33 estudantes da universidade dos cursos de Direito, Artes Visuais e doutorandos do curso de Pós-Graduação em Informática na Educação (PGIE). Após 30 minutos com cada jogo os participantes responderam a um questionário sobre a experiência com o mesmo. O questionário abordava sua atividade no jogo, sua avaliação do mesmo, que tipo de aprendizagem obtiveram jogando, o que poderia ser modificado, além de assinalarem a frequência com que jogam videogames ou outros jogos digitais. As observações realizadas no transcurso das oficinas e as respostas aos questionários estão sendo analisadas para avaliar o uso posterior destes jogos como videogames educativos.

Impactos e perspectivas de programas de preparação para a aposentadoria

Aurora Aparecida Fernandes Gonçalves
Sebastião Ovídio Gonçalves
Maiango Dias - maiango@yahoo.com

O presente trabalho visa analisar brevemente os impactos advindos da implementação de programas de preparação para a aposentadoria em instituições públicas na região Norte do Paraná. Coerente a assertivas do próprio Estatuto do Idoso, bem como demandas de diferentes instituições e trabalhadores, foram desenvolvidos, por meio de um projeto de extensão universitária, diferentes grupos institucionalizados de preparação para a aposentadoria nos últimos quatro anos. Em comum, os grupos buscaram a construção de novos projetos de vida para esta fase do desenvolvimento humano, que pudessem ressignificar preconceitos que atuam negativamente sobre as expectativas dos trabalhadores. A título de eixo central, a perspectiva de enriquecimento e valorização do tempo livre, como uma conquista social, familiar e individual, em detrimento de crenças que refletem sentimentos de inutilidade e desajuste. Além disso, a reconstrução da identidade do idoso, que hoje pode retomar um espaço central na família e sociedade, a partir de um envelhecimento saudável e, porque não, produtivo, ainda que esta produtividade não esteja ligada diretamente a aspectos fabris e/ou financeiros. Os resultados sociais destas intervenções, evidentemente, não são de curto prazo e, mais ainda, em virtude do próprio desligamento destes profissionais das instituições que abrigaram as intervenções, são de difícil acesso. Todavia, a partir das próprias avaliações de reação dos participantes, somadas a avaliações de agentes institucionais que acompanharam o desligamento de alguns destes participantes, e que solicitam a continuidade dos grupos por seus resultados, possibilita-se desvelar algumas de suas implicações e limitações. Ante as reações positivas do desenvolvimento dos grupos, propostas de oferta sistemática dos mesmos, pelo Estado ou pelas instituições que abrigam estes trabalhadores são discutidas; Como limites das mesmas, considerações teórico-metodológicas são feitas, bem como a necessidade de acompanhamento dos resultados a longo prazo sugerem que novos agentes institucionais devem ser implicados.

VaciNação: construções simbólicas sobre a pandemia de gripe A (H1N1) 2009

Adriane Roso
Guilherme Corrêa - guicor1978@gmail.com

A presente pesquisa teve como objetivo analisar como a biopolítica perpassa os discursos midiáticos de um jornal de circulação na região central do estado do Rio Grande do Sul sobre Gripe A (H1N1), buscando tornar visível como as práticas institucionais e discursivas atravessam e constituem os sujeitos. Como objetivos específicos, visamos identificar, nas formas simbólicas do jornal, os modos pelos quais a saúde da população pode se tornar alvo de um poder sobre a vida; reconhecer os diferentes elementos de disciplinarização dos corpos ressaltados nas formas simbólicas e averiguar elementos discursivos presentes nas formas simbólicas que podem estar contri-buindo para se fazer viver as biotecnologias. Foi realizada uma revisão teórica sobre as principais referências sobre Soberania, Biopoder, Disciplina, Biopolítica e Biotecnologias. Após, foram resgatadas informações sobre o desenvolvimento da epidemiologia enquanto ciência responsável por monitorar a saúde das populações, especialmente nas grandes cidades, passando pelos diferentes paradigmas referentes às doenças e seus possíveis fatores desencadeantes, até culminar no desenvolvimento da epidemiologia contemporânea. Seguiu-se a isso uma genealogia das pesquisas referentes ao vírus Influenza e sua propagação pelo globo durante aproximadamente 2000 anos, dando ênfase a cepa viral A H1N1. Em seguida tratou-se da vacinação da varíola em 1904 e da vacinação da Pandemia de gripe A (H1N1) no ano de 2009; dos meios de comunicação de massa. A análise das reportagens atentou à biopolítica de forma geral e seus desdobramentos referentes à disciplinarização dos corpos, produção de saber-poder, normalização da sociedade, indústria farmacêutica e medicalização. Sob uma ótica da genealogia histórica, que visa o entendimento das condições que possibilitam o surgimento e permanências de práticas discursivas, foram analisadas um total de 291 reportagens veiculadas durante o mês de julho de 2009, período este considerado crítico devido ao número de mortes registradas decorrentes da pandemia da gripe A (H1N1). Como resultado da pesquisa, pode-se observar a influência que as mídias de massa e as elites simbólicas exercem sobre os sujeitos devido às construções de material simbólico

transmitidos pelos meios de comunicação, que acabam por surtir efeito não só nos corpos dos sujeitos, mas nas dinâmicas das populações.

Eixo Representações Sociais

A Representação Social da sexualidade compartilhada por idosos em um asilo do norte o RioGrande Do Sul

*Mauro Gaglietti
Roberta Brizolla Rosa
Paulo Cesar dos Santos Braga - paulo-cesar-braga@bol.com.br*

Esta pesquisa apresenta o tema do envelhecimento humano contemporâneo, assunto este que tem se tornado um componente bastante presente nas pesquisas de diversos segmentos científicos. Delimita-se a um asilo no município de Passo Fundo, no norte do estado do Rio Grande do Sul, no ano de 2011. Através de pesquisa de campo, uma entrevista semiestruturada foi aplicada a idosos e funcionários da instituição, abordando questões sobre moradia, amizade, afeto, namoro, casamento, sexualidade, família, etc. Buscou-se Ao pesquisar essa temática, além da revisão teórica do tema contribuir para o avanço científico, aborda-se também a preocupação dos governantes e sociedade, uma vez que o envelhecimento populacional é uma realidade em nossa nação e também no mundo, e pode chegar a números ainda maiores, onerando o poder público e fazendo com que sejam elaboradas novas políticas públicas para atender essa parcela da população. A questão central que norteia essa monografia é: a representação social da sexualidade na velhice pode ou não, fornecer subsídios para a humanização de asilos e para a socialização dos idosos? A pesquisa conta ainda com revisão de literatura sobre o tema, buscando subsídios em artigos científicos e livros, em bases de dados nacionais e internacionais, relacionando o conteúdo coletado com o que

dizem as teorias. Contudo, as representações sociais se apresentam de maneira diferente das narrativas científicas, ou seja, o significado científico para algumas questões como a sexualidade é diferente da realidade percebida e expressada pelos participantes.

Outras Palavras

*Juliê da Cunha Putrich
Renata Grando
Marina Lisboa
Sabrina Alessi
Francisco Carlos Santos Filho
Eloisa Bocchi Barbiero - eloisabarbiero@hotmail.com*

Este artigo busca refletir o sentido da palavra no momento da constituição a qual se torna um instrumento poderoso de comunicação e expressão, por meio dos recursos da capacidade simbólica e da metáfora. O contexto da censura no período da Ditadura Militar Brasileira obriga e facilita o exercício de uma sutil e indireta representação da realidade. Neste sentido buscamos através da obra do compositor, intérprete, poeta e escritor Chico Buarque de Hollanda, relacionar a forma de expressão encontrada na época da ditadura por meio da interpretação das letras, Apesar de você, Cálice, Cordão, Meu Caro Amigo e Olê Olá, que elucidam suas diversas manifestações em tempos de repressão e sua relação com a censura, como uma das formas encontradas para comunicar ao povo seus direitos.

Relações Sociais e Envelhecimento

*Claudia Maria Cardoso
Fabiane Silva Azambuja
Silvia Virginia Coutinho Areosa - silvia_areosa@yahoo.com.br*

Diante do aumento significativo da população idosa em nosso país e da importância de manter este indivíduo ativo em nossa sociedade, o presente estudo tomou como

objetivo conhecer as relações de amizade que os mesmos estabelecem com vizinhos, bem como, o significado que estas relações representam em suas vidas. Tais relações de amizade entre vizinhos propiciam uma continuidade de papéis extrafamiliares que são excelentes fontes de suporte emocional, de satisfação, confiança e de pertencimento, bem como apoio afetivo, de forma a contribuir positivamente na qualidade de vida dos idosos. A pesquisa descritiva utilizou uma metodologia qualitativa, com entrevistas estruturadas que foram gravadas e transcritas para posterior análise. A população estudada foi composta por homens e mulheres maiores de 60 anos que frequentam grupos e serviços ligados a Universidade de Santa Cruz do Sul (UNISC). Foram analisadas as narrativas de 262 idosos com base na técnica de análise de conteúdo. As questões falavam a respeito do significado das relações de amizade no âmbito da vizinhança para os idosos. Os resultados apontam que os idosos consideram as relações de amizade com os vizinhos essenciais para o seu bem-estar, pois se configuram em parcerias para atividades, companhia para momentos de lazer e apoio em situações em que necessitam de auxílio quando possuem alguma dependência física e por determinados motivos a família não pode estar presente no auxílio ao idoso. Deste modo, pode-se concluir que os idosos encontram nas relações de vizinhança um suporte para enfrentar dificuldades no âmbito emocional e físico, assim, tais vínculos constituem-se em uma forma positiva de manutenção do círculo de amizades fora do ambiente familiar, de modo a manter os idosos ativos socialmente. É importante que esses sujeitos não percam suas amizades, encontros familiares, atividades de lazer com os amigos e vizinhos, participação em grupos de convivência. Essas relações de amizade com os vizinhos são fundamentais, pois possibilitam ao idoso manter-se integrado socialmente, com vínculos afetivos e sociais, sentindo-se pertencente a sua comunidade e assim conseguindo enfrentar melhor as situações de perda inerentes à velhice.

Relato de experiência: aplicação de um teste piloto como forma de aprimoramento do instrumento de coleta de dados de uma pesquisa sobre representações sociais de redes de apoio social na adolescência

Marciana Calegari
Fábio Augusto Lise - fabiolise@hotmail.com

Este é um projeto de pesquisa que pretende compreender as representações sociais sobre as redes de apoio social com adolescentes. O foco nas relações afetivas vem de encontro ao fato de que, as amizades têm sido consideradas como uma forte rede de apoio social. Compreender como as pessoas representam suas relações afetivas de amizades, torna-se cativante para profissionais das áreas humanas sociais. Já que, o homem é um ser social por sua natureza. Desta forma, pretende-se conhecer melhor este processo, na busca de disponibilizar informações que venham contribuir para o fortalecimento das redes sociais de adolescentes. Partindo para este desafio, foi desenvolvido um projeto de pesquisa e encaminhado ao Comitê de Ética da Universidade. Após autorizado, realizamos um projeto piloto para avaliar nosso instrumento. Formamos um grupo focal com três adolescentes do sexo feminino de 15, 15 e 14 anos. Mediante o consentimento do Termo de Consentimento Livre e Esclarecido, assinado pelos pais e o Termo de Assentimento, assinado pelas menores. As adolescentes, falaram abertamente sobre suas relações de amizades, representando como sendo os amigos, colegas da escola, e familiares como suas redes de apoio social. O fato de elas terem, falado espontaneamente contribuiu para a validar o instrumento. Diante disso, percebemos a importância de se preparar para caso necessite de dispositivos. Com esta experiência, nos organizamos para ir à campo fazer nossa investigação com um grupo de adolescentes em um projeto social. Os dados serão analisados de forma qualitativa, por meio de uma análise de conteúdo. Buscando o significado textual para obter informações sobre as redes de apoio social com adolescentes. Para alcançar tal objetivo será necessário ouvir seus depoimentos. Fato que poderá promover para as adolescentes um momento de reflexão sobre sua rede de apoio social, podendo aprimorar conhecimentos e a valorizar ainda mais seus vínculos afetivos.

Eixo Saúde

Biopolítica e cinema: análise crítica de filmes e documentários

Adriane Roso
Guilherme Corrêa
Nathiele Berger Almeida
Mariana Bassi - maribassi@gmail.com

Um dos possíveis papéis que o psicólogo pode realizar no campo da saúde pública é o de intervir em campanhas de conscientização e esclarecimentos de cunho preventivo, no planejamento e na execução de ações que envolvam a promoção da saúde e/ou a resolução de problemas da comunidade. Nesse contexto surgem as biotecnologias, que estão presentes em praticamente todos os âmbitos da sociedade e em constante desenvolvimento, e que comumente não são analisadas de forma crítica e reflexiva por grande parte da população, deixando importantes questões éticas fora das pautas de discussões. Dessa forma, tendo como foco a formação dos acadêmicos de psicologia e sua contribuição para a construção de uma sociedade crítica, a atividade intitulada “Olhares sobre Biotecnologias e Saúde”, desenvolvida no curso de psicologia da Universidade Federal de Santa Maria (UFSM), desde março de 2011 até o presente momento, tem como objetivo discutir criticamente as temáticas relacionadas às biotecnologias, utilizando como recursos as produções bibliográficas referentes ao tema e produções cinematográficas. Este grupo faz parte do projeto de extensão “Psicologia Social, Cinema e Saúde: Círculo de Estudos e Análise Crítica Compartilhada de filmes/documentários”, registrado no Gabinete de Projetos (GAP) nº 029916, e é constituído por cinco participantes ligados ao curso de psicologia. As discussões realizadas no grupo giram em torno de temáticas específicas, tais como bioética e biotecnologia, experimentação com seres humanos, fertilização in vitro, clonagem, indústria farmacêutica, alimentos transgênicos, eutanásia, aborto, modos de subjetivação, processos de singularização e resistência, entre outras. Todas essas temáticas têm como referencial teórico obras ligadas aos conceitos de biopolítica e biopoder,

principalmente os escritos de Michel Foucault. A atividade busca desenvolver, através das leituras, discussões e filmes, um olhar crítico dos participantes quanto às temáticas relacionadas às biotecnologias, bem como preparar os mesmos para mediar discussões referentes às produções cinematográficas divulgadas pelas grandes mídias, e que foram anteriormente discutidas pelo grupo junto à comunidade santa-mariense, promovendo assim discussões e reflexões no âmbito da comunidade.

Pensão assistida de usuários de sofrimento psíquico: uma proposta de resgate da subjetividade

*Maria Teresa Duarte Nogueira
Marta Solange S. Janelli da Silva
Moisés José de Melo Alves - mozaio.melo@hotmail.com*

O presente projeto visa implantar, analisar e avaliar um modelo de manejo multidisciplinar no Abrigo Institucional Pensão Assistida. A Pensão Assistida é uma casa de assistência social onde moram adultos com sofrimento psíquico, em situação de vulnerabilidade e riscos sociais. A casa é mantida pela Prefeitura de Pelotas e administrada pela Secretaria de Cidadania. Os moradores da casa chegam à Pensão, remanejados a partir do Hospital psiquiátrico, Casa de passagem, através de ofício da promotoria ou denúncia na própria secretaria, geralmente por sofrerem maus-tratos ou morarem nas ruas. A equipe geral de trabalho da pensão estrutura-se da seguinte forma, um administrador que possui a tutela dos usuários e que tem função coordenativa e de decisão; a equipe técnica, formada por assistente social e psicóloga, responsáveis pela reflexão sobre as atividades e propostas, bem como pelos encaminhamentos e manejos adequados e necessários; e também com um quadro funcional formado por educadores sociais, concursados, que tem a responsabilidade do funcionamento geral e cotidiano da casa. Segundo Lima (2011), a reforma psiquiátrica surge no Brasil na década de 1970, mas torna-se oficialmente uma política vigente em 2011, com a Lei 10.216, que dispõe sobre a proteção e os direitos das pessoas portadoras de transtornos mentais. A reforma visa a desinstitucionalização das paredes dos hospitais, buscando resgatar, e integrar os ditos “loucos” em nossa louca sociedade. Dessa forma, respeitando a singular subjetividade de cada sujeito, alunos vinculados à

Universidade Federal de Pelotas intervirão com ações transversais e algumas pequenas pesquisas subordinadas, com pesquisadores das áreas humanas e saúde, com o objetivo de testar a sua eficácia, fazendo ajustes constantes, para assim criar um projeto modelo, que poderá ser implantado em outras casas de assistência.

Pensão assistida: uma visão de saúde

*Roberta Fonseca Brum Cardoso
Bárbara Costa Santos - barbarasantos.psico@hotmail.com*

Este trabalho tem o objetivo de apresentar um projeto de ação com o tema saúde, doenças e métodos preventivos e contribuintes para a melhora dos abrigados na Pensão Assistida. A Pensão assistida é uma casa de assistência social que abriga um público adulto de portadores de sofrimento psíquico, em situação de vulnerabilidade e risco sociais. A casa é mantida pela Prefeitura Municipal de Pelotas-RS e administrada pela Secretaria de Cidadania. Os moradores da casa são pacientes crônicos, desvinculados de suas famílias de origem e institucionalizados em um sistema asilar como opção às internações em Hospital Psiquiátrico. O público atendido nessa pensão são pessoas com deficiências e doenças mentais e em situação de risco e vulnerabilidade social. A maioria dos usuários, além da doença mental, apresentam diabetes, obesidade, hipertensão, bem como os comportamentos de riscos vinculados a estas doenças, como fumo, uso excessivo de álcool por muito tempo, estresse, pobreza extrema, sedentarismo e alimentação inadequada. A estratégia, adotada para lidar com essas manifestações crônicas de doença, é via medicinal convencional e medicamentos químicos, receitados através de Posto de Saúde e CAPS, o que tem efeito paliativo sobre as mesmas, contribuindo para o estado cronicado dessas pessoas. Porém nem sempre a medicação é o melhor remédio, o projeto vem sendo feito para a melhoria na qualidade de vida desses indivíduos, principalmente na troca da medicação por ações terapêuticas que possam melhorar a vida destes pacientes. Ações como atividades físicas, ao ar livre, uso de fitoterápicos e manejo com didática e amor com todos. Enquanto acadêmicas do curso de Psicologia, pretendemos conscientizar

para a mudança desse foco, e agir de forma a comprovar que, assim como muitos fatores denegridos promoveram a desorganização desses sujeitos, tantos ou mais fatores positivos e motivadores podem promover a saúde. Agimos fundamentados em um conceito de saúde que integra todas as esferas de um indivíduo, alinha suas manifestações com suas verdades internas, então não propomos um modelo normativo que pretenda mudar a conduta deles no que diz respeito à “dicotomia loucura-razão”, mas sim, que promova um acolhimento que possibilite a reorganização e autorregulação de acordo com a natureza de cada um, minimizando o sofrimento psíquico, atualmente preponderante.

Políticas públicas de saúde: a lógica de inclusão a partir do território

*Alexsander Witt Rodrigues
Betina Hillesheim
Letícia Aline Back - raulscs@hotmail.com*

Este trabalho é parte integrante da pesquisa A saúde e a lógica de inclusão: entre o território e os nômades a qual objetiva investigar as formas pelas quais se constroem as noções de território e inclusão no campo da saúde, a partir da experiência de uma parcela da população, que em geral, é invisível nas estatísticas e estratégias da saúde: os nômades. Entendemos aqui, por nomadismo tanto o fenômeno migratório de determinados grupos sociais quanto sujeitos provenientes de grupos que tem no deslocamento uma forma de vida. No âmbito deste trabalho discute-se as propostas apresentadas para esta população nos seguintes documentos: Constituição Federal de 1988 (artigos 196 a 200); lei 8.080 (1990); Programa Saúde da Família (1994); Guia Prático do Programa Saúde da Família (2002); Política Nacional de Atenção aos Povos Indígenas (2002); Política Nacional de Humanização (2003); Pacto pela Saúde 2006 (resolução 399, de 22/2/2006); Mais Saúde: direito de todos (2007). A análise se deu a partir dos marcadores território, inclusão e nomadismo. As principais conclusões apontam para uma noção de território nos documentos da área da saúde vinculada a inclusão, na medida em que a territorialização é proposta para aumentar o acesso e reduzir as desigualdades regionais. A noção de território oscila entre uma ideia topográfica fixa

e uma ideia de movimento, havendo uma tensão permanente entre esses polos. O nomadismo surge relacionado a risco. A vinculação é uma noção que se destaca, na medida em que aponta para a continuidade, corresponsabilização e controle, sendo que os nômades fogem dessa lógica, e pela vinculação há uma tentativa de fixa-los aos serviços. Dentre os documentos analisados o que se distingue na forma de tratamento de território é a Política Nacional de Atenção aos Povos Indígenas (2002), a qual utiliza o território referindo-se as terras indígenas e o termo distrito sanitário para tratar da abrangência dos serviços de saúde. Desse modo território, é aqui considerado, em relação aos usuários e não aos serviços. De forma geral, a ampliação dos territórios é proposta como forma de garantir a inclusão, que podemos entender, a partir de Michel Foucault, uma utilização de mecanismos disciplinares entrelaçados com dispositivos de segurança.

***Práticas artísticas e integração sócio-afetiva: um olhar amoroso sobre casas
asilares de saúde mental***

*Vanessa Ávila dos Santos
Angélica Weber Falke Daiello
Jessica Souza Oliveira - jso.93@hotmail.com*

Este trabalho apresenta uma exposição acerca de práticas artísticas, realizadas no Abrigo Institucional Pensão Assistida, casa de regime asilar da cidade de Pelotas-RS, que abriga adultos doentes e deficientes mentais em situação de risco e vulnerabilidade social. As práticas são sistematizadas na forma de oficinas semanais de várias linguagens artísticas. Estas oficinas fazem parte de uma proposta transversal e subordinada a um projeto maior multidisciplinar intitulado “Pensão Assistida: Por Uma Saúde Integrada”. Entre as oficinas realizadas, podemos destacar as atividades lúdicas, momento literário e momento cultural. As atividades lúdicas têm como objetivo promover a integração entre os moradores e estimular as capacidades cognitivas e sócio-afetivas, bem como trabalhar a consciência ecológica, através do uso de materiais recicláveis na criação dos objetos utilizados. O momento literário propõe a exposição de textos nos mais diversos estilos, buscando proporcionar belos momentos de escuta, de reflexão e estímulo à comunicação. O momento cultural consiste em um encontro semanal, no qual os

integrantes do projeto, os moradores e os educadores reúnem-se para vivenciar confraternização e integração através de músicas, danças e filmes, etc.

As oficinas implantadas apontam na direção da arte que traz resultados rápidos no que diz respeito a bem-estar, pois percebemos a alegria dos usuários ao receber os oficinairos, bem como ao realizar as atividades, o que nos leva a afirmar que a arte é uma boa facilitadora tanto no estabelecimento de vínculos, como na expressão genuína e saudável do ser.

Promoção da saúde e prevenção da violência entre crianças e adolescentes no espaço escolar

*Luciana Suárez Grzybowski
Roberta da Silva Gomes - robertag@ufcspa.edu.br*

"Prevenção primária em saúde mental diz respeito a intervenções para reduzir a ocorrência futura de problemas de ajustamento e para promover a construção de competências associadas ao comportamento, de modo a produzir processos protetivos no curso de desenvolvimento que possam favorecer o desempenho saudável das tarefas desenvolvimentais típicas de cada idade. A violência, que é também uma caracterização das relações sociais, vem se fazendo cada vez mais presente na realidade das escolas, assim como, das famílias, tornando-se fundamental pensar na sua prevenção no espaço escolar e a partir da relação família-escola. Dessa forma, a partir da inserção do Curso de Psicologia da Universidade Federal de Ciências da Saúde de Porto Alegre no Programa de Extensão Feira de Saúde, de caráter interdisciplinar e interinstitucional com atuação na Atenção Primária à Saúde em escolas de Porto Alegre (RS), organizou-se atividades com esse fim. Com o objetivo principal de estimular a igualdade e o respeito entre os pares, despertando o pensamento crítico em crianças e adolescentes, propiciou-se a análise e discussão de vídeos voltados para a temática da promoção da igualdade e prevenção da violência entre iguais. As atividades da Psicologia são realizadas em grupos compostos por 6 a 8 crianças ou adolescentes da escola. O exercício consiste na exibição de vídeos sobre a temática de promoção da igualdade e prevenção da violência, com posterior discussão sobre o tema e

realização de uma avaliação dos participantes a respeito da tarefa realizada – através de desenhos ou frases. Até o presente momento podemos notar que há um interesse dos participantes no que diz respeito à temática proposta para reflexão, além de haver uma identificação dos mesmos com o tema. Entretanto, observa-se que há uma dificuldade de superar as situações de violência por uma dificuldade de diálogo sobre a mesma na família e na escola, bem como entre a família e a escola. Apesar da inserção ser breve e pontual, percebe-se como proveitosa, ao mesmo tempo que fica clara a necessidade de ampliação da mesma, com participação de toda a comunidade escolar na prevenção da violência e promoção de saúde e bem-estar social. Urge a necessidade de maior diálogo entre a família e a escola e do planejamento de ações compartilhadas para o enfrentamento dos conflitos que surgem no espaço escolar.

Promoção de habilidades sociais: encontro entre extensionistas e usuários de substâncias psicoativas

*Leda Rubia Corbulim Maurina - ledarubia@hotmail.com
Marciana Zambillo
Ana Caroline Martineli*

A intervenção de promoção de Habilidades Sociais com usuários de substâncias psicoativas-SPA consiste em 12 sessões semanais pré-estruturadas com duração de 2 horas cada. Os grupos são de 8 a 12 participantes, 1 terapeuta (orientador acadêmico) e 1 co-terapeuta (estudante de graduação extensionista). Este trabalho é resultado de uma pesquisa-ação e extensão que tem por objetivo avaliar e promover HS em grupos de usuários de substâncias psicoativas que tem como objetivos específicos: propiciar a auto-eficácia através de alternativas adequadas de recusa frente aos fatores de risco, bem como o reconhecimento das potencialidades presentes em cada sujeito para desta forma dificultar a recaída ao abuso das SPA. Os grupos de desenvolvimento e promoção de HS permitem aos participantes se experimentarem um novo repertório de respostas e estratégias de habilidades interpessoais e criarem estratégias comportamentais mais adequadas frente às dificuldades surgidas de suas vivências diárias. As 10 sessões foram planejadas da seguinte maneira: (1ª sessão) Psicoeducação: O que são habilidades sociais e como

desenvolvê-las?; (2ª sessão) *Psicoeducação: Sintomas de ansiedade*; (3ª sessão) *Psicoeducação: Principais comportamentos envolvidos nos contatos sociais*; (4ª sessão) *Comportamentos assertivos, passivos e agressivos*; (5ª sessão) *Conhecendo e gerenciando desejos e impulsos*; (6ª sessão) *Fazer pedidos e praticar recusas*; (7ª sessão) *Expressar afeto e empatia: Escrevendo uma carta para a família*; (8ª sessão) *Pensamento crítico e criativo: mostrando talentos e hobbies para o grupo*; (9ª sessão) *Montando um plano de ação: habilidades de enfrentamento ao uso de drogas*; (10ª sessão) *Revisão e feedback do processo*. Os resultados sugerem ligação entre déficits de HS e abuso de SPA, especialmente no que se refere ao uso instrumental que as SPA aparentam propiciar em contextos sociais. As evidências sugerem que não possuir HS suficientes poderia estar relacionado ao uso de drogas como um meio para enfrentar a vida diária, fortes pressões externas, podendo ser considerado uma estratégia de compensação frente à ansiedade provocada por agentes estressores. Contudo, não devemos esquecer que o uso de SPA está associado a uma gama complexa de fatores biopsicossociais, mas a o reconhecimento e desenvolvimento das habilidades sociais pode cumprir um papel importante na compreensão desse processo.

Qualidade de vida de cuidadores de portadores da doença de Alzheimer

*Fabiane Silva Azambuja - faby_azambuja@hotmail.com
Cláudia Maria Corrêa Cardoso
Sílvia Virginia Coutinho Areosa*

As doenças crônicas degenerativas, em especial a doença de Alzheimer exigem um cuidado permanente por se tratar de uma patologia incapacitante e irreversível. Assim quem faz o cuidado possui a necessidade de manter uma rede de apoio onde possa tirar dúvidas, compartilhar angústias e sentimentos referentes à situação pela qual está passando. O objetivo deste trabalho é fomentar uma discussão sobre a importância das redes de apoio social na vida dessas pessoas e na manutenção da qualidade de vida tanto do cuidador quanto do portador da doença de Alzheimer. O método utilizado para embasar a discussão foi a pesquisa bibliográfica onde foram levantados materiais sobre a temática a ser discutida. Os textos foram extraídos do

banco de dados Scielo e de livros publicados no período de 2006 a 2012, sendo que foram utilizadas as palavras chaves “cuidadores; doença de Alzheimer; rede de apoio social” para busca dos artigos e livros. A busca se deu no primeiro semestre de foram encontrados 34 artigos no Scielo neste período e 14 livros na biblioteca da universidade de Santa Cruz do Sul- UNISC, sendo este o material utilizado no presente estudo. As publicações sobre a temática nos últimos 5 anos vêm demonstrando a influência da rede de apoio social na manutenção da qualidade de vida dos cuidadores de idosos portadores da doença de Alzheimer. Foi verificado que quanto mais tempo é dispensado ao cuidado e quanto maior é a sobrecarga e o desgaste físico e emocional do cuidador, maior é o prejuízo da qualidade de vida. Esta fica prejudicada em função do pouco tempo que sobra aos cuidadores para a realização de outras atividades sociais e de lazer e pelas mudanças que inevitavelmente ocorrem no contexto de vida do cuidador. Porém, foi observado que apesar dos impactos negativos que o cuidador sofre, existem fatores positivos implicados no cuidado, tais como satisfação pessoal, sentimento de orgulho, melhora no relacionamento com o idoso, entre outros. Neste contexto, se faz importante que o cuidador possa contar com uma rede de apoio social que possa lhe fornecer ajuda tanto referente às tarefas praticas do dia a dia quanto suporte emocional.